



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 1.^a REUNIÃO DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 27 DE ABRIL DE 2007 -----

----- ACTA Nº4 /07 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado tendo como Primeiro Secretário o Senhor Vidal Diogo Fernandes Antão e como Segundo Secretário a Senhora Doutora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a 1.^a Reunião da 2.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e três Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, José Eduardo Lopes Neno, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Maria da Conceição Teixeira Duarte Soares Matos Capinha, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo José Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel

Ramos de Almeida, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Nuno Ricardo de Almeida Neto, José Jorge Pereira, Eduarda Maria Matos Godinho, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Arnaldo António Pereira e António Vieira Grosso pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Levy Nunes Gomes, José Manuel parreira Duarte Meira, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, José Manuel Milheira Pinto Ferreira e Francisco Vicente da Silva.-----

-----Os Senhores Fernando Frade dos Santos Ferreira e António Pita de Meireles Pistacchini Moita pediram a suspensão do Mandato tendo sido substituídos pelos Senhores Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz e José Henriques Marques Santana. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais e os Senhores Vereadores Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas, José Eduardo Leitão Pires da Costa, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, Amílcar José da Silva Campos, Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira e Pedro Miguel dos Anjos Simões. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 364/07 relativa à Aprovação dos Documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- de Prestação de Contas de 2006;-----
3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 365/07 relativa à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2006;-----
4. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 369/07 relativa ao Relatório e Conta de 2006 dos SMAS;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 101/07 relativa à Aprovação Definitiva do Projecto do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras para 2007 – Ofício N.º 12103 – 07.03.13; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 236/07 relativa à Aprovação da Revisão do Regulamento do Programa Municipal de Habitação de Auto-Construção do Bairro da Laje - Ofício N.º 15769 – 07.04.02;-----
7. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 287/07 relativa à Actualização das Comparticipações para Obras de Reforço de Abastecimento de Água para 2007 (SMAS) - Ofício N.º 15768 – 07.04.02; -----
8. Designação dos Representantes a que se referem as alíneas a) e c) do Número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos do SATU; -----
9. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 390/07 relativa ao Edifício sito na Rua Quinta de Santo António, N.º 4, Freguesia de Linda-a-Velha, em Linda-a-Velha, Alienação das 6 Fracções, destinadas a Habitação – P.º 59DH06; -----
10. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos do Art.º 6.º dos Estatutos da ANMP e do Art.º 2.º do Regulamento XVII Congresso. -----
- 3. APROVAÇÃO DE ACTA -----**
- 3.1. Acta da 1.ª Reunião da 1.ª Sessão Ordinária de 26 de Fevereiro de 2007 -----**
- 3.1.1. VOTAÇÃO -----**
- O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada por maioria, com

três abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Bloco de Esquerda. -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

4.1. O Senhor Pedro Almeida (PS) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores: -----

-----Faço esta intervenção na qualidade de membro da Comissão Municipal de Juventude à qual tenho a honra de pertencer por mandato que foi atribuído por esta Assembleia.-----

-----E sei bem o que isso significa.-----

-----Na Comissão Municipal de Juventude de Oeiras represento todas as forças políticas da Assembleia Municipal. -----

-----Por isso, não venho aqui fazer uma apreciação política das políticas de juventude da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Essa, fá-la-ei quando entender oportuno, mas sentado na bancada do PS.-----

-----Venho sim relatar-vos factos lamentáveis recentemente ocorridos, nomeadamente, durante o processo de revisão do Regulamento da Comissão Municipal de Juventude. -----

-----Devo salientar, antes de mais, que a iniciativa de revisão do Regulamento de Comissão Municipal de Juventude foi bem acolhida pelas associações juvenis.-----

-----Contudo, a condução do processo pela Senhora Vereadora da Juventude foi, na minha opinião, altamente decepcionante, culminando num documento sem legitimidade democrática por parte do órgão Comissão Municipal de Juventude, sem reflectir, as pretensões das associações juvenis do concelho. -----

-----Senão vejamos: -----

-----Na reunião de dez de Outubro de dois mil e seis, a Senhora Vereadora apresentou uma proposta para revisão do Regulamento da Comissão Municipal de Juventude admitindo até,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inicialmente, a sua discussão, mas recusando a sua votação.-----

----- Quando confrontada com a possibilidade de ser criada uma comissão, no seio daquele órgão, para análise e apresentação de alterações à sua proposta inicial, a Senhora Vereadora recusou-a e fixou um prazo de apenas quinze dias para apresentação de alterações, sublinhando que as mesmas seriam meramente indicativas.-----

----- Em resposta, um conjunto significativo de associações e membros da Comissão Municipal de Juventude reuniram-se, discutiram um modelo de funcionamento da Comissão Municipal de Juventude e apresentaram uma proposta alternativa, com diversas alterações à proposta inicial.-----

----- Note-se que a Senhora Vereadora impôs um prazo de quinze dias às associações juvenis, mas só passados quatro meses, a Senhora Vereadora agendou uma nova reunião. -----

----- Com efeito, a vinte e seis de Fevereiro de dois mil e sete, a Senhora Vereadora fez constar na ordem de trabalhos a apresentação da sua proposta de Estatutos e Regimento da Comissão Municipal de Juventude. -----

----- A sua versão não foi enviada às associações juvenis com a convocatória e apenas foi distribuída aquando do início da reunião. -----

----- A proposta de alterações pelas associações, nem sequer foi distribuída para conhecimento das restantes. -----

----- Na apresentação da versão final que veio a revelar-se igual à versão inicial, a Senhora Vereadora desconsiderou, desvalorizou e ofendeu os subscritores das propostas de alteração. - -----

----- Não acolheu nem uma das ideias apresentadas. -----

----- Servindo-se de um parecer técnico (a que só a própria teve acesso), a Senhora Vereadora alegou a sua ilegalidade, assumindo de um modo pouco sério, a parte pelo todo. -----

----- Acusou os subscritores de desconhecimento do conteúdo da sua própria proposta,

insinuando a sua manipulação ou a sua ignorância. -----

-----E por último, não permitiu sequer que as associações subscritoras pudessem justificar as suas ideias e o seu modelo de funcionamento para a Comissão Municipal de Juventude. -----

-----De acordo com a Senhora Vereadora, tratava-se apenas de uma apresentação, não havia discussão e muito menos aprovação pela assembleia. -----

-----Fiquei incrédulo no que estava assistir. -----

-----Estive na Comissão Municipal de Juventude quando presidida pela Senhora Vereadora Teresa Zambujo, pela Senhora Vereadora Ana Bessa e pelo Senhor Vereador Barreto Xavier e nunca tal sucedera, pelo contrário. -----

-----A actual Vereadora da Juventude, sem ouvir previamente as associações juvenis do concelho sobre a sua análise do funcionamento do órgão, apresentou uma proposta.-----

-----Algumas associações quiseram melhorá-la e apenas tiveram direito a quinze dias, em contraste com os meses que a Senhora Vereadora utilizara. -----

-----A Senhora Vereadora não deu a conhecer aos restantes membros as novas ideias, pelo contrário, desacreditou-as, tratando os representantes das associações juvenis em causa, como alunos mal comportados.-----

-----E no fim, depois de recusar a votação, não permitiu sequer o contraditório por parte daquelas associações proponentes de alterações. -----

-----Mas o mais grave ainda estava para vir. -----

-----Face a este cenário, considerando que aquele documento viria a Assembleia Municipal de Oeiras para aprovação, eu próprio decidi pedir a palavra para intervir. -----

-----Entendi que era fundamental, no âmbito do meu mandato, identificar e recolher a sensibilidade das associações juvenis relativamente às propostas de alteração do Regulamento proposto pela Câmara. -----

-----No entanto, a Senhora Vereadora impediu-me de falar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Repito: A Senhora Vereadora impediu o representante da Assembleia Municipal de intervir na Comissão Municipal de Juventude. -----

----- Não quis saber para que efeito seria a intervenção. Apenas venceu que sobre aquele tema não admitia intervenções. -----

----- Perante a minha insistência, a Senhora Vereadora sugeriu que se não concordava com a condução dos trabalhos podia abandonar a sala. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhoras e Senhores membros desta Assembleia, -----

----- A partir desse momento deixou de estar em causa apenas uma discordância entre mim e a Senhora Vereadora. -----

----- A partir desse momento o que aconteceu foi uma situação de desrespeito institucional inadmissível pela Assembleia Municipal, ao qual eu só podia responder com o mais firme repúdio e indignação. -----

----- Por isso, em protesto, pela primeira vez na minha vida política de quinze anos, abandonei uma reunião. -----

----- Não com pactos com comportamentos autocráticos. -----

----- A democracia não existe para apenas ser proclamada nos discursos do vinte e cinco de Abril. É para ser vivida todos os dias. -----

----- Quem não respeita o direito fundamental à palavra e ao contraditório não sabe o que é a democracia. -----

----- Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, -----

----- Creio que todos reconhecemos que sem a sua Juventude, sem os seus jovens, Oeiras não seria o concelho referência que é hoje. -----

----- Na capacidade dinâmica, criativa e crítica dos jovens reside um dos mais importantes factores de desenvolvimento e modernidade de qualquer concelho. -----

-----Por isso compreendo mal quaisquer tentativas ou práticas que tornem a Comissão Municipal de Juventude num simples órgão de propaganda da Câmara Municipal de Oeiras. ----

-----Seja impedindo a discussão. -----

-----Seja ocultando ou reprimindo a crítica. -----

-----Senhor Presidente,-----

-----Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal de Oeiras.-----

-----Pretendo com esta intervenção justificar a minha atitude perante vós e, ao mesmo tempo, solicitar ao Senhor Presidente de Câmara que agende uma nova reunião da Comissão Municipal de Juventude, onde seja possível discutir abertamente, com os seus protagonistas principais, todas as ideias sobre o funcionamento da Comissão Municipal de Juventude. -----

-----Estou certo que isso será possível até porque, e importa referi-lo, não identifico em vários amigos que tenho pertencentes à força política da Senhora Vereadora, nada que tenha a ver com a sua postura.-----

-----Termino renovando perante esta Assembleia, o meu compromisso em representá-la, com dignidade e responsabilidade, na Comissão Municipal de Juventude, defendendo os melhores interesses de todos os jovens de Oeiras, acima de qualquer opção política pessoal.” ----

4.2. O Senhor Pedro Barroco (J.F. Linda-a-Velha) disse o seguinte: -----

-----“No final do ano passado, aquando da aprovação do Orçamento para a Câmara Municipal – e se bem se recordam a última vez que o Senhor Presidente da Câmara esteve aqui presente, exceptuando o passado dia Vinte e Cinco de Abril, que muito nos honrou – foram tecidos aqui variadíssimos considerandos sobre a forma ou não forma como, nomeadamente, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o tipo de relacionamento que era feito entre a Câmara e as Juntas de Freguesia eleitas por nós, tinham vindo sido tornadas a público. -----

-----Do resultado dessa alocução surgiram acusações, em algo mútuas, por parte do Senhor Presidente com um membro desta Bancada, Doutor Roque da Cunha. Neste sentido,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

queria deixar claro a toda esta Assembleia, e porquanto por parte da Junta de Freguesia de Linda-a-Velha vão ser enviados a todos os membros deste Órgão, por intermédio dos serviços competentes da Assembleia Municipal de Oeiras, os documentos comprovativos da situação que passo a expor:-----

----- No decorrer do último ano de dois mil e seis, aquando dos preparativos para a realização das Festas em diversas freguesias, foi comum e normal as Juntas de Freguesia fazerem os pedidos junto do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia na Câmara Municipal de Oeiras. --

----- Da ficha elencada de elementos resultaram numerosos artificios necessários à realização das Festas e entre eles, passo a salientar, dois elementos essenciais:-----

----- Por um lado, uma contribuição de cinco mil euros. -----

----- Por outro lado a realização de um serviço de fixação de electricidade aos locais das Festas, ou seja, porque é um elemento essencial para a realização das mesmas. -----

----- Posteriormente a Junta de Freguesia de Linda-a-Velha enviou à Câmara Municipal de Oeiras a factura de oito mil e quinhentos euros (para ser paga). Até agora a resposta foi nula. Tirando o elemento inicial, em que disse que não fazia o pagamento. -----

----- Ponho à consideração desta Assembleia um elemento que considero base do princípio da igualdade, consagrado na Constituição da República Portuguesa, a saber: -----

----- Será que todos os elementos e Juntas de Freguesia são tratados por igual? As Freguesias que, por acaso, agiram de acordo com a Lei e que aguardam que sejam feitos os correctos pagamentos, não têm direito a vê-los efectuados? -----

----- Senhor Presidente da Câmara aguardo os seus esclarecimentos.” -----

4.3. O Senhor Marcos Sá (PS) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -----

----- Foi feita uma intervenção pelo Senhor Pedro Almeida, em representação da Assembleia Municipal, relativamente à Comissão Municipal de Juventude. Os Partidos Políticos devem tomar uma atitude sobre o que ele disse porque, senão, não faz sentido, e perde-se a

oportunidade da avaliação política do que foi referido. -----

-----Sugiro, como metodologia – e foi feita uma intervenção política importante – que os Partidos Políticos se pronunciem, e depois seguir-se-ão outros assuntos.-----

-----Relativamente a esta matéria ficámos muito preocupados, o protesto foi feito pelo representante da Assembleia Municipal – chama-se Pedro Almeida – é do Partido Socialista, mas está em representação de todos os Grupos Políticos deste Órgão.-----

-----Revejo-me totalmente na posição que ele tomou nessa reunião e o nosso Grupo é totalmente solidário com ele.-----

-----Apelo ao Senhor Presidente da Câmara para intervir ou falar com a Senhora Vereadora, no sentido de resolver esta situação, que não me parece que dignifique a Comissão da Juventude, nem a Câmara Municipal de Oeiras, nem a tradição que há, independentemente de todos os Presidentes de Câmara.” -----

4.4. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção. -----

-----“Entendo que a intervenção do Senhor Marcos Sá é plenamente justificada. -----

-----A gravidade do que foi trazido, ao nosso conhecimento, merece uma análise profunda. -- -----

-----É evidente que, e ainda bem que a senhora vereadora chegou, porque, pelo menos, em respeito ao princípio do contraditório seguramente ela irá esclarecer esta Assembleia. Porque a não assim acontecer e serem verdadeiros, para já não pomos em causa, os factos aqui trazidos, eles revestem-se de uma grande gravidade.-----

-----Não há, de facto, possibilidade de se manter um diálogo nestas condições, não há capacidade política da Senhora Vereadora, a ser verdade, manter-se nesta situação. -----

-----Vamos reservarmo-nos para uma posição ulterior após a Senhora Vereadora responder adequadamente aos factos e às acusações aqui formuladas, nomeadamente no que respeita à matéria e à forma autocrática, como foi aqui referido, em que esses trabalhos foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conduzidos. -----

----- O PSD gostará de ouvir a Senhora Vereadora, para depois formular de seu juízo relativamente a uma matéria que põe em causa, a ser verdade, repito, a honorabilidade dos membros desta Assembleia e da mesma, representada nesse Órgão importantíssimo pelo Senhor Pedro Almeida.”-----

4.5. O Senhor Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção.-----

----- “Pensamos nós, CDU, que tudo já foi dito. O Senhor Marcos Sá apresentou correctamente a oportunidade de discussão desta matéria e o Senhor Jorge Pracana, em representação do PSD, colocou exactamente a posição que a CDU subscreve. -----

----- Manifestamos, assim, o nosso sentido daquilo que gostaríamos de ouvir, da parte da Vereadora visada, o contraditório e lembrar que o Senhor Pedro Almeida estava em representação de todos nós e tem muita gravidade a acusação que ele aqui levantou.” -----

4.6. O Senhor Francisco Silva (BE) disse o seguinte. -----

----- “Também gostava de ouvir a Senhora Vereadora sobre este assunto, porque se, por um lado, o Senhor Pedro Almeida representa um Partido, ele nessa reunião representava a Assembleia e, como tal, representa-nos a todos e é um desrespeito perante a sua função e por este Órgão.-----

----- Penso que as acusações são graves e espero que a resposta seja conclusiva para podermos intervir posteriormente.” -----

4.7. A Senhora Carolina Tomé (IOMAF) referiu o seguinte.-----

----- “Com todo o respeito pelo protesto que foi apresentado pelo Partido Socialista, o nosso colega é, de facto, o único representante da Assembleia nesta Comissão Municipal da Juventude, portanto, por este facto parece-me que é prematuro estarmo-nos (Grupos Políticos) a pronunciar e a emitir juízos de valor sobre o que se passa nessas reuniões da Comissão, sem ouvirmos o que é que a Senhora Vereadora tem a dizer sobre o assunto. -----

-----Parece-me que seria mais razoável fazer ao contrário. Ouvir primeiro a Senhora Vereadora e depois os Grupos Políticos pronunciarem-se.”-----

4.8. O Senhor Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos. -----

-----“A Senhora Vereadora Elisabete Oliveira irá dar a sua versão dos acontecimentos. ---

-----Não gostei, mesmo nada, do tom que o Senhor Pedro Almeida utilizou e, designadamente, as adjectivações que fez em relação à Senhora Vereadora.-----

-----Se, porventura, na reunião da Comissão Municipal de Juventude utilizou as mesmas expressões que utilizou aqui, se eu estivesse a presidir a essa reunião teria agido muito pior que a Senhora Vereadora.-----

-----O respeito tem que existir em todo o lado, e quem está a conduzir uma reunião deve ser respeitado. -----

-----Numa reunião dessa natureza os ânimos exaltam-se, eu conduzo reuniões todas as quartas-feiras e sou confrontado com pessoas das mais diversas personalidades e com diferentes tipos de intervenções, e, às vezes, no calor dessas reuniões fazem-se determinadas afirmações, fazem-se determinadas chamadas de atenção, que nem todos aceitam da mesma maneira. Portanto, terá sido o que aconteceu nessa reunião. -----

-----Julgo que não haveria razão para o Senhor fazer a intervenção que fez, mas está feita e, como tal, não há nada melhor do que ouvir a versão da Senhora Vereadora Elisabete Oliveira sobre estes acontecimentos, porque a mim já me deu e devo dizer que não corresponde rigorosamente nada àquela que o Senhor Pedro Almeida aqui transmitiu.” -----

4.9. A Senhora Vereadora Elisabete Oliveira disse o seguinte.-----

-----“Não ouvi a intervenção do Senhor Pedro Almeida, culpa minha, cheguei atrasada, mas talvez seja melhor, porque assim vou dizer o que se passou. -----

-----Numa reunião da Comissão Municipal de Juventude levantou-se a questão de que os dirigentes do escutismo tinham, em regra, mais de trinta anos e o anterior Regulamento dizia que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

tinham representação nesta Comissão até aos trinta anos. -----

----- Na nova lei já vem uma alteração que prevê que possam estar pessoas com mais de trinta anos, precisamente para dar oportunidade aos dirigentes do escutismo, e diz mesmo: “ São equiparadas as Associações Juvenis, as organizações nacionais ou concelhias reconhecidas pela “World Association of Girls Guides and Girls Scouts” e pela “World Organization of the Scout’s Movement”. -----

----- Disse, na altura, que iria fazer a proposta à Assembleia Municipal de que se introduzisse no Regulamento da Comissão Municipal de Juventude esta cláusula, porque havia uma alteração. -----

----- Compete à Assembleia Municipal fazer o regulamento das Comissões, quer esta, quer a Comissão Municipal de Saúde, quer qualquer outra, por deliberação da Câmara. Aliás, o regulamento que temos neste momento foi proposto pela Câmara, alterado pela Assembleia Municipal e depois ratificado pela Câmara Municipal. -----

----- Nesta reunião foi-me proposto, por alguns membros das Associações Juvenis, que gostariam eles de fazer uma proposta de regulamento para esta comissão. Alertei-os para o facto de que esta comissão, como qualquer outra, é um Órgão meramente consultivo e não deliberativo e que não lhes competia fazer a alteração, mas sim a Assembleia Municipal. -----

----- Mesmo assim dei-lhes a possibilidade de fazerem uma proposta de alteração. Esta foi entregue alguns meses depois e dado a estranheza da mesma, enviei-a para o Gabinete Jurídico para obter um parecer. -----

----- Uma das alterações constantes na proposta dizia que:-----

----- “São membros inerentes, ...”, isto no seu artigo sétimo, “...fazem parte da Comissão Municipal de Juventude, o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e por delegação o Vereador do Pelouro da Juventude, um representante eleito pela Assembleia Municipal de Oeiras, um responsável do Pelouro da Juventude de cada freguesia do Concelho de Oeiras, um

representante do Instituto Português de Juventude.-----

-----Podem ainda fazer parte, um representante por cada uma das pessoas colectivas que, não se enquadrando em nenhuma das alíneas anteriores, demonstrem desenvolver actividades ou projectos no Concelho de Oeiras dirigidos à Juventude.-----

-----Outros elementos cuja presença se considere útil e oportuna por deliberação em Assembleia.-----

-----Os membros inerentes podem participar e intervir nas reuniões da Comissão Municipal de Juventude sem direito a voto.”-----

-----Certamente que nenhum dos Senhores aceitaria que nem o vosso representante, nem o representante das Juntas de Freguesia, nem o representante da Câmara Municipal, estivessem presentes numa Comissão Municipal sem direito a voto e meramente por inerência. Isto era ir totalmente contra o que é uma Assembleia Municipal.-----

-----Pedi um parecer ao Gabinete Jurídico, que tenho aqui comigo, e que me escusaria de o ler, mas se entenderem que sim eu leio-o:-----

-----“A Comissão Municipal de Juventude foi criada pela Assembleia Municipal nos termos da Lei das Autarquias, não tendo existência própria para além da lei que habilita à sua constituição.”-----

-----Nessa dita reunião (da Comissão Municipal de Juventude) referi que tinha recebido uma proposta, que a considerava muito válida e poderia ser aplicada em algumas das Associações Juvenis que estão presentes, não pode ser nesta Comissão Municipal porque sendo de Juventude não se pode tirar o direito, nem à Câmara, nem à Assembleia Municipal, nem às Juntas de Freguesia de os seus representantes poderem votar. Isto era o contrário àquilo que se pretende.-----

-----Li o parecer do Gabinete Jurídico, terminado disse que tinha introduzido no regulamento anterior aquilo que decorria da lei, ou seja, esta alteração que li, respeitante aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Chefes de Grupo dos Escuteiros. -----
----- Passei ao ponto seguinte e aí levantou-se uma pessoa que estava na sala, eu desconhecia quem era, mas também não tenho que conhecer, porque numa comissão seja ela do que for, qualquer pessoa tem os mesmos direitos. Levantou-se um senhor que duma maneira agressiva me chamou prepotente, autoritária, e até aí aceito, mas disse não democrata e isso já não aceito. -----
----- Disse à dita pessoa que o assunto já tinha sido discutido, já tinha lido o parecer do Gabinete Jurídico, já tinha explicado as razões, expliquei que ninguém abdicaria, nem a Câmara, nem a Assembleia, nem as Juntas de Freguesia, de estar numa Comissão Municipal sem direito a voto. Referi que o assunto estava discutido, estava encerrado e que já estávamos na discussão do ponto seguinte.-----
----- Nessa altura o senhor levantou-se, teceu estes comentários e disse que iria abandonar a sala, e eu disse, faz favor de sair, porque tinha que continuar a reunião. Foi o que aconteceu. A pessoa saiu e nós continuámos a reunião. -----
----- Com todo o respeito que tenho pelos Órgãos Autárquicos, e na altura não sabia quem era o representante, mas hoje sabendo ainda mais estranho que um membro da Assembleia Municipal queira aceitar uma proposta que lhe retira o direito a voto numa Comissão. -----
----- Foi o que se passou, estavam presentes representantes das Freguesias, estavam representantes das Associações Juvenis e a única pessoa que tomou esta postura foi, e infelizmente, um representante da Assembleia Municipal. -----
----- Como os Senhores sabem eu fui membro da Assembleia Municipal durante muitos anos, tenho o maior respeito pela Assembleia, foi um Órgão de que me orgulho bastante de ter pertencido e lamento que alguém tenha tido este procedimento e seja um membro da Assembleia. -----
----- O que o Senhor pretendia, provavelmente, não era defender os interesses da

Assembleia Municipal e não sabia que era a este Órgão que competia fazer os regulamentos.-----

-----Estou disponível para qualquer outra explicação que queiram.”-----

4.10. O Senhor Marcos Sá (PS) disse o seguinte:-----

-----“Há aqui questões que gostaria de registar sem fazer qualquer comentário ou intenção de valor.-----

-----Já é a segunda vez que a Senhora Vereadora diz, e pode-se provar pelas actas, primeiro não sabia quem era o representante da Protecção de Menores da Câmara Municipal, sendo uma única pessoa, agora diz que não sabia quem era o representante da Assembleia Municipal na Comissão da Juventude.-----

-----Peço desculpa, mas há certas coisas que a Senhora Vereadora tem que saber. E sabe e disse muito bem que no ponto três, relativamente ao Regulamento, se refere que o representante da Assembleia Municipal tem direito a falar e o que pergunto é se lhe foi pedido para falar e se a Senhora Vereadora o autorizou a intervir ou não.-----

-----Presumo que as reuniões das Comissões tenham actas e, como tal, gostaria de ter acesso à acta desta reunião da Comissão Municipal de Juventude e acho que era muito útil a mesma ser distribuída a todos os Grupos Parlamentares.-----

-----Todos têm os mesmos direitos e a Senhora Vereadora não deixa de ser democrata, só não o é quando não deixa alguém falar. Conheço a pessoa em causa e o que sei é que ele de certeza pediu a palavra para falar e só saiu da sala porque não o deixaram intervir.-----

-----Há algo que lhe vou dizer, e isto tem que ver com a minha convicção pessoal, ele não sairia da sala sem o deixarem falar, podia depois sair intempestivamente, mas garanto-lhe que ele saiu da sala porque não o deixaram falar.-----

-----Informo que, sob o ponto de vista das Comissões Municipais da juventude, eu próprio serei na Assembleia da República proponente de uma nova Lei para resolver estes problemas e para não haver vários regulamentos e regimentos.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.11. O Senhor Francisco Silva (BE) referiu o seguinte. -----

----- “Concordo com o que acabou de ser dito pelo Senhor Marcos Sá.-----

----- Como não conheço o membro em causa e nem a Senhora Vereadora e penso que uma Assembleia também não se pode basear em conhecimentos pessoais ou algo género. -----

----- Peço que seja facultada a acta a todos nós e discutiríamos o assunto posteriormente.”

4.12. O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte. -----

----- “Foi exercido o princípio do contraditório, foram alegados factos que se opõem àquilo que o Senhor Pedro Almeida referiu, conheço-o de algumas reuniões em que estive presente, tenho também o prazer de conhecer, como todos sabem, a Senhora Vereadora Elisabete Oliveira e penso que, para nosso descanso, a entrega da acta é fundamental, para de uma vez por todas nós nos apercebermos da real situação.-----

----- Até pode ter acontecido, muitas vezes sucede, que não existisse má fé de qualquer das partes, mas que existisse ali qualquer “qui pró quo” que despoletou esta situação.-----

----- Temos que ter alguma calma, estamos a falar de órgãos complementares. De todo o modo julgo que a distribuição da acta é fundamental e em função da mesma e daquilo que rigorosamente se tenha passado nessa reunião o PSD uma vez mais diz que se reserva, oportunamente e depois da sua análise, a intervir, se for necessário, nesta Assembleia.”-----

4.13. O Senhor Pedro Almeida (PS) referiu o seguinte:-----

----- “A Senhora Vereadora relatou os factos segundo a sua versão e quanto a mim cometeu algumas incorrecções. -----

----- Ficou por responder se a Senhora Vereadora está ou não disponível para abrir o debate, para distribuir aquilo que foi uma proposta alternativa apresentada, não por mim, porque eu assumi sempre uma posição de observador. Durante o processo acompanhei com interesse o envolvimento das Associações, que demonstraram motivação para apresentarem alterações. -----

----- Quero saber se a Senhora Vereadora está ou não disponível para distribuir essa

proposta por todas as Associações Juvenis, para discutir abertamente, sem limitações de palavra, votando para que a Assembleia Municipal e a Câmara saibam qual é a posição da Comissão Municipal de Juventude em relação ao documento final apresentado. Porque assim é que se resolve o problema. -----

-----Não é objectivo estar a agudizar e não foi esse objectivo da intervenção que aqui trouxe e a Senhora Vereadora apresentou aqui o processo de revisão como um processo pontual e cirúrgico motivado por uma alteração legal, não é verdade, e a Senhora sabe-o, por uma simples razão. -----

-----Temos o Regulamento Municipal da Juventude e por iniciativa da Câmara, e quanto a mim bem, iniciou-se um processo de revisão do mesmo em que se o esvaziou de algumas disposições regimentais e se criou um regimento da Assembleia Municipal para que a própria comissão municipal pudesse, de alguma forma, intervir mais directamente. -----

-----A única coisa que coloquei em causa foi o facto da Senhora Vereadora não ter permitido às Associações Juvenis discutirem mais abertamente aquilo que foram ideias que eles próprios apresentaram. -----

-----A Senhora Vereadora disse, e com toda a legitimidade, que não concorda que os Autarcas percam o direito a voto na Comissão Municipal de Juventude, mas o que é certo é que não sabe porque é que as Associações Juvenis apresentaram esta ideia, porque não os ouviu, porque não os questionou, não lhes deu essa oportunidade para se justificarem e peço à Senhora Vereadora que reflecta sobre essa possibilidade e que na próxima reunião da Comissão Municipal da Juventude se possa de novo abrir o debate para termos depois um documento melhor, não só na discussão da Câmara, mas também na Assembleia Municipal de Oeiras.”-----

4.14. A Senhora Vereadora Elisabete Oliveira disse o seguinte. -----

-----“Quando o Senhor pediu a palavra para falar sobre o regulamento já eu estava no ponto seguinte, e, por isso é que lhe disse que não iríamos voltar atrás porque o assunto estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

encerrado. -----

----- Ficou claro, e está em acta, que não dei a palavra porque se tinha passado ao ponto seguinte. Aqui na Assembleia, certamente, quando se passa a outro ponto não se dá a palavra para se falar sobre o ponto anterior. -----

----- Quero dizer que a acta foi feita pelos serviços de actas da Câmara, ainda não foi distribuída, esperemos que o seja. -----

----- Tenho todo o gosto em entregar à Assembleia Municipal, dado que é ela que tem o direito de fazer alterações ao regulamento, a proposta que foi feita pelas Associações Juvenis e a proposta que existe da Comissão Municipal de Juventude, que era a proposta existente com esta alteração referente aos escuteiros. -----

----- Acho que é aqui o local onde este assunto pode ser discutido, não é numa Comissão Municipal de Juventude que se discute um regulamento. A Comissão Municipal de Juventude, e alertei sempre, não é um órgão deliberativo, como tal não tem que fazer votação sobre coisa alguma. --- -----

----- Posso fornecer esta documentação a todos, se assim o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara entenderem, e depois aqui os Senhores poderão discutir se querem ou não este regulamento. Na Comissão Municipal de Juventude não se voltará a fazer esta discussão.” -----

4.15. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Parafrazeando o Senhor Marcos Sá, conheço há muitos anos a Vereadora Elisabete Oliveira, não conheço o Senhor Pedro Almeida, não conheço a sua personalidade e fiquei a conhecer-lha pela intervenção que fez. -----

----- Quem preside à Comissão Municipal de Juventude é o Presidente da Câmara e enquanto eu for Presidente não permitirei ilegalidades. -----

----- A Senhora Vereadora fez muito bem, estava a presidir àquela comissão, não ter

permitido, sequer, a discussão dessa proposta. Mal vai a Comissão Municipal de Juventude e mal vão os seus componentes se o assunto mais importante a discutir é a questão de quem vota ou não, depois da Assembleia Municipal ter decidido quem vota. -----

-----Estava convencido que era uma proposta qualquer de fundo, mas se a questão era se podia ou não votar não compreendo o que estão a fazer pessoas numa Comissão se vão para lá discutir isso. -----

-----A gravidade é maior porque o Senhor Pedro Almeida sendo membro da Assembleia com assento na Comissão Municipal de Juventude é aqui na Assembleia que deve apresentar as propostas de alteração/revisão do Conselho Municipal de Juventude e não lá, porque lá tem que se cumprir aquilo que a Assembleia Municipal aprovou. -----

-----Conhecendo eu como conheço a Vereadora Elisabete Oliveira não tenho dúvidas que ela não se furta ao diálogo e, naturalmente, que as pessoas teriam sempre o direito de fazer um protesto escrito, entregá-lo, ficaria a constar da acta, seria remetido para a Assembleia Municipal e não seriam necessárias as adjectivações, acho eu, que o Senhor aqui fez. Afinal a situação não é tão grave como isso.” -----

4.16. O Senhor Marcos Sá (PS) referiu o seguinte. -----

-----“Ouvi com atenção o Senhor Presidente da Câmara, mas parece-me que a Comissão Municipal de Juventude e os seus representantes não são propriamente para estarem a ouvir, mas para darem, também, as suas opiniões. Pelo menos é essa a minha perspectiva de uma Comissão Municipal de Juventude, e não sendo um órgão deliberativo é, com certeza, consultivo e pode dar as suas opiniões. -----

-----Aquilo que aqui ficou claro, e isso é que importa referir, é que, se calhar, o Senhor Presidente da Câmara não conhece a Senhora Elisabete Oliveira assim tão bem quanto isso. -----

-----A Senhora Vereadora Elisabete Oliveira disse aqui algo muito positivo e não faltou à verdade, ao contrário daquilo que tinha feito na sua primeira intervenção, disse que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efectivamente, não tinha dado a palavra ao Senhor Pedro Almeida, apesar de ele se ter identificado como representante e ter pedido a palavra, mas, de facto, a Senhora Vereadora admitiu isso e arranhou um subterfúgio de última hora dizendo que já tinha passado para outro ponto. Pelo menos ficou em acta e gostei da sua atitude perante esta situação.” -----

4.17. O Senhor Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Entraram na Mesa oito propostas, já todas foram distribuídas e coloco-as à discussão.- -----

----- Iremos discuti-las uma a uma. Farei uma distribuição equitativa de tempo, isto é, darei cinco minutos a cada proposta.-----

----- A primeira proposta que iremos discutir é a que foi entregue pela CDU.”-----

4.18. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “O Senhor Presidente dá cinco minutos para cada proposta e relativamente a outras intervenções à margem das propostas resta algum tempo, ou não?” -----

4.19. O Senhor Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Deixo os Senhores intervirem à margem das propostas.” -----

4.20. O Senhor Francisco Silva (BE) disse o seguinte: -----

----- “Em relação às intervenções será que elas poderiam ser antes da discussão das propostas, de maneira a tecermos as considerações e problemas que temos para depois se passar a uma acção mais activa da discussão das propostas?”-----

4.21. O Senhor Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

----- “Vamos discutir as propostas que temos rapidamente nestes quarenta minutos que dispomos e depois dou a palavra a todos para colocarem as questões que entenderem.” -----

4.22. O Senhor Daniel Branco (CDU) fez a apresentação da **MOÇÃO RELATIVA À DIFÍCIL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DA CDU:** -----

-----“O Município de Oeiras em difícil situação -----
-----Tendo sido, recentemente, confirmada, pelo Ministério Público a acusação feita ao
Doutor Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras;-----
-----Em coerência com as posições que a CDU tem assumido nesta matéria; -----
-----Pelas razões que invocámos na proposta de Moção apresentada na Sessão desta
Assembleia Municipal em vinte de Fevereiro de dois mil e seis, que de seguida transcrevemos: --
-----Sendo certo que compete aos tribunais o completo esclarecimento do processo,
devendo aguardar-se o veredicto, que desejamos seja produzido tão rapidamente quanto possível,
a verdade é que os crimes de que o Doutor Isaltino Morais é acusado são dos mais graves até
hoje apontados pelo Ministério Público contra um Presidente de Câmara Municipal. -----
-----De tudo isto, e pela nossa parte, concluímos: -----
-----Que o Município de Oeiras se encontra numa situação muito difícil e fragilizada,
pela falta de confiança e de credibilidade que recai sobre o seu Presidente da Câmara;-----
-----Que se mantêm, agora ainda com maior razão, as circunstâncias que levaram a CDU
a não aceitar pelouros, nas actuais condições, na Câmara Municipal; -----
-----Que é do interesse de todos, que esta situação seja ultrapassada o mais rapidamente
possível, para que possamos, de novo e em novos moldes, reganhar o prestígio e as capacidades
indispensáveis ao desenvolvimento e progresso que ambicionamos. -----
-----Deriva da legislação actualmente em vigor, não ter, a Assembleia Municipal,
competência específica que a habilite a tomar decisões que possam obstar à manutenção da
situação que, por esta via, foi criada ao nosso Município.-----
-----Tal, porém não a impede de recomendar medidas preventivas que considere mais
adequadas a se garantir uma melhor imagem do órgão executivo do Município, na tão lamentável
situação em que este se encontra.-----
-----Nesta conformidade, propomos que a Assembleia Municipal delibere:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Solicitar ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais, que suspenda o exercício das suas funções até à conclusão deste caso em tribunal.”-----

4.23. O Senhor Francisco Silva (BE) referiu o seguinte:-----

----- “Em relação à Moção da CDU, o Bloco de Esquerda expressa a sua preocupação, que é a mesma dos cidadãos que elegeram estes membros, porque são, realmente, acusações graves, concordamos que a credibilidade está, no mínimo, abalada, resguardando, como é óbvio, o princípio da salvaguarda da inocência até trânsito em julgado, porque também é um direito muito importante, mas pensamos que a dúvida que recai é suficiente para apoiarmos a Moção da CDU e concordar-mos com o que foi dito.”-----

4.24. O Senhor Britaldo Rodrigues (IOMAF) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Das muitas coisas que tenho feito na vida creio que fundamentalmente e, apesar de tudo, sou essencialmente um investigador científico e cabe-me preocupar-me, essencialmente, na descoberta da verdade e para isso são precisos dois factores fundamentais, isto é, o rigor e a competência.-----

----- Se um juiz vier a olhar para um trabalho de petrologia e geoquímica, que é a minha especialidade e se pronunciar, de certeza que vai dizer asneira. Eu também não tenho competência para julgar o que é do foro de um Juiz de Direito.-----

----- Nestes termos quero dizer que num âmbito político posso julgar, porque também sou um político com alguma experiência, – pelo menos – aquilo que algum cidadão faça no âmbito político. No que diz respeito àquilo que não é a minha especialidade, não tenho nada que julgar. -

----- No entanto, parece-me que há pessoas que conseguem assumir-se com competências e condenar, à partida, certo tipo de pessoas. Não é este o meu timbre, porque penso que não seja digno para a democracia.-----

----- A seguir ao Vinte e Cinco de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro deram-se alguns excessos, que foram maus para a imagem que temos dessa data. Dentro destes excessos

estou a lembrar-me daquele que diz respeito à formação de tribunais populares.-----

-----Lembro-me de um tribunal popular que considerou um cidadão, que matou o patrão, ilibado de qualquer culpa, porque este por ser patrão era fascista. Isto ocorreu e não quero que isto ocorra na nossa sociedade. Mas que tipo de sociedade é esta em que um cidadão por ser anunciado que está acusado e imediatamente se tem que assumir que está condenado?-----

-----Que sociedade é esta em que um cidadão que é Primeiro Ministro, alguém decide pensar que ele não tem habilitações e em vez de demonstrarem que não tem é ele que o tem que fazer? -----

-----Temos de pensar que para nos dignificarmos e para sermos um país civilizado temos que decidir que quando alguém é condenado é, e quando o não é, não é, ninguém tem que estar com suspeições sobre a sua pessoa. -----

-----Lembro-me que andei na campanha eleitoral com o Senhor Doutor Isaltino Morais e uma vez encontrei uma pessoa que me disse que iria votar nele, apesar do que andavam a dizer a respeito dele, que não se incomodava porque não sabia se era verdade ou não do que o acusavam, que não sabia se ele iria ser ilibado ou não e não poderia perder este Presidente de Câmara só por suspeitas, se o fizesse seria só por masoquismo.-----

-----Isto significa que neste Concelho não há muitos masoquistas, porque, efectivamente, o Doutor Isaltino Morais ganhou as eleições. E, por isso, quero aqui dizer, em nome dos não masoquistas, ao Senhor Presidente da Câmara que, por favor, não abandone o barco, não perca a oportunidade de que se diga em todas as Freguesias do nosso Concelho que continua presente e que continua com a força que nós precisamos e que, na medida do possível, também lha daremos. Não somos masoquistas.”-----

4.25. O Senhor António Barros (J.F. Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Orgulho-me muito de morar em Oeiras, porque esta é uma terra diferente. Se assim não fosse o teor desta moção nunca teria chegado aqui. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Como sabem, é a primeira vez que tenho a honra de presidir a uma Junta de Freguesia, assim como estar na Assembleia Municipal e por assim ser, pensava eu, e confesso que quantos mais dias passam mais ingenuamente acho que pensava, que havia nestas coisas da política alguma honestidade intelectual e alguma coerência. -----

----- Digo isto porque Oeiras é, de facto, uma terra diferente. É diferente porque em Oeiras quando acontece algo com o Presidente da Câmara Municipal pede-se imediatamente a sua suspensão de mandato. -----

----- Oeiras é uma terra diferente das outras, porque a doutrina política que os Partidos seguem é completamente diferente da doutrina política que seguem nos outros Municípios do país. Se a mesma regra fosse seguida o que diria a CDU da Câmara Municipal de Setúbal? O que diria o Bloco de Esquerda da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos? -----

----- É por isto que acho que Oeiras vale a pena, Oeiras marca o ritmo e Oeiras é uma terra que vai estar mais à frente.” -----

4.26. O Senhor Luís Santos (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “A única posição sensata que se deve ter sobre a proposta da CDU é a de que não há aqui ninguém julgado, muito menos há aqui alguém condenado. -----

----- Não é lícito que alguém actue como juiz e indiferente aos verdadeiros interesses de Oeiras sugira a suspensão de mandato do Senhor Presidente da Câmara, que, como é reconhecido pela esmagadora maioria dos Oeirenses, até tem vindo a desenvolver uma excelente actividade. -----

----- Doutor Isaltino, por favor, mantenha a mesma coragem, a mesma capacidade de gestão que tem vindo a revelar e acabe o seu mandato para bem deste Concelho.” -----

4.27. A Senhora Teresa Moura Guedes (IOMAF) referiu o seguinte: -----

----- “Lamento e registo com surpresa que haja quem ponha acima da verdade e do interesse real deste Concelho interesses menos claros, interesses partidários, forçosamente mais

personais, servidos por outras razões menos transparentes do que as do interesse do Concelho de Oeiras, que nós sabemos estar inteiramente dependente da sua boa orientação autárquica, que todas as frentes políticas – já de há muitos anos reconhecem – no seu Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais. -----

-----Não se trata de acusações, julgamentos e condenações, mas sim de aproveitamentos políticos, que aqui estão e desde sempre têm estado ao serviço de interesses muito pouco confessáveis. -----

-----A verdade é que Oeiras foi sempre invejada, Oeiras foi sempre um exemplo, eu sou de outro concelho, venho de Torres Vedras aqui porque acho que vale a pena e virei sempre que me chamarem, porque apoio inteiramente o Senhor Presidente da Câmara, que respeito, admiro e que seguirei sempre.-----

-----Senhor Doutor Isaltino Morais esta é a minha verdade, este é o meu testemunho, venho de longe, faço ida e volta cento e sessenta quilómetros de muito boa vontade e virei sempre que me chamarem, para o apoiar.”-----

4.28. O Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo) fez a seguinte intervenção: -----

-----“No período do Estado Novo os lutadores antifascistas eram presos e condenados mesmo sem se provar a sua culpa. -----

----- Uma das grandes conquistas do Vinte e Cinco de Abril foi a presunção de inocência e foi o Estado de Direito. Foi um direito claro ao contraditório, porque é que querem em vinte e sete de Abril de dois mil e sete enterrarem o Vinte Cinco de Abril?” -----

4.29. O Senhor Alexis Gonçalves (IOMAF) disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente da Câmara, como já foi dito anteriormente, foi constituído arguido, mas como é do conhecimento de todos a presunção de inocência é algo que deve manter-se para todos os cidadãos em geral, e o Doutor Isaltino Morais também tem direito a essa presunção de inocência.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ao longo dos seus, quase, vinte anos como autarca o Senhor Doutor Isaltino Morais mostrou sempre coragem e frontalidade. Os mesmos atributos que teve no passado dia vinte de Abril de dois mil e sete quando deu, de imediato, uma conferência de imprensa com o objectivo de esclarecer o país e, principalmente, os munícipes de Oeiras sobre a sua acusação, salvaguardando, como é óbvio o segredo de justiça.-----

----- Independentemente das rivalidades políticas esta Assembleia não é o local próprio para julgar alguém, e, para além do Autarca existe o Homem, este deve ser respeitado independentemente da questão política. Por isso respeite-se o Homem, pelo menos, se não se quiser respeitar a pessoa política.”-----

4.30. O Senhor Arlindo Barradas (IOMAF) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estou preocupadíssimo assim como toda a comunidade Cabo Verdeana. Recebi inúmeros telefonemas de solidariedade para com o Senhor Presidente da Câmara, porque todos o vêem como um cabo verdeano. -----

----- É um homem que só tem feito o bem e quem é bom não pode ser castigado. O Senhor Doutor Isaltino tem que continuar no seu lugar sem medo de nada, a justiça logo se verá.”-----

4.31. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Quero expressar o meu sincero reconhecimento pela sensibilidade que verifico em alguns membros desta Assembleia e, particularmente, aqueles que integraram a minha candidatura. -----

----- Mais uma vez o poeta ultrapassou-me e não é o Ministério Público que julga e condena, muito menos será a Assembleia a julgar e a condenar, muito menos será o Partido Comunista a julgar e condenar quem quer que seja. Aliás, já lá vai o tempo em que se dizia que era o Partido das “paredes de vidro”, porque está muito opaca e devem olhar para os seus autarcas, olhar para as Câmaras Municipais onde há Presidentes comunistas arguidos e não vi,

ainda, pedir a suspensão do que quer que seja. -----
-----É um atentado ao Estado de Direito pretender queimar na fogueira da Inquisição
pessoas sem qualquer julgamento, sem qualquer contraditório, apenas por alguém ter sido
constituído arguido.-----
----- Não desvalorizo a situação de alguém que é constituído arguido, porque qualquer
um o pode ser, é importante quando isso acontece para que as pessoas tenham condições de se
defender, mas, por vezes, a defesa é complicada quando assistimos a crimes de participação em
negócio entre o Ministério Público e certa comunicação social.-----
-----Todos viram que a minha acusação veio plasmada no jornal “Sol” de sábado, e está
tudo dito relativamente à forma como se faz justiça em Portugal. Como estou de consciência
tranquila, já o disse várias vezes, moções como esta que o Partido Comunista aqui apresentou só
me dão força e vigor. Dá-me ainda mais dinamismo, capacidade e entusiasmo, porque sempre
tive essa particularidade, quanto mais me atacam, mais vou para a frente. -----
-----O Partido Comunista neste Concelho nunca esteve do meu lado, também mal seria se
estivesse. Podem apresentar as moções que quiserem, porque nem sequer uma beliscadura me
fazem.-----
-----Estou com o mesmo entusiasmo, com o mesmo empenho e a justiça há-de ser feita,
mas, no local próprio. -----
-----Estamos em democracia, todos têm direito de falar e, como tal, o Partido Comunista
tem direito de dizer aquilo que muito bem entender. -----
-----Sei que o que mete confusão ao Partido Comunista, aliás sempre meteu, é que a
Câmara de Oeiras funciona e bem. O Partido Comunista nunca teve a minha confiança e eu
também nunca tive a sua confiança, nem nunca precisei e nem preciso. Em democracia temos
que nos tolerar, temos que conviver uns com os outros, é o jogo da democracia. Nunca tive as
ideias deste partido.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Câmara de Oeiras tem estabilidade, os cidadãos de Oeiras têm confiança nela, quando fui eleito todos sabiam as circunstâncias. Há estabilidade e confiança, se não tem a confiança do Partido Comunista isso faz parte das regras do jogo.-----

----- O importante é o que as pessoas do Concelho dizem dele, como as pessoas se sentem nele, como é que as pessoas trabalham com a Câmara Municipal, os projectos que estão em curso, a qualidade de vida que melhora e isto é que é fundamental e para isto que cá estou. -----

----- Só penso nos problemas complicados quando eles acontecem e, portanto, não vou perder uma hora de sono a pensar no que vai acontecer no futuro. Neste momento no que penso é em trabalhar e não há nada que me distraia da minha função e do meu trabalho na Câmara Municipal. -----

----- Todos os dias recebo, na rua, testemunhos de confiança e as pessoas vêm ter comigo a dizer para não me deixar abater e, de facto, a minha força ultrapassa tudo isso.”-----

4.32. O Senhor Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Conheço o Senhor Presidente da Câmara desde mil novecentos e oitenta e seis, sou também autarca desde essa data e, desde esse mandato, nós comunistas, sempre integrámos os Executivos da Câmara e desenvolvemos muito trabalho com muitos vereadores, com obra feita, que foi manifestamente reconhecida como válida no benefício da população em geral e com trabalho apreciado, inclusivamente, pelo próprio Presidente da Câmara, que sempre nos deu pelouros e capacidade para poder intervir, positivamente, da forma mais interessada e no desenvolvimento do Concelho de Oeiras. -----

----- Pessoalmente nada temos contra o Doutor Isaltino Morais e a nossa moção não o acusa de nada. Nós com ela só procuramos salvaguardá-lo para suspender o mandato em exercício até ser clarificada esta situação. -----

----- Estamos precisamente em condições e aptos para no dia e na hora que o Senhor Presidente da Câmara seja considerado inocente, e esperamos que essa situação se venha a

concretizar, para integrar de imediato o Executivo da Câmara, assumir os pelouros, como sempre os comunistas, nesta terra, fizeram. -----

-----Não foi justo o que o Senhor Presidente da Câmara disse, quando fez uma generalização pouco adequada e pouca certa, porque não foi séria. Em termos de honestidade intelectual os membros desta Assembleia não podem ler, na nossa moção, o que não está escrito. Nós não o julgamos, nós dizemos apenas que foi acusado pelo Ministério Público de crimes graves e até essa situação estar esclarecida devia suspender o mandato.”-----

4.33. VOTAÇÃO – MOÇÃO RELATIVA À DIFÍCIL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DA CDU:-----

-----O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta Moção, a qual foi rejeitada, com quinze votos a favor, sendo dez do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, e com vinte e seis votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, um do Partido Social Democrata (Maria da Conceição Teixeira Duarte Soares de Matos Capinha) e sete do Partido Socialista.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se transcreve:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 8/2007** -----

-----MOÇÃO RELATIVA À DIFÍCIL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DA CDU -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Moção relativa à difícil situação do Município de Oeiras apresentada pelo Grupo Político da CDU, tendo a mesma sido rejeitada, com quinze votos a favor, sendo dez do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, e com vinte e seis votos contra sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, um do Partido Social Democrata e sete do Partido Socialista.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.33.1. O Senhor Marcos Sá (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O Partido Socialista votou contra pelas razões que estão plasmadas na própria moção, que passo a ler:-----

----- “Deriva da legislação actualmente em vigor, não ter, a Assembleia Municipal, competência específica, que a habilite a tomar decisões que possam obstar à manutenção da situação que, por esta via, foi criada no nosso Município.”-----

----- Se a Assembleia Municipal não tem competência houve aqui um engano e este assunto não deve aqui ser discutido, porque não temos competência para o discutir. -----

----- O que aqui podemos fazer, e estou disposto a fazê-lo, ouvi falar de acusações e não faço essas leituras pelo jornal, não sei o que se passa, não tenho contactos privilegiados, que os outros Partidos têm e, felizmente, separo muito bem a questão política da questão judicial.-----

----- Parece-me importante outro apontamento, porque quem aplica medidas de coação são os tribunais, e, portanto, se estes quiserem pedir a suspensão do Senhor Presidente da Câmara que o façam. -----

----- Na questão da ética esta é muito simples, relativamente ao Partido Socialista, será renúncia de todos os mandatos no caso do Senhor Presidente da Câmara vir a ser condenado. Gostava de ouvir todos os outros Grupos Parlamentares a dizer o mesmo que o Partido Socialista diz, porque já passaram dois anos e continuam sem dizer absolutamente nada sobre esta questão fundamental, ou seja, renúncia dos mandatos. -----

----- A ética da doutrina do Partido Socialista é muito clara, ou seja, qualquer militante do PS com cargos executivos que seja acusado deve, em consonância com essa doutrina, essa pessoa suspender o mandato, pelo menos durante o julgamento. Mas, esta é do PS, a do Senhor Presidente será uma posição pessoal e individual, que a ele só dirá respeito.-----

----- Recordo-me que em dois mil e seis, e não quero fugir à questão, mas estou a estranhar o silêncio do PSD nesta segunda acusação, o Doutor Marques Mendes não se ouve, a

Doutora Teresa Zambujo não presta nenhum comentário e começo a ficar preocupado porque quando isso acontece, sendo as situações as mesmas, das duas uma, ou se passa algo de grave, que gostava de saber, mas, no futuro, este silêncio será esclarecido pelo PSD e, portanto, a nossa posição será a mesma de sempre, inclusive o PSD na primeira acusação apresentou uma moção e agora retirou, pelo menos relativamente ao passado ano de dois mil e seis.”-----

4.33.2. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Em relação a esta questão, como verificaram, o PSD não interveio antes e só o faz agora, porque nada mais há a dizer, além daquilo que tem sido a posição oficial do Partido, e, foi transmitido e é do conhecimento de todos.-----

-----Espero que relativamente a Câmaras que, recentemente, tomámos conhecimento, de alguns casos complicados, aí também o Partido, e agora falo em meu nome pessoal, siga, de facto, a mesma regra. -----

-----Não entendo as insinuações do Senhor Marcos Sá, não entendo o seu nervosismo, e espero que a posição que ele aqui assumiu seja a mesma relativamente à Câmara de Lisboa, esperamos para ver o que irá acontecer a breve trecho, mas a História dirá o que acontecerá.” ----

4.34. O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Vamos passar à discussão da Proposta de Recomendação do Partido Socialista, relativa a uma política global de sensibilização e acção pública.”-----

4.35. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA NO CONCELHO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS, que a seguir se transcreve:-----

-----Considerando que:-----

-----a) As alterações climáticas e as suas consequências são um tema prioritário do Séc. XXI;-----

-----b) A Utilização Racional de Energia (URE) deve consubstanciar-se num conjunto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acções e medidas, que tenham como objectivo a melhor utilização da energia;-----

----- c) A URE é cada vez mais um factor importante de economia energética e redução de custos, tanto no sector de serviços e industrial como no sector doméstico; -----

----- d) Com a implementação de uma série de recomendações e conselhos úteis, é possível reduzir os consumos energéticos mantendo o conforto e a produtividade das actividades dependentes de energia; -----

----- e) A Utilização Racional de Energia deverá ser uma preocupação permanente do concelho de Oeiras; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras recomenda à Câmara Municipal que estude e implemente as seguintes iniciativas: -----

----- Um. Relativamente a uma política global de sensibilização e acção pública: -----

----- · Tornar o Município de Oeiras Carbono Zero (ser CarbonoZero significa quantificar emissões, reduzir consumos de energia e compensar as emissões inevitáveis). -----

----- Dois. Relativamente à iluminação Pública do concelho e dos edificios camarários: ---

----- · Apostar definitivamente na introdução de tecnologias que produzam energias renováveis. -----

----- · Aplicar e substituir, sempre que possível, lâmpadas tradicionais por fluorescentes -- .

----- · Na iluminação de grandes espaços, aplicar lâmpadas de vapor de sódio da alta pressão. --- -----

----- · Na iluminação exterior passar a utilizar lâmpadas de vapor de sódio da baixa pressão. --- -----

----- Três. Relativamente ao parque automóvel dos serviços camarários:-----

----- · Nos futuros concursos optar por Veículos Eléctricos Híbridos (VEH) - Este tipo de veículos combinam características positivas dos veículos com motores de combustão internas como a autonomia e a disponibilidade de potência, com características de motores eléctricos

como menor ruído, gestão da potência, menor consumos e reaproveitamento da energia. -----

-----Quatro. Relativamente aos Promotores Imobiliários do Concelho: -----

-----· A OEINERGE deverá sensibilizar todos os agentes de imobiliário que operam no concelho de Oeiras para a necessidade de certificarem do ponto de vista energético futuros edifícios (o objectivo principal da Certificação Energética é de informar o utilizador final sobre a prestação energética dos edifícios e desta forma instituir um novo elemento de informação qualitativa no mercado de venda e aluguer de edifícios).”-----

4.36. O Senhor Francisco Silva (BE) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Em relação a esta proposta penso que se trata de um assunto sério e deve ser levado em consideração. Acho que é necessário um estudo aprofundado que veja as reais necessidades do Concelho e que seja coerente com uma política de viver melhor em Oeiras e destinar mais espaços verdes, não numa lógica de embelezamento ou simples serviço de utilização, mas também, numa lógica de criar um pulmão que resolva o problema da poluição a todos os níveis (indústrias e automóveis). -----

-----Penso que acompanhado deste estudo devia resultar também, porque acho necessário para calcular as devidas quotas de carbono que o Concelho emite, um estudo de mobilidade. Sei que o mesmo já esteve em Ordem de Trabalhos, gostava de saber o que é feito dele e queria saber quais as orientações políticas, ou estratégias do executivo camarário relativamente a este assunto, quer em políticas ambientais, quer em políticas de transportes, que são muito importantes.” -----

4.37. O Senhor Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

-----“O PSD revê-se nesta Proposta de Recomendação, aliás cabe recordar que no ano passado nós apresentámos, igualmente, uma proposta de recomendação relativa a futuras viaturas a serem adquiridas pela Câmara Municipal e que vemos, também, contemplado no ponto três desta proposta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Não deixamos de salientar este facto e congratulamo-nos pelo facto do Partido Socialista, depois de nós termos apresentado esse ponto, vir agora reforçá-lo, o que só nos agrada. Por isso, não podemos deixar de votar favoravelmente.”-----

4.38. A Senhora Celeste Dâmaso (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Considero que esta Proposta do PS é demasiado profunda para ser tratada tão rapidamente. -----

----- Gostaria de pedir ao Partido Socialista se se importaria de a passar para outra Assembleia como ponto na Ordem de Trabalhos, para ser discutida com outra profundidade.”-----

4.39. O Senhor Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

----- O Partido Socialista corre o risco de o PSD, na próxima Assembleia Municipal, apresentar mais uma proposta e dizer que esta é deles.-----

----- Na política deve haver seriedade intelectual relativamente a estas matérias, muito sinceramente, Senhor Jorge Pracana, não me recordo de veículos eléctricos híbridos, mas recordava-me da que lhe falei há pouco e parece que não gostou, mas até posso convir que seja verdadeira. -----

----- O que interessa é que se trata de uma Proposta de Recomendação, os considerandos estão feitos, as propostas são claras e objectivas, é basicamente para a Câmara fazer os estudos e accionar as suas perspectivas. Acho que é ter ambição, acho que é construir o Município, acho que isto é ter uma postura diferente daquela que muitas vezes não se vê aqui na Assembleia Municipal.” -----

4.40. O Senhor Britaldo Rodrigues (IOMAF) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apoiamos indiscutivelmente esta proposta. Problemas de energias alternativas foi sempre algo que me preocupou, lembro que na ilha de São Miguel quarenta por cento da energia é geotérmica, e fui aí Director do projecto geotérmico, e aí há capacidade para ser uma alternativa. -----

-----Acontece que muito daquilo que nós chamamos alternativas são quase que paliativos, às vezes com muito esforço consegue-se com a energia das ondas à volta de um por cento. -----

-----Esta situação faz-nos pensar em assuntos complicados, que aqui não são versados. O problema do nuclear tem que ser encarado e discutido. Temos que tomar consciência de certo tipo de situações, por exemplo, a ocupação do Vale do Côa sem ter sido para uma barragem e impediu os transvazes dos rios portugueses, mas permitiu o dos espanhóis. Evidentemente que, muitas vezes, estão em causa os aspectos culturais, mas, também, há estes aspectos de importância energética e problemática da água.-----

-----Concordo com o que foi dito pela minha colega de bancada, que há mais em que pensar do que aparece na recomendação, mas, no entanto, o que está abre possibilidade disso, porque quando na proposta é referido que se quer apostar definitivamente na introdução de tecnologias que produzam energias renováveis, isto é, de facto, uma vastidão que dá para aprofundar esta proposta. -----

-----Esta proposta por tudo o que contém e até pelo seu carácter pedagógico parece-me muito importante e acho que é de votar favoravelmente.”-----

4.41. O Senhor Pinto Ferreira (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Manifestamos a concordância com esta proposta.-----

-----Queremos apenas fazer um pequeno reparo em relação ao ponto quatro, que nos parece desnecessário, porque a legislação em vigor já obriga – para o licenciamento de novos projectos –, a apresentação do projecto térmico de edifícios e, daí, sugerimos que, eventualmente, este ponto quatro possa ser retirado.”-----

4.42. O Senhor Marcos Sá (PS) disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Pinto Ferreira tem toda a razão naquilo que disse, mas, muitas vezes aquilo que é lei e depois o seu cumprimento, há uma grande diferença. -----

-----Neste caso, acho, a questão da Oeingerge reforça e sensibiliza, parece-me que é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

papel que também lhe podemos dar, no sentido de reforçar esse papel junto dos promotores imobiliários. Valorizamos a Oeingerge e não se perde nada, na perspectiva pedagógica, independentemente de existir legislação.”-----

4.43. O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Compreendo as preocupações de alguns Senhores relativamente a propostas desta natureza, muitas vezes propostas destas se fossem distribuídas com antecedência talvez houvesse mais tempo das analisar. -----

----- Neste caso concreto estou, também, inteiramente de acordo com esta recomendação, tanto mais que ela vem na linha daquilo que a Câmara já está a fazer, imaginem as coincidências, acabaram-me de trazer o contrato/programa oitenta e quatro/dois mil e sete, que não é nada mais do que a realização de um plano de acção de energia e ambiente em Oeiras, justamente para desenvolver todo um conjunto de iniciativas na área de energias alternativas. -----

----- Todas as recomendações que a Assembleia Municipal faça neste sentido vêm estimular, incentivar e responsabilizar aquilo que é já uma filosofia de actuação por parte da Câmara Municipal.” -----

4.44. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA NO CONCELHO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS-----

----- O Senhor Presidente da A.M. pôs à votação esta proposta de recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se transcreve: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 9/2007**-----

----- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À UTILIZAÇÃO**

RACIONAL DE ENERGIA NO CONCELHO DE OEIRAS APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa à Utilização Racional de Energia no Concelho de Oeiras apresentada pelo Grupo Político do Partido Socialista e deliberou por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, recomendar à C.M.O.: -----

-----Um. Relativamente a uma política global de sensibilização e acção pública, tornar o Município de Oeiras Carbono Zero (ser Carbono Zero significa quantificar emissões, reduzir consumos de energia e compensar as emissões inevitáveis).-----

-----Dois. Relativamente à iluminação pública do concelho e dos edifícios camarários: ---

-----Apostar definitivamente na introdução de tecnologias que produzam energias renováveis. -----

-----Aplicar e substituir, sempre que possível, lâmpadas tradicionais por fluorescentes.

-----Na iluminação de grandes espaços, aplicar lâmpadas de vapor de sódio da alta pressão. ----

-----Na iluminação exterior passar a utilizar lâmpadas de vapor de sódio da baixa pressão.

-----Três. Relativamente ao parque automóvel dos serviços camarários: -----

-----Nos futuros concursos optar por Veículos Eléctricos Híbridos (VEH) - Este tipo de veículos combinam características positivas dos veículos com motores de combustão internas como a autonomia e a disponibilidade de potência, com características de motores eléctricos como menor ruído, gestão da potência, menor consumo e reaproveitamento da energia. -----

-----Quatro. Relativamente aos Promotores Imobiliários do Concelho: -----

-----A OEINERGE deverá sensibilizar todos os agentes de imobiliário que operam no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concelho de Oeiras para a necessidade de certificarem do ponto de vista energético futuros edifícios (o objectivo principal da Certificação Energética é de informar o utilizador final sobre a prestação energética dos edifícios e desta forma instituir um novo elemento de informação qualitativa no mercado de venda e aluguer de edifícios). -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

4.45. O Senhor Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Vamos passar à discussão da proposta apresentada, também, pelo Partido Socialista relativa à criação de um parlamento de jovens.” -----

4.46. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA EM OEIRAS SEMELHANTE AO DO “PARLAMENTO DOS JOVENS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO PS, que a seguir se transcreve:-----

----- “É uma realidade incontornável e preocupante o afastamento dos jovens da vida política, a par de um desgaste permanente da imagem dos políticos junto da sociedade. -----

----- Importa por isso, ponderar caminhos e soluções que permitam o reforço da pedagogia do serviço público e da política como actividade nobre e altruísta, junto das novas gerações.-- -----

----- A Assembleia da República implementa, com sucesso reconhecido, o programa “Parlamento dos Jovens” que envolveu centenas de milhares de jovens e escolas de todo o país, promovendo uma nova relação de confiança entre os Deputados e a juventude. -----

----- Nos trinta anos do Poder Local Democrático, também os autarcas podem e devem avançar com projectos de envolvimento com as escolas, promovendo a divulgação do funcionamento e da sua importância na vida dos concelhos. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oeiras constituirá um grupo de trabalho, onde estejam representadas todas as forças políticas e a Câmara Municipal, com o objectivo de promover, em parceria com as escolas do concelho, um programa, à semelhança do “Parlamento

dos Jovens”, adaptado à dimensão local.”-----

4.47. O Senhor António Barros (J.F. Queijas) disse o seguinte:-----

-----“Gostaria de relatar um caso que se tem vindo a passar na Junta de Freguesia de Queijas, que tem tudo a ver com esta proposta.-----

----- Optámos por, em consonância com as escolas básicas, fazer aquilo que denominámos, na altura, uma Assembleia de Freguesia para as escolas. Isto no fundo para relatar e fazer ver, neste caso até às crianças, o que era um órgão de uma autarquia local, quais eram as suas competências e tentar-lhes explicar, um pouco, qual o papel de uma autarquia local no seio de uma freguesia.-----

-----Acho que esta por muito que seja uma proposta que, obviamente, votamos favoravelmente, mas também tem muito a ver com a acção das Autarquias Locais, neste caso as Freguesias, junto dos Agrupamentos Escolares e das Escolas Básicas, daí ter deixado esta nota que até tem resultado neste caso específico, em Queijas.”-----

4.48. A Senhora Carolina Tomé (IOMAF) referiu o seguinte:-----

-----“Queria reafirmar esta ideia, porque esta proposta, parece-me, muito importante, na medida em que hoje em dia os nossos jovens se estão cada vez mais a alhear das questões políticas e, sobretudo, a nível local era importante aproximá-los das questões que têm a ver com a gestão do Concelho e com as suas políticas.-----

-----Parece-me muito bem aprovar esta proposta.”-----

4.49. O Senhor Luís Pereira Santos (IOMAF) disse o seguinte:-----

-----“Não podia estar mais de acordo com o que é sugerido, até porque tenho a experiência de que o Parlamento dos Jovens na Assembleia da República é uma actividade motivante, e como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Queijas já afirmou, será uma oportunidade para os jovens ficarem também a conhecer melhor o funcionamento dos órgãos locais, portanto, vamos votar favoravelmente esta proposta.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.50. O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Os jovens de hoje irão ser os políticos de amanhã e, conseqüentemente, parece-me de todo o interesse implementar este, ou outro tipo de soluções que os possa trazer para a vida política. --- -----

----- Seguramente que o Senhor Marcos Sá não se estimulou nessa mensagem, mas na mensagem do Presidente da República no dia Vinte e Cinco de Abril foi também um pouco, neste sentido, de apelo à intervenção dos jovens e, portanto, não podíamos estar mais de acordo com esta solução.” -----

4.51. O Senhor Britaldo Rodrigues (IOMAF) fez a seguinte intervenção: -----

----- “É indiscutível que aprovo e apoio esta Proposta, queria só dar um pequeno ponto complementar ao que aqui se diz, é que, efectivamente, para reduzir este afastamento de jovens da vida política, é importante este “Parlamento de Jovens”, mas é, sobretudo, importante a atitude dos políticos para que seja credível e que seja dignificante. -----

----- Este Parlamento só funciona e só é positivo, se tivermos políticos à altura de induzir junto das gerações mais novas o respeito pela política e, isso, não se revolve só pela criação de um Parlamento, é preciso pedir que se faça aqui uma pedagogia pela positiva. -----

----- Que não se vá para estes parlamentos com questiúnculas, mas também dizer que há muito de positivo e algo de dignificante para todos nós. -----

----- Às vezes, estou aqui ou noutros sítios e, penso como há tanto debate sobre tantos assuntos, quando, efectivamente, como portugueses que somos e independentes há tantos anos, com certeza, que há mais coisas, que nos unem que desunem. E, efectivamente, se há mais coisas que unem que nos desunem, é preciso dignificar o que nos une e, para isso, é bom que haja este Parlamento que, só por si, não chega, mas com este espírito, talvez.” -----

4.52. O Senhor Francisco Silva (BE) fez a seguinte referência:-----

----- “O Bloco de Esquerda concorda com esta Proposta, mas também pensa que é

importante ressaltar a parte do afastamento dos jovens da política. -----

-----Por certos estudos sociais feitos tem sido revelado, que esse afastamento se baseia na falta de acesso que têm aos seus representantes e na falta, muitas vezes, de transparência e de percepção dos processos, que passam entre os decisores políticos. -----

-----Penso que é importante darmos um bom exemplo, não só no Parlamento. Devemos ser um bom exemplo para esses jovens e mostrar-lhes que a política não é só o carreirismo político que aprendem na juventude, que hoje em dia acontece, e que fazer política não é fazer a sua carreira, mas sim lutar por aqueles que os elegeram e representar os seus direitos.” -----

4.53. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA EM OEIRAS SEMELHANTE AO DO “PARLAMENTO DOS JOVENS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do IOMAF, onze do PSD, sete do PS, três da CDU e dois do BE. ---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 10/2007 -----**

-----PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA EM OEIRAS SEMELHANTE AO DO “PARLAMENTO DOS JOVENS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa à Criação de um Programa em Oeiras semelhante ao do Parlamento dos Jovens apresentada pelo Grupo Político do Partido Socialista e deliberou por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A constituição de um grupo de trabalho, onde estejam representadas todas as forças políticas e a Câmara Municipal, com o objectivo de promover, em parceria com as escolas do concelho, um programa, à semelhança do “Parlamento dos Jovens”, adaptado à dimensão local. -

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

4.54. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À INSTITUIÇÃO DE UM PROVIDOR DO MUNÍCIPE NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA, que a seguir se transcreve: -----

----- “Em tempo de modernização administrativa, a qualidade dos Serviços Municipais deve ser colocada à prova, não só através de rigorosos mecanismos de avaliação, mas também pela instituição de novos instrumentos de garantia de satisfação dos munícipes. -----

----- A relação entre os munícipes e os Serviços Municipais deve pautar-se pelo respeito, intransigente, dos princípios da confiança e boa fé, da transparência e da colaboração entre as partes. -----

----- Neste plano, a instituição de um PROVIDOR DO MUNÍCIPE no Concelho de Oeiras, com funções de mediador junto dos Serviços Municipais, viria reforçar as garantias dos munícipes na prossecução dos seus interesses, necessidades e expectativas. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oeiras recomenda à Câmara Municipal de Oeiras que, até ao final do ano de dois mil e sete, apresente uma proposta de regulamento municipal, visando a instituição de um PROVIDOR DO MUNÍCIPE no Concelho de Oeiras.” --

4.55. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À INSTITUIÇÃO DE UM PROVIDOR DO MUNÍCIPE NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta e um

votos a favor, sendo dezoito do IOMAF, onze do PSD, sete do PS, três da CDU e dois do BE. ---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 11/2007** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À INSTITUIÇÃO DE UM
PROVEDOR DO MUNÍCIPE NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO
GRUPO POLÍTICO DO PS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de
Recomendação relativa à Instituição de um Provedor do Município no concelho de Oeiras
apresentada pelo Grupo Político do Partido Socialista e deliberou por unanimidade com quarenta
e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do
Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e
dois do Bloco de Esquerda, recomenda à C.M.O.:-----

-----Que, até ao final do ano de dois mil e sete, a Câmara Municipal de Oeiras apresente
uma proposta de regulamento municipal, visando a instituição de um Provedor do Município no
Concelho de Oeiras. -----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da
acta.”-----

**4.56. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PROMOÇÃO DE UMA
AUDITORIA EXTERNA À GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, DESDE O ANO
DE 1997 ATÉ AO PRESENTE ANO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO
ISALTINO, OEIRAS MAIS À FRENTE**, que a seguir se transcreve:-----

-----“Nos termos do disposto na Lei, compete à Assembleia Municipal, acompanhar, com
base em informação útil da Câmara, a actividade desta e os respectivos resultados nas empresas
em que o Município detenha alguma participação no respectivo capital ou equiparado. -----

-----Assim, fazendo relevar a importância estratégica para o Município de tais empresas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a Assembleia Municipal de Oeiras não pode prescindir de zelar pela eficiência e transparência na sua gestão, em nome do princípio da boa utilização dos dinheiros públicos. -----

----- Neste sentido, não dispondo de documentos de análise que permitam a fiscalização rigorosa e aprofundada sobre a evolução da actividade de tais empresas, a Assembleia Municipal de Oeiras recomenda à Câmara Municipal de Oeiras que diligencie, em função da sua representação nos respectivos órgãos sociais, no sentido de promover uma auditoria externa à gestão de cada uma destas empresas, desde do ano de mil novecentos e noventa e sete até ao presente ano.”-----

4.57. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Acho que é sempre de salientar este tipo de intervenções e não podemos estar, de facto, mais de acordo com ela, só gostava de saber, para termos alguma ideia, se o subscritor desta Proposta tem a ideia de quais poderão ser os custos globais de uma auditoria a todas essas empresas desde mil novecentos e noventa e sete até à presente data. Mas, isto não significa, obviamente, qualquer empecilho àquilo que julgamos importante. Mas era também para esta Câmara ter uma ideia da envolvência financeira disto.”-----

4.58. O Senhor António Costa (IOMAF) referiu o seguinte:-----

----- “Sendo a Assembleia Municipal o Órgão Fiscalizador por excelência, quer da Câmara, quer das Empresas Municipais e porque o Senhor Jorge Pracana falou nos custos que poderiam estar envolvidos, numa altura em que todos os Partidos falam e já aqui foi apresentada uma Moção nesse sentido, da tão proclamada questão da transparência, no sentido de não deixar, rigorosamente, nenhuma dúvida sobre qual é a transparência, que se passa, quer na Câmara Municipal, quer nas Empresas Municipais, entendemos nós, por bem, solicitar esta Recomendação, no sentido que se dissipem quaisquer dúvidas que existam-----

----- Muito honestamente, acho que a questão da transparência, neste caso, é muito mais importante e que se ponham de lado quaisquer suspeições em vez de olharmos para os custos,

que esta matéria possa causar por um simples motivo, porque desta forma colocamos de parte estigmas, que muito já temos ouvido falar nesta Assembleia Municipal sobre algumas das Empresas Municipais. -----

-----Provavelmente, esta é uma Recomendação que pode não agradar a todas as Forças Políticas, mas o certo é que temos ouvido algumas questões num passado recente, nestas Assembleias Municipais, que podem também elas por si indiciar e repito “indiciar”, não se prende com nenhuma perspectiva acusatória, mas que pode indiciar alguma falta de rigor, para não dizer outro termo, em algumas das Empresas Municipais. Nesse sentido e para que isto fique um assunto de uma vez por todas arrumado e clarificado, entendemos por bem, fazer esta Recomendação.” -----

4.59. O Senhor Marco Sá Rodrigues (PS) falou o seguinte: -----

-----“Para o Partido Socialista, a transparência não tem preço. Portanto, o que for necessário para garantir a mesma das Empresas Participadas é bem-vindo. É uma Proposta de Recomendação que terá o apoio total do Partido Socialista. -----

-----Por falar de empresas com participação no capital, acho importante fazer esta distinção, vai fazer, salvo o erro, seis anos, que estou nesta Assembleia Municipal e nunca recebi nenhum Relatório e Contas de nenhuma empresa em que a Câmara tem participação. -----

-----Recebo a apreciação das Empresas Municipais, menos das Empresas Participadas, que há muitas no Concelho. Nem o Relatório e Contas nós recebemos e somos o Órgão Fiscalizador. -----

-----De facto, esta Recomendação é boa e veio em boa altura. É uma medida de transparência e a transparência não tem preço, por isso, damos o apoio total, independentemente, do valor que esteja associado a esta transparência. O que importa é que se verifique e acompanhe esta fiscalização por parte desta Câmara Municipal, pois temos lá muito dinheiro nestas empresas e a Assembleia Municipal deve ter conhecimento delas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por conseguinte, aquilo que pedia, era, quando houvesse resultados, relativamente a essas auditorias externas, que fossem enviados para o Órgão Fiscalizador, que somos nós.” -----

4.60. O Senhor Daniel Branco (CDU) disse o seguinte:-----

----- “A questão que coloco é diferente, estou completamente de acordo que se promovam todas as diligências, interessa perceber aqui, porque fazer uma auditoria externa à gestão de uma empresa em que a Câmara tem dez por cento de capital, pergunto como é que os outros noventa por cento vão receber isto. Há nesta questão a necessidade de especificar isto. -----

----- Estou completamente de acordo que seja em relação às empresas municipais e às empresas intermunicipais mas que se perceba o quê, para não cairmos no aspecto de a Câmara ter acções num banco qualquer e mandar fazer uma diligência de uma auditoria externa ao banco, porque tem lá dois por cento das acções. Não pode ser. Seguramente não é isto e, portanto, havia que precisar. Não sei mesmo, se a melhor maneira não era termos uma listagem e, a partir dela, dizer quais são. -----

----- Pela parte da CDU estamos completamente de acordo com todas as diligências, que se façam nessas empresas em que há ponderância de capital municipal.”-----

4.61. O Senhor Francisco Figueira Silva (BE) disse o seguinte: -----

----- “O Bloco de Esquerda também “vê com bons olhos” tudo que venha em prol da transparência. -----

----- A minha preocupação não é o custo da auditoria, porque acho que há custos que têm de ser suportados, se queremos ter uma Câmara a funcionar de maneira a que os nossos municípios possam ser o último órgão de fiscalização desses trabalhos, mas o que realmente me preocupa, será o prazo de execução dessa auditoria.-----

----- Queria saber, se têm alguma perspectiva de qual será esse prazo, pois como o meu antecessor falou, há muitas empresas e, se calhar, até o próprio processo de tentar a auditoria vai ser moroso, por isso gostávamos de saber, se vai ser em tempo útil.-----

-----No capítulo da transparência também gostaríamos de saber, se têm algum prazo para apresentarem a esta Assembleia, o Relatório e Contas de dois mil e seis referente à Empresa do SATU.”-----

4.62. O Senhor Presidente da CMO esclareceu o seguinte:-----

-----“Não vejo nada contra esta Proposta de Recomendação e gostaria até de dizer, que em relação às contas, relatórios de actividades, etc., que há um ano a esta parte, a Câmara Municipal criou um pequeno núcleo no meu Gabinete e apoiado pelo Gabinete de Auditoria, está já a solicitar elementos às diversas empresas. -----

-----Realmente, a Câmara tem participações em muitas empresas. Na maior parte dos casos tem mais de vinte por cento do capital. Pode haver um caso ou outro com menos de vinte por cento, como é o TAGUSPARK onde detém dezassete ou dezoito por cento. Mas, na maior parte dos casos, é acima dos vinte por cento. -----

-----Algumas das empresas estranharam o facto de se estar a pedir esses elementos. -----

-----A verdade é que nos termos da Lei das Finanças Locais, a consolidação da dívida passa, justamente, por todos os compromissos que haja nestas empresas em que a Câmara Municipal participa na percentagem e dispõe no capital. -----

-----Por conseguinte, espero em breve, poder enviar à Assembleia Municipal um primeiro dossier com informação relativa a essas empresas. -----

-----Naturalmente que a realização de uma auditoria vai permitir a recolha de mais elementos relativamente ao funcionamento de todas essas empresas.”-----

4.63. O Senhor Francisco Figueira Silva (BE) acrescentou o seguinte:-----

-----“Tinha ficado por esclarecer a pergunta do Bloco de Esquerda, se até ao final do ano dois mil e sete dará para fazer a auditoria de dez anos de funcionamento das empresas.”-----

4.64. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PROMOÇÃO DE UMA AUDITORIA EXTERNA À GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, DESDE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

O ANO DE 1997 ATÉ AO PRESENTE ANO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO ISALTINO, OEIRAS MAIS À FRENTE -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Grupo Político Isaltino, Oeiras Mais à Frente, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do IOMAF, onze do PSD, sete do PS, três da CDU e dois do BE. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 12/2007 -----**

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À PROMOÇÃO DE UMA AUDITORIA EXTERNA À GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, DESDE O ANO DE 1997 ATÉ AO PRESENTE ANO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO IOMAF--- -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da Proposta de Recomendação relativa à Promoção de uma Auditoria Externa à Gestão das Empresas Municipais, desde o ano de mil novecentos e noventa e sete até ao presente ano apresentada pelo Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente e deliberou por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, recomenda:-----

----- Que a Câmara Municipal de Oeiras diligencie, em função da sua representação nos respectivos órgãos sociais, no sentido de promover uma auditoria externa à gestão de cada uma das empresas municipais, desde o ano de mil novecentos e noventa e sete até ao presente ano.----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da acta.” -----

4.64.1. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“De facto, o PSD votou favoravelmente esta Proposta como não podia deixar de ser. Contudo, preocupado como está e como todos nós estamos, seguramente, com os custos disso e não tendo havido resposta, pegando até um pouco nas palavras do Senhor Presidente, pensamos que, talvez, essa solução, em termos financeiros, possa ser melhor para o Município se fosse através de concurso público, na medida em que, aí a concorrência, talvez, fosse benéfica para o Município. São preocupações de ordem orçamental.” -----

4.65. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM SITE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS NA INTERNET, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA, que a seguir se transcreve: -----

-----“No ano comemorativo dos trinta anos do Poder Local Democrático, a nova geração de políticas autárquicas aponta novos caminhos de aprofundamento democrático, rigor e transparência, na gestão política das autarquias. -----

-----As autarquias podem e devem colocar as novas tecnologias ao serviço dos munícipes, permitindo um melhor acesso à informação, potenciando uma relação de maior proximidade e responsabilizando, de modo acrescido, os eleitos e decisores políticos.-----

-----Actualmente, outras autarquias, não só disponibilizam um sítio próprio às Assembleias Municipais e aos seus deputados municipais na Internet, como já permitem o visionamento das sessões de Assembleia Municipal on-line. -----

-----Também Oeiras pode e deve estar na vanguarda da utilização das novas tecnologias, em nome de uma democracia moderna. -----

-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oeiras recomenda à Câmara Municipal de Oeiras a rápida concretização das seguintes propostas: -----

-----Um. Dotar a Assembleia Municipal de Oeiras, de um sítio próprio na Internet, que inclua um espaço de debate permanente acessível à intervenção de deputados municipais e à participação dos munícipes; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Dois. Permitir a transmissão on-line das reuniões da Assembleia Municipal de Oeiras, criando as necessárias condições junto dos respectivos serviços: -----

----- Três. Permitir a transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara Municipal de Oeiras, criando as necessárias condições junto dos respectivos serviços.”-----

4.66. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM SITE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS NA INTERNET, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Grupo Político do Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do IOMAF, onze do PSD, sete do PS, três da CDU e dois do BE.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 13/2007 -----**

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DE UM SITE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS NA INTERNET, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta de recomendação referida em título e deliberou, por unanimidade, com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, recomendar à CMO:-----

----- Um – Dotar a Assembleia Municipal de Oeiras, de um sítio próprio na Internet, que inclua um espaço de debate permanente acessível à intervenção de deputados municipais e à participação dos munícipes; -----

----- Dois – Permitir a transmissão on-line das reuniões de Assembleia Municipal de

Oeiras, criando as necessárias condições junto dos respectivos serviços;-----

-----Três – Permitir a transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara Municipal de Oeiras, criando as necessárias condições junto dos respectivos serviços.-----

-----Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.”-----

4.66.1. O Senhor Francisco Figueira Silva (BE) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Convém lembrar que a Assembleia está aberta a todos e que, se calhar, o possível visionamento on-line terá que ser compensado de outra forma, com propostas para trazer cá as pessoas em vez de as deixar afastadas do sítio onde se decide as suas vidas e virem fazer parte das nossas Assembleias, em vez de ficarem meramente sentadas em frente ao computador a assistirem.”-----

4.67. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ADEQUADAS PARA IMPOR A REDUÇÃO DE VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO NA ESTRADA DE LECEIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, que a seguir se transcreve:-----

-----“CONSIDERANDO:-----

----- Que a Estrada de Leceia, que atravessa este local da Freguesia de Barcarena, é utilizada diariamente por centenas de veículos automóveis oriundos fundamentalmente do Concelho de Sintra;-----

----- Que a referida via se situa, em parte do seu trajecto, junto a habitações cujas saídas de pessoas e veículos dão directamente para aquela;-----

----- Que, após a intervenção da Câmara melhorando substancialmente o seu piso, os veículos automóveis circulam a velocidade muito elevadas para o local, colocando permanente em risco a segurança das pessoas e bens dos que habitam junto à via;-----

-----Que urge tomar medidas adequadas para evitar grave acidente com perda de vidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

humanas; - -----

----- - Que a Câmara foi já questionada duas vezes, nesta Assembleia, sobre o que se propõe fazer nessa estrada para diminuir a velocidade de circulação e, assim, os riscos de acidente, sem que nada tivesse sido feito até agora; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera:-----

----- Um. Recomendar à Câmara Municipal que, no mais curto espaço de tempo, diligencie no sentido de implementar as medidas adequadas, sejam físicas ou semafóricas, para impor a redução de velocidade de circulação na Estrada de Leceia, no trajecto que atravessa zona habitacional. -----

----- Dois. Dar conhecimento desta recomendação à Assembleia de Freguesia de Barcarena.”-----

4.68. O Senhor Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não é a primeira vez que trago à Assembleia esta preocupação, no que respeita a um certo troço da Estrada de Leceia, preocupação esta, que eu sei, que é também comungada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Efectivamente, nós nisso não temos culpa. A pressão do trânsito automóvel, naquela via, é cada vez maior e acabamos por ser penalizados, quando a Câmara decidiu e bem, melhorar o pavimento daquela via, porque transformou aquilo numa verdadeira auto-estrada. -----

----- Esta minha preocupação, que já anteriormente aqui a trouxe, tornou-se mais evidente, quando a semana passada, um veículo espatifou um muro de uma casa, porque, durante cerca de duzentos metros até ao Mercado de Leceia, esta via corre, entre casas com saídas directas para a rua. -----

----- Sabemos que as lombas são uma solução incómoda.-----

----- Sabemos que os semáforos são uma solução, financeiramente, pesada.-----

----- Deixamos à Câmara o estudo da melhor solução para obviar um risco futuro de

termos ali um acidente qualquer gravíssimo com pessoas, porque aí, depois, é problemático para todos nós. - -----

-----É apenas esta preocupação, que me traz a elaboração desta Proposta de Recomendação.” -----

4.69. O Senhor José Pinto Ferreira (CDU) falou o seguinte:-----

-----“Só para afirmar a concordância da CDU com esta Proposta, mas gostaríamos que a Câmara Municipal fosse um pouco mais além e que estudasse, efectivamente, uma radial a Leceia por forma a que evitasse que o tráfego automóvel circulasse por aquela rua.” -----

4.70. O Senhor Fernando Beirão Alves (J.F. Barcarena) referiu o seguinte: -----

-----“Já tinha tido oportunidade de trocar impressões com o proponente desta Proposta, Doutor Jorge Pracana relativamente a esta questão. Ainda no passado dia vinte e cinco trocámos algumas considerações e é importante aqui dizer que Leceia é um ponto da Freguesia de Barcarena. - -----

----- Nós temos problemas bastante mais graves do que este, embora este seja um problema que carece de alguma atenção, mas temos problemas gravíssimos de tráfego na Freguesia de Barcarena.-----

----- Nesse sentido, foi já solicitada à Senhora Vereadora Madalena Castro uma reunião de trabalho em que não só esta questão da Estrada de Leceia será colocada, como será a questão da Estrada Militar, em Valejas, a questão do engarrafamento diário entre a Fábrica da Pólvora e a Rotunda das Selecções, em Tercena, como também a questão do engarrafamento diário entre Barcarena e Queluz de Baixo. -----

-----Concluídas que estão as obras do IC-dezanove ainda não houve oportunidade de haver um olhar mais atento sobre as resoluções de um problema, que considero a todos os títulos gravíssimo, que afecta a Freguesia e de quem vive em Barcarena.-----

-----Creio que a reunião está já agendada para a próxima semana sobre todos estes temas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não só da Estrada de Leceia, como disse e que me parece importante, mas sobre todos os problemas, que afectam a vida de quem vive em Barcarena.” -----

4.71. O Senhor Francisco Figueira Silva (BE) disse o seguinte: -----

----- “Penso que é um problema importante, o que está aqui a ser levantado, só que também penso que este problema é comum a várias freguesias do nosso Concelho. É comum a Porto Salvo, onde vivo, a Queijas, a Algés. -----

----- Todos sabemos que há um problema grave devido ao desenvolvimento que tivemos no nosso Concelho e temos que ter presente que para ser sério e para ter um instrumento de planificação correcto e que permita a apreciação e sugestões dos diferentes grupos políticos, aqui representados, precisamos da disponibilização do Plano de Mobilidade, que já foi pedido, ou de, pelo menos, de um estudo prévio, seja o que for que a Câmara se baseie para desenvolver as suas obras posteriores. Porque, não acredito que, não havendo o Plano de Mobilidade que a Câmara faça as coisas sem se basear em nada. É algo que tem as suas orientações estratégicas e, pelo menos, essas orientações deviam passar pela Assembleia Municipal.” -----

4.72. O Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS) falou o seguinte: -----

----- “Era só para dizer que o Partido Socialista relativamente a esta Proposta, não vê nada contra, antes pelo contrário, é sempre positivo, pois já por diversas vezes levantámos aqui os problemas de mobilidade, as questões de trânsito e da segurança das pessoas, principalmente, na Freguesia de Barcarena, que são, de facto, muito específicas e têm sempre uma prioridade da Câmara. --- -----

----- Independentemente de não conhecer o estudo que está a ser feito, mas como tenho essa vivência, porque costumo andar pelo Concelho e por todas as Freguesias em diversas horas percebo, claramente, que é uma prioridade relativamente a esta matéria e, por conseguinte, quaisquer propostas de recomendação e qualquer política construtiva, parece-me sempre bem-vinda, principalmente, quando vem do PSD.” -----

4.73. O Senhor Britaldo Rodrigues (IOMAF) disse o seguinte: -----

-----“Pela explicação que nos foi dada, aparentemente o problema tem resolução, segundo nos informou o Senhor Presidente da Junta. Digamos, que esta Proposta não vai fazer mais do que aquilo que já estava previsto. -----

-----Neste conceito, não estou nada contra, mas também não sou a favor e, simplesmente, vou-me abster.” -----

4.74. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ADEQUADAS PARA IMPOR A REDUÇÃO DE VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO NA ESTRADA DE LECEIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Grupo Político do Partido Social Democrata, a qual foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor, sendo dezassete do IOMAF, onze do PSD, sete do PS, três da CDU e dois do BE e uma abstenção do IOMAF (Britaldo Rodrigues). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 14/2007 -----**

-----PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ADEQUADAS PARA IMPOR A REDUÇÃO DE VELOCIDADE DE CIRCULAÇÃO NA ESTRADA DE LECEIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta de recomendação referida em título e deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda e uma abstenção do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, recomendar à CMO: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um – Diligencie no sentido de implementar as medidas adequadas, sejam físicas ou semaforicas, para impor a redução de velocidade de circulação na Estrada de Leceia, no trajecto que atravessa zona habitacional; -----

----- Dois – Dar conhecimento desta recomendação à Assembleia de Freguesia de Barcarena. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

4.75. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CONTRA A SUPRESSÃO PELA CP DO NÚMERO DIÁRIO DE COMBOIOS A CIRCULAR NA LINHA FERROVIÁRIA DE CASCAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, que a seguir se transcreve: -----

----- “CONSIDERANDO:-----

----- - Que o Concelho de Oeiras, atravessado diariamente por milhares de veículos oriundos de concelhos limítrofes para Lisboa e vice-versa, é um Concelho mártir; -----

----- - Que esse trânsito automóvel poderá reduzir-se através de uma eficaz ligação ferroviária entre Cascais e Lisboa; -----

----- - Que, desse modo, é vital para os habitantes de Oeiras em particular e os demais habitantes dos concelhos servidos por essa ligação, manter e, se possível, aumentar o serviço diário de comboios nesta linha; -----

----- - Que a linha ferroviária de Cascais, pela sua importância e número de utentes que pode servir, deve merecer uma melhor atenção por parte da CP e do Governo que tutela esta;-----

----- - Que é do conhecimento público que a CP suprimiu desde o dia cinco de Março de dois mil e sete, dez comboios por dia nesta linha ferroviária; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera:-----

----- Um. Aprovar um voto de protesto contra a supressão pela CP do número diário de comboios a circular na linha ferroviária de Cascais;-----

-----Dois. Solicitar à CP que reponha de imediato o número diário de comboios ao serviço dos utentes da linha de Cascais e que existiam antes de Março de dois mil e sete; -----

-----Três. Dar conhecimento desta Deliberação ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da CP, à Assembleia Municipal de Cascais, publicando-se num jornal de âmbito nacional.” - -----

4.76. O Senhor Salvador Costeira (J.F. Porto salvo) disse o seguinte: -----

-----“Nós comungamos das preocupações do Partido Social Democrata relativamente aos transportes. Achamos importante que se chame a atenção da CP porque não pode de uma forma que parece arbitrária eliminar carreiras de comboios. -----

-----Gostávamos muito de dizer aqui, até para esclarecimento de alguns Membros desta Assembleia Municipal, que já demonstraram que estão fora do problema, que a Câmara Municipal de Oeiras está a tratar do Plano de Mobilidade. Técnicos portugueses de reconhecida competência nesta matéria estão a fazer o estudo de mobilidade e é preciso que os Membros todos desta Assembleia Municipal tenham consciência disso, porque isto é do conhecimento público. ---- -----

-----Já houve várias reuniões aqui, nesta mesma sala, com as freguesias e outras pessoas interessadas para essa discussão. -----

-----Nós, em relação ao Partido Social Democrata, achamos muito bem que se preocupe com isto e lamentamos que o Partido Social Democrata não se empenhe também vivamente, porque é uma obra extremamente importante para o nosso Concelho, a segunda fase do SATU.”

4.77. O Senhor Pedro Licínio Pereira (PS) falou o seguinte: -----

-----“Era só para pedir um esclarecimento sobre esta Proposta, porque sou bastante sensível a esta matéria e perguntar a quem a construiu, se está ciente da situação entre a oferta e a procura na Linha de Cascais, porque pretender manter uma oferta para ver passar os comboios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vazios, não parece racional. Esta coisa sai do bolso de todos.-----

----- Não sei, se isto, objectivamente, tem dados técnicos, que permitam forçar a manutenção de uma oferta, que pode não se justificar.” -----

4.78. O Senhor José Pedro Barroco (J.F. Linda-a-Velha) disse o seguinte:-----

----- “Em relação a esta Proposta e, fazendo minhas, em parte, as palavras do Senhor Presidente Salvador Martins Costeira, é necessário ter aqui presente dois fenómenos. De facto, em boa hora, a Câmara Municipal de Oeiras está a promover todo um trabalho sobre a mobilidade no Concelho de Oeiras. Já por duas vezes, viemos a esta mesma sala, vimos o início do trabalho e o final de um primeiro trabalho de resolução, que foi feito. -----

----- Ora, nesta óptica, pena é que a CP tenha vindo, antecipadamente, a esse estudo de mobilidade estar resolvido e ter dado resultados e conclusões, suprimir essas mesmas carreiras. -

----- Nos últimos dez anos, a Linha de Cascais perdeu três vírgula cinco por cento de utentes, na volumetria total, daí resulta que um bom final teria sido que a CP viesse em colaboração, tanto com a Câmara Municipal de Oeiras, como com todos os outros agentes de transportes, esperar pela solução e aplicar essa mesma solução, que seja ou não seja ela a supressão de carreiras.-----

----- Agora, penso que, de início será sempre de mau tom e de sancionar, quando se retira vantagem a uma população.” -----

4.79. O Senhor João Serra (J.F. Paço de Arcos) disse o seguinte:-----

----- “Naturalmente que para o SATU é necessário que haja mais gente. O SATU termina no Oeiras Parque, acontece que vai necessariamente até Porto Salvo, na segunda fase e depois irá até ao Taguspark. E, o problema que se põe, é igual quando se fez em Paço de Arcos o célebre PIPA – Plano Integrado de Paço de Arcos, “ai que el-rei” – as obras têm os seus inconvenientes, mas, depois, acontecem as soluções. Não queremos que as coisas fiquem no “ar”. Há etapas. Naturalmente, quando chegar a Porto Salvo e quando chegar a Taguspark, outro “galo cantará”.

Com certeza que irá muito mais gente. -----

-----Reparem que Paço de Arcos está saturado de trânsito. -----

-----Reparem que todo o trânsito de Oeiras vai por Paço de Arcos.-----

-----Reparem que a Estação do Espargal há quarenta anos que é prometida.-----

-----Necessariamente que, quando tudo isso for feito, nós beneficiaremos. -----

-----Naturalmente que podia estar aqui meia hora a falar de Paço de Arcos, mas não estou aqui, somente, para falar de Paço de Arcos, agora desafiaram-me a falar do SATU. -----

-----Tenham calma. Aguentem mais uns anitos – dois, três anos, pois as coisas não aparecem assim.” -----

4.80. A Senhora Alda Lima (J.F. Algés) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Dentro desta problemática, não poderia deixar de referir e no que se insere a mobilidade que, tratando-se deste assunto, a Freguesia de Algés, efectivamente, é uma Freguesia muito flagelada. -----

-----Recordo que houve uma Assembleia Municipal que se realizou na Zona Ribeirinha de Algés, em Novembro passado, onde esse tema estava agendado e, quero aqui lembrar, que não chegou a ser discutido porque apenas, correspondendo ao período de tempo, que havia disponível, só se tratou da Zona Ribeirinha de Algés. Portanto, acho oportuníssimo que seja agendada uma próxima Assembleia Municipal extraordinária para discussão deste assunto.” -----

4.81. O Senhor Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Presumo que terão entendido que o mais importante do que aquilo que aqui é trazido é, no fundo, a tentativa de reforçar o próprio poder da Câmara Municipal de Oeiras na sua intervenção neste processo negocial com a CP. -----

-----Nós estamos fartos. Eu estou farto de neste País determinadas empresas públicas se assenhorem dos destinos dos municípios sem lhes darem, de facto, qualquer justificação seja para abrir buracos nas ruas, como acontece, por exemplo, com a EDP, seja com a CP, que corta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comboios sem ouvir as populações e sem sequer, minimamente, ouvir os representantes autárquicos e, portanto, parece-me que é tempo de nós todos em conjunto dizermos: basta. -----

----- Nós sabemos que a Câmara tem tido grandes preocupações, aliás, é a primeira interessada. Todos nós sabemos o sacrifício que é para os oeirenses serem atravessados, diariamente, por milhares de automóveis que, no fundo, são oriundos de concelhos limítrofes, nomeadamente, o de Cascais e que, com uma rede ferroviária em condições, talvez, se pudesse deixar os veículos em casa. -----

----- A nossa preocupação é, fundamentalmente esta, façam um estudo, analisem e dialoguem, mas, à partida, não faz sentido, reduzir comboios como foram reduzidos sem dar qualquer informação às populações e, agora, procurarem justificar com elementos económico-financeiros. -----

----- Estamos fartos neste País deste tipo de soluções. Consideramos que a Câmara só sairá reforçada no seu peso negocial com a CP e que poderá ter importância noutra estrutura de transporte, nomeadamente, aquela, que já hoje aqui foi referida, o SATU. -----

----- Quero dizer a um Membro desta Assembleia Municipal, que referiu que o PSD tem uma posição em relação ao SATU. Não sei qual é a posição do PSD. O SATU foi criado numa altura em que o PSD estava na Câmara e, portanto, são situações objectivas e que o tempo se encarregará de esclarecer. -----

----- Por conseguinte, em relação a este assunto, o que quero dizer, é que considero que a CP errou. - -----

----- Mais, considero que a CP não está a dar a adequada atenção à Linha de Cascais. -----

----- Quero recordar que, há poucos dias, houve um acidente, que podia ter sido gravíssimo, quando um dos parafusos das carruagens se soltou e as carruagens ficaram soltas uma da outra. Não sei o que é que poderia ser, se aquilo tivesse sido em hora de ponta. Este tipo de situações não pode acontecer. -----

-----E mais, não pode acontecer numa empresa, que é de todos nós e para a qual todos nós pagamos, porque sabemos que ela é deficitária.” -----

4.82. O Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS) disse o seguinte: -----

-----“Esta é daquelas situações em que não temos direito ao contraditório, ou seja, não está aqui a CP para falar e, portanto, confio na palavra do Senhor Presidente. Se o Senhor Presidente me puder dizer, se foi informado sobre esta situação e se foi ouvido pela parte da CP, porque quero ter um voto consciente daquilo, que se passou. Não é pelas palavras do Senhor Jorge Pracana, deve ter outra informação privilegiada relativamente, ao Conselho de Administração da CP que eu não tenho e, portanto, mantenho-me na minha humildade. -----

-----Seja como for, queria-lhe dizer uma coisa, em relação ao ponto três: -----

-----“Dar conhecimento desta Deliberação ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da CP, à Assembleia Municipal de Cascais, publicando-se num jornal de âmbito nacional.” - -----

----- O jornal de âmbito nacional já está resolvido, porque em relação a esta matéria ficou definido por questões, já referidas há bocadinho, que têm a ver com poupança de dinheiro, relativamente, ao erário público da Câmara Municipal, que as Moções seriam publicadas no Boletim Oeiras Actual e não nos jornais nacionais. Aliás, foi uma discussão, que já tivemos aqui, e, que acho que foi pertinente. -----

-----Em relação à questão formal, parece-me que sim. Depois da explicação do Senhor Presidente, se se confirmar que não houve nenhum contacto e nem nenhuma audição por parte do Conselho de Administração da CP, não teremos nenhuns problemas de consciência, independentemente, da CP ter ou não razões de gestão: -----

-----Independentemente, das razões de gestão, que podem ser positivas, relativamente, a esta matéria, aqui há uma questão institucional, que nós, como Membros da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, não podemos deixar nem descurar.”-----

4.83. O Senhor Britaldo Rodrigues (IOMAF) falou o seguinte:-----

----- “É só para dar a informação de que ontem houve uma reunião plenária da Assembleia Metropolitana de Lisboa e mais uma vez se demonstra que deviam ser dadas mais competências à Grande Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Um dos assuntos, que se debateu, foi uma proposta de criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, que veio da Junta Metropolitana de Lisboa já com algum debate com a Secretaria de Estado dos Transportes. -----

----- Parece que, de facto, há aqui um interesse, neste momento e neste País, nomeadamente a nível da Junta Metropolitana de Lisboa, no sentido de criar condições para que os vários municípios possam contar com serviços comum e em que, obviamente, situações como estas sejam salvaguardadas.”-----

4.84. O Senhor Daniel Branco (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Na sequência também do que disse o Professor Britaldo, também estive, ontem, na Assembleia Metropolitana e creio que este problema é de índole diferente, nós estamos a referir aqui as questões, que se relacionam com esta linha e este problema é um problema nacional. A CP fez alterações numa série de redes em que há protestos das populações e justos. -----

----- Creio que a questão aqui não é só que este tipo de transporte seja gerido do ponto de vista economicista, trata-se dum serviço público.-----

----- Mas, o que é mais complicado neste aspecto e foi por isso que falei, porque o Professor Britaldo referiu isto, é que nas reuniões que houve entre a Senhora Secretária de Estado e a Junta Metropolitana, cujas Actas a Assembleia Metropolitana teve conhecimento, diz, claramente, que a CP e os transportes fluviais vão ficar de fora da Autoridade Metropolitana de Transportes. Portanto, estamos a criar ainda tipos de estruturas, que nós sabemos, quais elas vêm a ser, mas, continuam-se a manter um certo tipo de privilégios para outros operadores, que não

sabemos que, de facto, realidade vão ter, porque uma das coisas é a CP explorar Lisboa/Porto e servir algumas estações no âmbito da Área Metropolitana outra é haver linhas, que são, exclusivamente, metropolitanas como é a de Cascais e de Sintra.-----

-----Normalmente, eles não fazem, consultas a ninguém e creio, que nesse aspecto, é justíssimo que nós reclamemos em relação à situação que eles criaram.” -----

4.85. O Senhor Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Em relação às informações da CP, esta nunca informa ninguém. A CP altera os comboios, suprime comboios, põe comboios, etc. e as autarquias locais, normalmente, não são informadas. Mas, esse, enfim, penso que até nem é o principal problema, porque quando se suprime um comboio sabe-se logo, mesmo sem informação da CP. O problema, na minha opinião, é outro e não tenho, neste momento, os números da diminuição de passageiros da Linha do Estoril, e, portanto, não sei, se nos últimos dez anos diminuiu três por cento, mas se nos últimos anos diminuiu três por cento, quer dizer, que nos últimos vinte, diminuiu para aí vinte e três ou vinte e quatro por cento. Isto é, a diminuição dos passageiros da Linha do Estoril é brutal. É uma coisa extraordinária. -----

-----Tive há pouco tempo uma reunião com a Administração da CP em que eu próprio fiquei surpreendido com a diminuição do número dos passageiros e, naturalmente, isso tem a ver com o modelo de desenvolvimento de toda esta região. -----

-----Quando a CP foi construída, havia a CP e a Marginal, que eram os únicos meios de infra-estrutura de transportes de toda esta área. -----

-----Entretanto, foi construída a A-Cinco e desenvolvidas outras redes; a CRIL, a CREL, etc., outras redes de infra-estrutura e também o crescimento demográfico e empresarial começou, realmente, a centrar-se mais para norte. -----

-----Por conseguinte, quer ao nível de Cascais e quer ao nível de Oeiras, nós sabemos que a norte da A-Cinco tem sido os eixos de desenvolvimento, em termos demográficos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresariais. -----

----- De maneira que, a questão da diminuição dos comboios na Linha do Estoril tem de ser analisado à luz da procura, portanto, há aqui uma relação da oferta e da procura e, por conseguinte, a diminuição desses comboios tem a ver, justamente, com isso.-----

----- É claro que, a CP tem responsabilidades sociais como qualquer empresa de transportes, mas devo-lhes dizer também que com a VIMECA nós temos tido discussões, porque há determinadas zonas dos bairros que, a partir das oito horas, a VIMECA não vai, porque tem dois passageiros e, como os autocarros têm quarenta ou cinquenta lugares, não é rentável. Não é rentável do ponto de vista das carreiras em si, mas globalmente para a empresa, porque a dada altura, obviamente, que algumas carreiras têm de ser deficitárias. -----

----- Realmente, há situações que não podem ser satisfeitas nos moldes tradicionais. Por isso, a Câmara Municipal tem de ter um diálogo com a CP e com as outras operadoras de transportes, no sentido de tentarmos minorar essas situações. -----

----- Não é por acaso que a Câmara Municipal se vai substituir aos operadores de transportes. Houve problemas com a homologação de autocarros ou problemas com o Visto do Tribunal de Contas, mas penso que até ao fim do mês de Maio, teremos a funcionar o Sistema de Transportes, que começa em Carnaxide, Queijas e Linda-a-Velha e que depois, se alargará a todo o Concelho. É já uma intervenção substitutiva da Câmara Municipal àquilo que são as responsabilidades dos operadores de transportes. É um esforço financeiro e, portanto, por razões de natureza social, leva o Município a fazer esse investimento. -----

----- Agora, só há uma coisa, que me surpreende e pela negativa, é a preocupação de todos os Membros desta Assembleia Municipal relativamente a esta questão, pois de facto, está a decorrer um estudo de mobilidade, que quando estiver concluído irá ser apresentado à Assembleia Municipal e será uma excelente oportunidade para conhecermos a realidade do Concelho nessa matéria. -----

----- Se realmente nós nos preocupamos com o futuro, se nos preocupamos com o desenvolvimento, se andamos na rua e vemos as coisas e se sabemos que, hoje, os problemas de estrangulamento rodoviário decorre da situação de atravessamento, mas também, da existência de parques empresariais no Concelho. Se já sabemos, e, já o disse algumas vezes nesta Assembleia Municipal, que há mesmo empresas que não se instalam no eixo do Taguspark, porque consideram não haver transportes adequados. Já houve empresários que me disseram exactamente isso. Quando o SATU chegar ao Taguspark, nós podemos instalá-los nessa zona. Agora, enquanto não chegar, não podemos dar um automóvel a cada funcionário. -----

-----Aquilo que me surpreenderia pela positiva, era ver da parte dos Membros desta Assembleia Municipal uma comunhão de esforços no sentido do SATU andar para a frente. -----

-----A Câmara tem de fazer alguma coisa e, como sabem, que eu sempre dei a “cara” pelo SATU, espero que a segunda fase arranque brevemente. Estamos a criar essas condições. A segunda fase vai até ao Lagoas Parque. -----

-----De acordo com o estudo económico feito inicialmente, a chegada ao Lagoas Parque permite o “break in” da empresa, digamos que aí já tem um fluxo de passageiros, que permite, pelos menos, um equilíbrio das contas de exploração da empresa. Mas, depois, é necessário levá-lo ao Taguspark. E, estando no Taguspark é muito difícil, que a Câmara Municipal de Sintra não faça tudo para o levar ao Cacém. E, nessa altura, teremos a ligação da Linha do Estoril à Linha de Sintra. -- -----

-----Ora bem, estando todos esses eixos de crescimento demográfico nessa zona, o que faz sentido e estando ligados à Linha do Estoril, a possibilidade de colecta de passageiros da Linha do Estoril, da CP para as empresas que se situam a montante, é a melhor forma de revitalizar novamente a CP e trazer passageiros à Linha do Estoril. -----

-----Acho que era fundamental, que esta Assembleia Municipal também fosse um “lobby”, um grupo de pressão importante junto do Governo para que este também assumisse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alguma responsabilidade na questão do SATU e já não digo até ao Lagoas Parque, como sabem, as responsabilidades no contexto contratual que levou à construção do SATU, é até ao Lagoas Parque, do Lagoas Parque para o Taguspark, sempre foi assumido como uma responsabilidade da Câmara Municipal e esta é que teria de encontrar uma solução. E, também já estamos a trabalhar nisso.-----

----- Mas, era importante do ponto de vista político que toda a Assembleia Municipal também se empenhasse nisso e demonstrasse o seu empenho e assim, estaríamos a olhar para o Concelho, em termos globais, numa óptica de mobilidade geral e, criando condições para que as pessoas tenham mais qualidade de vida, sobretudo, aquelas que vêm para aqui trabalhar e para que não estejam metidas nas filas, porque, hoje, como sabem, na duzentos e quarenta e nove-três, na rotunda, de quem vem do Taguspark para a A-Cinco, a determinadas horas do dia, há muita dificuldade. Daqui se acresce o facto de haver empresas que já não vêm para ali, porque consideram haver problemas de transportes. -----

----- De maneira que, tudo isto é importante, a CP é importante e, naturalmente, que para mim, a solução ideal seria que a Linha do Estoril fosse entregue às Câmaras Lisboa, Oeiras e Cascais. Não tenho qualquer dúvida que como empresa intermunicipal da responsabilidade das Câmaras geriria muito melhor este equipamento de transporte. De resto, por essa Europa fora, é o que acontece, as grandes operadoras de transportes, nas grandes cidades, são municipais. -----

----- Como calculam e até por formação ideológica, não tenho absolutamente nada contra o privado. Acho que há coisas que devem ser privadas. Tudo aquilo que possa ser privatizado, seja privatizado. Mas, a verdade é que ao nível do Sistema de Transportes, numa forma geral, está demonstrado que é o melhor. -----

----- Que isto seria um presente envenenado, diriam alguns, eu admito que sim. Agora, estou convencido que, se fosse possível criar as sinergias adequadas entre a CP, aí já seriam as Câmaras Municipais a poder fazer parques de estacionamento, porque o que a CP aqui pretende,

é que sejam as Câmaras Municipais, ao longo da linha, a gastar milhões de euros a fazer parques de estacionamento para que os utentes possam estacionar nesses parques de estacionamento, de preferência, gratuitamente, para depois irem pagar o bilhete à CP, ou seja, para depois darem benefícios à CP, por conseguinte, não pode ser só “sol na eira e chuva no nabal”.-----

-----Naturalmente, se a CP quiser negociar com as Câmaras Municipais, no sentido de se construírem vários parques de estacionamento nas principais estações de caminho-de-ferro, a verdade é que, nunca se chegou a uma solução, porque a CP sempre pretendeu, sobretudo, uma rentabilidade, em termos de imobiliário mais do que a resolução do problema dos parques de estacionamento.-----

-----Esta é a situação e ficaria muito satisfeito, se numa das próximas Assembleias Municipais em que discutíssemos aqui a questão do SATU, que todos fizéssemos um esforço, porque e muito bem, a campanha eleitoral já lá vai há muito tempo, alguns queriam que fosse implodido, a verdade é que é um transporte moderno. Já tive oportunidade de os informar que, neste momento, é o único meio de transporte em Portugal, que tem todos os certificados de segurança, que podem ser atribuídos a um meio de transporte.-----

-----É considerado um exemplo a nível europeu.-----

-----Neste momento, está-se a fazer em Barcelona um sistema idêntico a este e, portanto, até nos antecipamos.-----

-----O que é importante, agora, é levá-lo rapidamente até onde ele possa, realmente, ser útil. Isto é, rapidamente ao Lagoas Parque e depois ao Taguspark.”-----

4.86. O Senhor Marcos Sá Rodrigues (PS) perguntou o seguinte:-----

-----“Esta questão não está ainda respondida, porque fiz um pedido para além desta novidade, agora, de Barcelona. Queria saber do Senhor Jorge Pracana em relação ao ponto três, fiz uma sugestão de redacção, portanto, se for alterado, tudo bem.”-----

4.87. O Senhor Jorge Pracana (PSD) respondeu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Foi um lapso, porque, efectivamente, nós subscrevemos essa Proposta e achamos, do ponto de vista financeiro, perfeitamente razoável.” -----

4.88. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CONTRA A SUPRESSÃO PELA CP DO NÚMERO DIÁRIO DE COMBOIOS A CIRCULAR NA LINHA FERROVIÁRIA DE CASCAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, com nova redacção, que a seguir se transcreve: -----

----- “CONSIDERANDO:-----

----- - Que o Concelho de Oeiras, atravessado diariamente por milhares de veículos oriundos de concelhos limítrofes para Lisboa e vice-versa, é um Concelho mártir; -----

----- - Que esse trânsito automóvel poderá reduzir-se através de uma eficaz ligação ferroviária entre Cascais e Lisboa; -----

----- - Que, desse modo, é vital para os habitantes de Oeiras em particular e os demais habitantes dos concelhos servidos por essa ligação, manter e, se possível, aumentar o serviço diário de comboios nesta linha; -----

----- - Que a linha ferroviária de Cascais, pela sua importância e número de utentes que pode servir, deve merecer uma melhor atenção por parte da CP e do Governo que tutela esta;-----

----- - Que é do conhecimento público que a CP suprimiu desde o dia cinco de Março de dois mil e sete, dez comboios por dia nesta linha ferroviária; -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras delibera:-----

----- Um. Aprovar um voto de protesto contra a supressão pela CP do número diário de comboios a circular na linha ferroviária de Cascais;-----

----- Dois. Solicitar à CP que reponha de imediato o número diário de comboios ao serviço dos utentes da linha de Cascais e que existiam antes de Março de dois mil e sete;-----

----- Três. Dar conhecimento desta Deliberação ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Presidente do Conselho de

Administração da CP, à Assembleia Municipal de Cascais, publicando-se no Boletim Oeiras Actual.”-----

4.89. VOTAÇÃO – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CONTRA A SUPRESSÃO PELA CP DO NÚMERO DIÁRIO DE COMBOIOS A CIRCULAR NA LINHA FERROVIÁRIA DE CASCAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta de Recomendação do Grupo Político do Partido Social Democrata, a qual foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do IOMAF, doze do PSD, três da CDU e dois do BE e sete abstenções do PS.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 15/2007** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CONTRA A SUPRESSÃO PELA CP DO NÚMERO DIÁRIO DE COMBÓIOS A CIRCULAR NA LINHA FERROVIÁRIA DE CASCAIS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta de recomendação referida em título e deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, doze do Partido Social Democrata, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Bloco de Esquerda e sete abstenções do Partido Socialista: - -----

-----Um – Aprovar um voto de protesto contra a supressão pela CP do número diário de comboios a circular na linha ferroviária de Cascais; -----

-----Dois – Solicitar à CP que reponha de imediato o número diário de comboios ao serviço dos utentes da linha de Cascais e que existiam antes de Março de dois mil e sete; -----

-----Três – Dar conhecimento desta deliberação ao Senhor Primeiro-ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Presidente do Conselho de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Administração da CP, à Assembleia Municipal de Cascais, publicando-se no Boletim Oeiras Actual.”-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.”-----

4.89.1. O Senhor Pedro Licínio Pereira (PS) fez a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O nosso Grupo Parlamentar absteve-se desta Proposta, não obstante os contornos sociais, que podem estar envolvidos, precisamente porque não foi esclarecida a questão colocada, quanto aos reais dados, que produziram a decisão da CP.-----

----- Naturalmente, foram ditas aqui coisas muito importantes, que deviam ser esclarecidas e, sobretudo, a postura das Câmaras relativamente às empresas de transporte, porque, enquanto não houver um estudo de funcionamento em que todas as autarquias estejam, efectivamente, envolvidas com as grandes empresas de transporte, que são as públicas e participem no esforço financeiro, que é necessário para que elas funcionem, porque no negócio dos transportes públicos, as tarifas, que se praticam, são ruinosas em todo o lado. Não é possível, de facto, nós sairmos desta situação e é nesse sentido que nós achamos que esta Proposta pode estar bem situada, mas não temos dados para a apoiar objectivamente.”-----

4.90. O Senhor Alexis Godinho (IOMAF) deu a seguinte informação:-----

----- “Ontem houve uma reunião entre uma representante da Microsoft com uma Empresa Internacional, que se chama “Door International”, que é uma empresa de consultadoria e de formação que se quer implementar em Portugal, em dois mil e oito, criando duzentos postos de trabalho. -------

----- Houve vários critérios para tentar ver qual era o Concelho que iria ser adoptado e o critério de escolha baseou-se em vários processos e, um dos critérios, que fez com que essa Empresa escolhesse Oeiras, foi precisamente o SATU.-----

----- Essa empresa vai-se implementar em dois mil e oito, no Taguspark e vai criar duzentos postos de trabalho por causa do SATU.”-----

4.91. A Senhora Luísa Lisboa (PS) falou o seguinte acerca dos Requerimentos: -----

-----“Gostaria de ser informada sobre os requerimentos feitos na última Assembleia Municipal que não foram ainda respondidos. Bastantes por acaso. Um deles apresentado pelo Partido Socialista e que já teve duas insistências da parte da Assembleia Municipal junto do Executivo.” -----

4.92. O Senhor Presidente da A.M. explicou o seguinte: -----

-----“Nós temos por hábito, findos os trinta dias, pedir, novamente, ao Senhor Presidente da Câmara para mandar responder aos ofícios, e, portanto, é isso o que iremos fazer.” -----

-----**A Senhora Luísa Lisboa (PS)** acrescentou o seguinte: -----

-----“Foi isso, o que já aconteceu.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Então, nós repetiremos.” -----

-----**A Senhora Luísa Lisboa (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“Foi insistido pela Assembleia no dia vinte e sete de Fevereiro e dia doze de Abril.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** disse ainda o seguinte: -----

-----“Nós iremos repetir.” -----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

5.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. Nº. 364/07 relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas da C.M.O. de 2006 – Ofício Nº. 18044 de 07.04.17, que a seguir se transcreve: -----

“71 - PROPOSTA Nº. 364/07 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2006: -----

-----**I – O Senhor Presidente** apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Dando cumprimento ao determinado no número um do artigo quadragésimo sétimo da Decreto-Lei dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, em conjugação com o disposto na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alínea j) do artigo sexagésimo oitavo do Decreto-Lei cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Fevereiro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação, os documentos de prestação de contas da Autarquia relativos ao ano de dois mil e seis, nos termos do número dois das Considerações Técnicas anexas ao Decreto-Lei cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

----- Nas demonstrações financeiras vão devidamente evidenciadas as verbas arrecadadas, as despesas realizadas e o resultado que transitou. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados no anexo Um da Resolução quatro, de dois mil e um – Segunda Secção do Tribunal de Contas, foram todos elaborados e são presentes à reunião encontrando-se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

----- Os que não foram possíveis de completar integralmente, encontram-se explicados os motivos nos justificativos dos anexos às demonstrações financeiras referidas no ponto oito.” -----

----- II – Intervindo o **Senhor Vereador Rui Soeiro** dirigindo-se à Doutora Maria Emília Xavier e o Doutor José Luís Ribeiro, presentes na sala, observou que a apresentação dos documentos estão a melhorar de ano para ano, pelo que lhes gostaria de dar os seus parabéns. Todavia, pretendia obter alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto à verba de dois milhões cento e setenta e cinco mil novecentos e noventa e cinco euros e sessenta e seis cêntimos, que consta da página vinte e sete do Relatório que está no “activo circulante” em “Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo” e, quanto a si, deveria estar no passivo de exploração, mas como deve haver um explicação para isso gostaria de saber qual é. Uma outra questão tem a ver com a verba de vinte milhões cento e oito mil novecentos e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos, no “Passivo” em “Dívidas a Terceiros de Curto Prazo” que gostaria de saber a que diz respeito, tendo a **Doutora Maria Emília Xavier** esclarecido que a primeira situação tem a ver com os suprimentos das sociedades e quanto à segunda é respeitante ao Processo da Pró-

Agricultura. -----

-----Usou de seguida da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** referindo que já tinha posto, na última reunião, a questão da listagem na “Prestação de Serviços de Particulares” não estar completa, visto que notou a falta do nome do Doutor Victor Gonçalves que tem um contrato de prestação de serviços com a Câmara, ao que o **Senhor Presidente** respondeu estar numa outra listagem que irá substituir a primeira. De todo o modo deve dizer que, como é óbvio, não lê os documentos exaustivamente, e, ainda ontem esteve uma hora no Gabinete da Doutora Maria Emília Xavier a rubricar as folhas deste documento, o que considera uma indignidade, na medida em que o legislador pretende que as pessoas não trabalhem e actua relativamente aos autarcas de uma forma que os trata “abaixo de cão” porque quando se exige que um Presidente de Câmara rubrique centenas e centenas de páginas de documentos que não lê trata-se de facto de uma situação indigna.-----

-----A propósito da listagem dos contratados e avençados disse ter havido um deputado municipal que lhe pediu esses elementos e como tem em seu poder essa listagem é com muito gosto que anuncia que o Presidente da C.M.O. em conjunto com todos os Vereadores com Pelouro têm menos assessores do que qualquer Vereador da Câmara de Lisboa, porquanto dessa listagem constam vinte e uma pessoas, mas não são só assessores pois estão também as secretárias e motoristas.-----

-----Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** dizendo ter registado os números referentes ao endividamento, assim como registou, também, que o nível de execução do Orçamento está na mesma linha dos anos anteriores, verificando-se níveis de realização da ordem dos sessenta e cinco por cento com situações caricaturais de quatro vírgula três por cento de realização como é o caso da venda de bens de investimento na receita de capital e que as GOP tiveram um nível de realização de cinquenta e oito vírgula cinquenta e nove por cento com um montante realizado inferior ao de dois mil e cinco no valor de três vírgula sete milhões de euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Portanto, a apreciação que faz, independentemente dos aspectos formais que são excelentes, pois até lhe permitem interpretar estes números sem atropelar muito o significado que eles têm, levam-no a não poder votar de forma diferente dos anos anteriores. -----

----- Interveio de seguida, o **Senhor Presidente** dizendo que a intervenção do Senhor Vereador Amílcar Campos só lhe dá argumentos muito positivos, pois quando diz que a venda de bens de investimento é uma situação caricatural por ter apenas quatro vírgula três por cento de realização, mas ao mesmo tempo diz que a taxa de realização é idêntica à dos anos anteriores, esperava que desse um elogio ao actual Executivo, a que pertence, porque é notável que com apenas uma realização de vendas de património de quatro vírgula três por cento, se tenha realizado sessenta e cinco por cento daquilo que está orçamentado, porque significa que conseguiram atingir os seus objectivos sem se valerem de um recurso extraordinário que é a venda de património. -----

----- A verdade é que um Orçamento de cento e oitenta e sete milhões de euros com uma execução de cento e vinte e um milhões dá uma taxa de execução de sessenta e quatro vírgula quarenta e três por cento mas se se tiver em conta o salto da gerência anterior está-se a falar de sessenta e sete vírgula sete por cento de execução, e se se atender que foi o primeiro ano deste mandato, comparativamente com dois mil e cinco, que não foi um ano de eleições, o resultado é extraordinário, embora não possa dizer que está satisfeito, pois só o ficará com uma execução de oitenta por cento, que era aquilo a que estava habituado, mas há-se lá chegar. -----

----- III – A Câmara, por maioria, com voto contra do Senhor Vereador Amílcar Campos, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e

dois, de dezanove de Agosto.”-----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“Começava pelo primeiro volume, que é o Relatório em que na página vinte encontro num quadro – Venda de Bens de Investimento entre o Orçamento e o executado, estranho ter sido orçamentado um volume tão grande de Venda de Bens de Investimento e ter uma execução tão restrita que, aliás, é assinalada como quatro vírgula vinte e nove por cento.-----

-----Depois, verifico no quadro seguinte da página vinte e dois, quanto às Despesas com o Pessoal, há uma diferença bastante grande de despesas entre o ano que findou, dois mil e seis e o ano anterior de dois mil e cinco e isto tem uma relação, que irei falar mais tarde aquando do Recrutamento de Pessoal.-----

-----Agora, passo para a apreciação das páginas trinta, trinta e um e trinta e dois em que encontro os rácios, que são sempre interessantes. Estes são uma adaptação da Autarquia ou do Município aos rácios que são, normalmente, adoptados em empresas – rácios empresariais. Mas é preciso adaptá-los e, a meu ver, já direi como deve ser e a onde é que eu vejo razões para fazer essas observações: ora no primeiro rácio da liquidez geral, estranho que no activo circulante desse rácio, se tenham tirado do numerador as dívidas a médio e longo prazo.-----

-----Verifico no rácio da rendibilidade financeira, o numerador, que é o resultado líquido, está bem considerado, mas no denominador, que são os fundos próprios, somam ao património e também ao resultado líquido. Ora, se nós estamos a tirar um rácio de rendibilidade de dois mil seis, o resultado líquido não pode ser considerado no denominador. Os fundos próprios devem ser só os fundos próprios de balanço e não líquidos.-----

-----Encontro uma rendibilidade do activo depois de ter sido primeiro uma rendibilidade económica, que é o resultado líquido sobre o activo e, depois, uma rendibilidade do activo, que é o resultado operacional. Este não me parece que tenha um grande interesse em calcular esse caso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Depois, há a rendibilidade e aqui é que eu faço, de facto, uma crítica muito clara à expressão, que foi utilizada – a rendibilidade líquida das vendas. Ora, isto é tipicamente rácio de empresa. Uma autarquia não faz vendas, tem outra vocação. Uma autarquia presta serviços, recebe impostos e pode, de facto, fazer venda do seu património. Agora, estar aqui a referir como se fosse um rácio de empresa e ser uma rentabilidade líquida das vendas, não posso estar de acordo. ---- -----

----- Encontro na Autonomia Financeira, o numerador que está correcto e que tem os fundos próprios, mas, depois, no denominador tem as dívidas a médio e a longo prazo. E, onde estão as dívidas de curto prazo? Há uma redução do denominador e, havendo uma redução, o cálculo da fracção também não é correcto, portanto, é muito pior a Autonomia Financeira e, relativamente, ao que se diz em baixo, que a Autonomia Financeira representa um desequilíbrio entre fundos próprios e alheios, será mais acentuada se for considerado como deve ser este rácio.

----- Passo, depois disto, a outros pontos do relatório em que na página cinquenta vejo uma longa descrição de participações em seminários e conferências, etc., muitas internacionais, teria bastante interesse nós sabermos, qual o custos de todas estas participações da Autarquia em conferências internacionais e as pessoas, que fazem parte dessas viagens. -----

----- Na página setenta e três, Geminações, estamos na mesma. Há aqui várias referências a viagens e a grupos de pessoas, que se deslocam por causa das geminações, era também interessante nós sabermos o custo, porque estive à procura nas Demonstrações Financeiras e tive uma grande dificuldade. Não encontrei. É muito difícil encontrar, o que é que se gasta nestas viagens. --- -----

----- Temos na página cento e catorze e cento e quinze, o Quadro de Pessoal e a Gestão dos Activos em que verifico que houve uma saída de cento e sete trabalhadores e uma admissão de cento e quarenta e quatro trabalhadores. Portanto, houve um enorme aumento de trabalhadores na Autarquia. É, natural, também, que seja dada uma explicação a este respeito e,

talvez, daí advenha o encontrarmos uma enorme diferença entre despesas de pessoal dum ano para o outro. -----

-----Nas páginas duzentos e sete e duzentos e oito temos uma longa descrição na Divisão de Viaturas e Máquinas, as quantidades, que estão aqui sinalizadas, são enormes indicações, quanto àquilo que, hoje, é a forma financeira de aquisição, que são as locações, mas há um enorme número de locações para viaturas e máquinas em que foram efectuadas por várias peças e etc., até tantas que, às vezes, parecem repetições, porque é, exactamente, o mesmo número de viaturas de cinco lugares para a mesma entidade, a quem é feita a locação.-----

-----Encontro na página duzentos e vinte e cinco, as referências ao Turismo, de facto, a Câmara Municipal está-lhe a dar uma grande importância e desenvolvimento, mas seria também interessante nós sabermos aqui, qual é a taxa de ocupação dos hotéis e, se é conhecida a percentagem entre estrangeiros e portugueses, que são utilizados como ocupantes dos vários hotéis, que o Concelho já tem.-----

-----Na página duzentos e vinte e sete, encontra-se a referência ao Núcleo de Museologia e, aqui, a nota restringe-se à Fábrica da Pólvora. Eu pergunto, e quanto aos outros núcleos museológicos?-----

-----Agora, passo para o volume das Demonstrações Financeiras, onde tive, de facto, uma certa dificuldade, pois não encontrei as tais despesas, que fiz referência anteriormente. Mas, o que encontro aqui, e, que é da página trezentos e cinquenta e nove a trezentos e setenta e cinco, são as várias pessoas, que estão em contratos de avença. São sessenta casos e onde se encontra, por exemplo, em assessores jurídicos, três advogados mais uma sociedade de advogados. Não sei, se é aqui, que no Relatório do primeiro volume, se faz referência de que se vai dispensar muito trabalho externo de juristas e, é possível, que alguns desapareçam agora, porque o Relatório faz referência a isso.-----

-----Mas, depois, encontro, em Apoios de Trabalhos de Arquitectura, sete avençados só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para isto. -- -----

----- Depois, temos mais um assessor para o turismo e etc.. -----

----- Enfim, no total são sessenta e com despesas de pagamentos acumulados muito elevadas que, me dei ao trabalho de fazer a soma disto tudo. É mais de oito milhões de euros. ----

----- Nos Documentos Anexos, ainda faria esta última observação, pois encontro que o banco tem distribuídas contas por, além da Caixa Geral de Depósitos, catorze bancos. Isto é necessário? A Autarquia tira algum benefício disto? Encontrei catorze bancos com contas da Autarquia e, eu pergunto, se de facto têm algum interesse nisso ou se tira disso algum benefício.”

----- O **Senhor Luís Larcher Cruz (IOMAF)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O que é pedido para esta Bancada, neste momento, é que faça uma apreciação política dos Documentos de prestação de Contas de dois mil e seis da câmara Municipal de Oeiras. Mas, nós temos consciência que para fazer uma apreciação política responsável, longe do estado de espírito, longe da confusão, entre a objectividade de um documento e a subjectividade de quem o assina. E, longe a demagogia de se valorizar, o que não foi feito em detrimento da obra feita, esta Bancada assume e apoia a sua avaliação em três princípios objectivos e claros: primeiro, o nosso Programa Eleitoral, segundo, a melhoria da qualidade de vida da população e terceiro, a capacidade de se ver para além do presente e criar os alicerces do futuro. -----

----- Esta é a melhor forma de sermos coerentes com a nossa responsabilidade, perante quem nos elegeu. Suscitamos um Executivo Camarário e temos obrigação de lhe dar estabilidade e condições para se concentrar no que tem de fazer, ou seja, o governo a favor do povo. Por isso, não podemos deixar de elogiar este Executivo por ter alcançado um feito notável, encontrou o equilíbrio entre as respostas, que hoje têm de ser dadas aos problemas, que as pessoas têm, mantendo e aumentando a qualidade da sua vida e a criação de alicerces para o futuro do Concelho.- -----

----- Nós sabemos que os recursos são escassos, que a herança do anterior Executivo é

pesada, que o País está em recessão e os problemas sociais alastram, mas apesar disso, o Executivo teve a coragem de não se ficar pela gestão corrente e investiu, assumindo que este investimento significa, um investimento claro na vida das pessoas e a machadada possível nas causas da injustiça social e de todo o tipo de pobreza humanas. -----

-----Este Documento é, decididamente, testemunho do início do novo ciclo no Concelho, o ciclo do valor da vida. Para isso, partiu da realidade concreta da cidade dos homens, dos espaços físicos, onde as pessoas sentem e planeiam as suas vidas, dos espaços humanos, onde o ambiente vivido incentiva as pessoas a abraçarem os valores e a crescerem culturalmente; os espaços, a onde, e, sublinho isto, todos são iguais e são convidados a beneficiarem dos diversos investimentos feitos no nosso Concelho. Daí, entender-se que indicadores como o da redução da criminalidade no Concelho, tanto servirem para avaliar a política de apoio social seguida como para intermitigarem o investimento feito na qualidade de vida, com uma maior inserção multicultural, com o aumento de oferta de emprego por empresas sedeadas no Concelho, com o aumento de rendimento disponível e, sobretudo, com uma maior paz social. Vem nesta linha, a implementação de medidas destinadas à reconversão de áreas urbanas de génese ilegal em intervenção em equipamentos sociais, culturais e desportivos, a recuperação dos Centros Históricos, o apoio financeiro e material às corporações de bombeiros, aos centros sociais, às creches e aos diversos centros culturais do nosso Concelho ou também a elaboração, intervenção em projectos estruturantes exigentes do ponto de vista financeiro como os de novas escolas e jardins de infância e a recuperação das já existentes, de novos mercados municipais, de novos centros de saúde, da recuperação de edifícios municipais ou para as novas instalações das juntas de freguesia e de limpeza urbana. -----

-----Ou até, para terminar, o investimento na formação interna para os funcionários da Câmara, a optimização e incentivo de projectos ambientais como o da Recolha Selectiva de Resíduos nos serviços municipais, o Projecto OILPRODIESEL, o Projecto ÓLEO VALOR, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Campanha de Troca de Lâmpadas, o Projecto ENERIM-TOWN e a candidatura ao Projecto BIODIENET ou a manutenção dos setenta hectares de espaços verdes do Concelho e a requalificação dos cento e cinquenta hectares de espaços verdes ainda não tratados. -----

----- Neste breve enunciado de obra feita, não há uma que surja como “primus inter pares”, porque todas elas, “graças a Deus”, transportam consigo o esforço de quem as pensou e executou. No entanto, há sempre a consciência de que quanto maior for a motivação dos funcionários, quanto mais as miserações abraçarem o projecto do Executivo, quanto mais os funcionários sentirem o apelo à sua criatividade e co-responsabilidade, mais este Concelho beneficiará dos tais talentos, que têm vindo a fazer nos últimos anos a diferença.-----

----- A nossa conclusão sobre estes Documentos é positiva.”-----

----- O Senhor **Daniel Branco (CDU)** falou o seguinte:-----

----- “Gosto muito de ouvir o Senhor Luís Larcher e as declarações, que ele faz, mas não tenho, de facto, a mesma apreciação e, começaria por dizer que, relativamente, aos Documentos, que temos em análise e como já estamos habituados, sobretudo, na parte económico-financeira estão muito bem elaborados e de fácil leitura, excepto num ponto, que eu, à frente, referirei.-----

----- Estas Contas apresentam uma redução em relação a dois mil e cinco na ordem dos dois vírgula oitenta e três por cento, o que significa que, o Município teve, efectivamente, menos dinheiro em dois mil e cinco do que nos anos anteriores.-----

----- Creio que é importante ver, o que se passa, separando as componentes das receitas. Nas correntes há sete vírgula noventa e nove por cento a mais. Portanto, nas receitas correntes há, de facto, mais do que estava, inicialmente, orçamentado. No capital há catorze vírgula setenta e sete por cento a menos, poremos também, à frente, o porquê?-----

----- Nas páginas vinte e sete, vinte e oito e vinte e nove aparece o Balanço Sintético que para mim e para quase todos nós, os que não são da especialidade, tem limitações grandes do ponto de vista da análise, porque tem a ver com a interpretação do PROQUAL. Não me ia

pronunciar muito sobre isso mas, de qualquer modo, gostava de referir, o que aí vejo em relação ao passivo e, o que vejo, é que em dois mil e cinco estamos na ordem dos cinquenta e dois vírgula dez milhões de euros e em dois mil e seis passamos para os oitenta vírgula noventa e dois milhões de euros. -----

-----Se formos um pouco mais abaixo, vemos as dívidas a terceiros a médio e a longo prazo, francamente, não percebo porquê. Depois, fui ver onde estão os contratos de empréstimo e as negociações e, aí, não me aparecem. Há uma justificação decerto. -----

-----Mas, em dois mil e cinco tínhamos trinta e seis vírgula três milhões de euros e em dois mil e seis temos cinquenta e quatro vírgula dois milhões de euros, portanto, há um aumento grande nesta parte das dívidas a terceiros a médio e a longo prazo.-----

-----Nas dívidas a terceiros a curto prazo, também há um aumento grande, passa para o dobro, passa dos doze milhões duzentos e vinte e dois mil euros em dois mil e cinco para vinte e quatro milhões setecentos e setenta e dois mil euros em dois mil e seis e, creio que aqui, com um aspecto, que vale muito a pena, termos em conta e ponderarmos, porque os limites, que estão na página trinta e quatro em relação ao Limite de Endividamento a Curto Prazo, que são os tais dez por cento, lá aparecem como limite para a Câmara de Oeiras, oito milhões setecentos e trinta e três mil oitocentos e quarenta e sete euros. Significa isto que, no ano de dois mil e seis, o endividamento a curto prazo era muito superior àquilo que a Lei permite. Não sei, como irá ser em dois mil e sete. -----

-----Creio que a situação mais escandalosa deste Relatório e Contas aparece na parte que, nos levou, fundamentalmente, já a votar contra o Plano de Actividades e Orçamento e que aqui está amplamente justificado. -----

-----Na receita de capitais, a Venda de Bens de Investimento previsto de sessenta e dois milhões de euros foram realizados quatro vírgula vinte e nove por cento. Este é o número. Foi realizado dois vírgula sessenta e seis milhões de euros e apenas quatro vírgula vinte e nove por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cento.-----

----- Já sabemos que nos vêm dizer que não se deve vender, quando o mercado não está capaz e tudo isso, mas o que é verdade é que isto não é minimamente um erro credível.-----

----- Uma última nota, que gostava de fazer e que não aparece muito evidente no trabalho, que tiveram, pois requereu mais trabalho da nossa parte e trabalho colectivo da CDU, como nós costumamos fazer, tem a ver com a descentralização para as freguesias. Nós já aqui tivemos oportunidade de dizer mais do que uma vez que, o que existe no Município de Oeiras, em relação à descentralização para as freguesias, é um engano e tem mesmo, em nosso entender, aspectos, que são, manifestamente, fraudulentos.-----

----- Preocupa-nos imenso, o que se tem passado nesta área e fomos fazer o apanhado geral dos valores de dois mil e seis, aquilo que são os valores trimestralmente passados para as juntas, de acordo com aquilo, que as juntas apresentam à Câmara Municipal. E, para aquilo, que aparece, vale a pena perdermos um pouco de tempo.-----

----- O valor transferido para as juntas, que estava no Orçamento inicial de um milhão de euros, de facto, passou a um milhão quatrocentos e dezasseis mil euros, portanto, para as juntas foram quatrocentos e dezasseis mil euros acima do que estava previsto.-----

----- Mas é bom ter em conta que esta verba se insere numa verba total de subsídios de quinze milhões quatrocentos e vinte e sete mil euros. O que significa que para as juntas de freguesia, em termos de subsídios, equivaleram a nove vírgula dezoito por cento do total, que a Câmara subsidiou. Este é um aspecto, em meu entender, já gravoso, mas não é o pior da análise, que fizemos.-----

----- Se todos formos ver, um milhão quatrocentos e dezasseis mil euros, o total transferido no ano de dois mil e seis e, se formos ver, o número de habitantes que, de acordo com a população estimada pelo Gabinete de Desenvolvimento Municipal, em meu entender errada, porque as populações estimadas por esse Gabinete dão um crescimento da população, quando os

sensos das últimas eleições do Referendo sobre a I.J.V. deu uma baixa de eleitores. Mas, enfim, servindo esses valores, vamos dizer que o número de habitantes total é de cento e setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete, o número de habitantes estimados, tinham sido mandados para as juntas oito vírgula doze euros por habitante/ano, não chegando a um euro por mês. -----

-----Mas, o que surpreende, é, onde é que está o critério disto tudo, quando virmos, depois, o que dá a capitação, que cada junta recebeu com aquilo, que são as populações residentes das juntas. Para este oito vírgula doze euros, a que está em primeiro lugar, foi a Junta de Caxias, que teve vinte e oito vírgula vinte e seis euros. Tanto quanto consegui apurar, em Caxias terá havido um roubo, o que justificará, eventualmente, que haja dinheiro a mais. Mas, de facto, dá vinte e oito vírgula vinte e seis.-----

-----Depois, a Cruz Quebrada/Dafundo tem vinte e cinco vírgula quarenta e três. -----

-----Porto Salvo está em terceiro lugar, mas só já está com dez vírgula vinte e nove. Portanto, os dois primeiros são, de facto, Caxias e Cruz Quebrada /Dafundo. -----

-----De seguida, está Queijas com nove vírgula quarenta e dois. -----

-----Algés com oito vírgula cinquenta e cinco. -----

-----Barcarena com sete vírgula setenta e um. -----

-----Oeiras com sete vírgula trinta e oito. -----

-----Carnaxide com quatro vírgula trinta e um. -----

-----Linda-a-Velha com dois vírgula noventa e um. -----

-----E, por último, Paço de Arcos com dois vírgula sessenta e oito. -----

-----Perante isto, só há uma conclusão a tirar, não existe rigor e nem critérios, estamos num processo em que toda a utilização do dinheiro e das transferências são possíveis. Aqui também vai um grande exemplo da duplicidade, que existe no Município de Oeiras entre o discurso e a prática.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Ana Paula Aboim Gomes (BE)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Bloco de Esquerda gostaria de lembrar, mais uma vez, que não é com quatro dias de antecedência, que se fazem a entrega de documentos, que têm de ser analisados cuidadosamente. Mais uma vez, isto falhou.-----

----- É assim, isto foi aprovado em onze de Abril, não se consegue compreender como é que só chega às nossas casas, no dia vinte e três com reunião marcada para vinte e sete.”-----

----- O **Senhor Jorge Vilhena (J.F. Carnaxide)** falou o seguinte:-----

----- “Aproveitava, se calhar, para elucidar o Senhor Daniel Branco da CDU que, no que diz respeito à Junta de Freguesia de Carnaxide, a propósito das transferências correntes, como sabe, existe um protocolo entre as juntas de freguesia, a Santa Casa e a Câmara em que prevê, atendendo que esses funcionários passaram aos quadros das juntas de freguesia, a transferência dos mesmos montantes para pagamento dos seus vencimentos.-----

----- No caso da Junta de Freguesia de Carnaxide, as únicas transferências, que teve da Câmara Municipal, foram as de delegação de competências, de acordo com os relatórios apresentados, e, um subsídio para as festas igual ao das outras freguesias, suponho. Portanto, mais nenhuma verba foi transferida pela Câmara para a Junta de Freguesia de Carnaxide.-----

----- Normalmente, nas Assembleias de Freguesia e nas Assembleias Municipais acaba-se por só pedir e criticar, mas eu julgo que, no caso de Carnaxide, convém aqui realçar algumas situações. ------

----- Se bem, quem conhece Carnaxide deve-se lembrar que, por exemplo, Nova Carnaxide e Alto dos Barronhos, há uns meses atrás, quando tomamos posse, e, esta urbanização data de cerca do ano de dois mil e dois, não tinha uma passadeira, um sinal de trânsito, portanto, não tinha sinalização vertical/horizontal e não tinha parque infantil. Quem entra, hoje, naquele espaço, não reconhece a Nova Carnaxide e nem o Alto dos Barronhos. Porque ali estava em causa, essencialmente, a segurança dos cidadãos. Há que realçar isto.-----

-----Vou realçar só quatro ou cinco pontos para manifestar o meu agrado. É óbvio que não estou satisfeito, nenhum Autarca nunca está satisfeito, porque há sempre muito a fazer todos os dias.-----

-----Também destacava a questão da Via Longitudinal Norte que arrancou. A terraplanagem foi iniciada a grande velocidade, também mais uma situação em execução. -----

-----Igualmente a questão do Viaduto da Portela, que foi concluído num espaço record, apesar de ter estado parado uns largos meses e ninguém sabia porquê e que, finalmente, foi concluído. - -----

-----Também destacava a questão da decisão de instalar um GTL no Centro Histórico de Carnaxide, que vai permitir fazer a revitalização do Núcleo Antigo. E, poderia destacar aqui muito mais situações e acções, que a Câmara desenvolveu na Freguesia. Faltam algumas obras e infra-estruturas importantes que serão iniciadas, provavelmente, em dois mil e sete ainda, como, por exemplo, a recuperação das pracetas da SOLATIA e outros arruamentos.-----

-----De qualquer das formas, o que queria manifestar, é que nem tudo sempre está mal. É necessário sempre pedir mais, mas também há que realçar o trabalho que foi feito em tão pouco tempo.” -----

-----**O Senhor Presidente da CMO** esclareceu o seguinte: -----

-----“Pronuncio-me, essencialmente, sobre o Relatório de Actividades, porque quanto à Conta de Gerência, com o devido respeito pelo Senhor Macieira Coelho, mas eu, por acaso, não sou contabilista, nem economista, a minha actividade não é essa, e, portanto, parto do princípio que os documentos estão certos. Isto é, para mim, as contas estão certas. São editadas pelo Tribunal de Contas. As pessoas que as elaboram têm competência para o efeito, logo, se as contas estão certas, não tenho comentários a fazer, mas sim comentários políticos, isto é, o que é que essas contas traduzem em relação àquilo que é a melhoria da qualidade de vida do Concelho e em relação àquilo que tem a ver com os projectos, as propostas apresentadas e com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

compromissos eleitorais, que estão ou não a serem cumpridos. -----

----- No que toca à taxa de execução em dois mil e seis, curiosamente, até é maior do que em dois mil e cinco, de maneira que, me surpreende que o Senhor Doutor Macieira Coelho chame a atenção para a taxa de execução, porque é maior em cerca de zero vírgula seis ou zero vírgula sete por cento. O que convenhamos, tendo sido dois mil e cinco, um ano de campanha eleitoral, um ano de eleições, que até era natural que houvesse, realmente, uma taxa de execução mais elevada. Portanto, tivemos uma execução de sessenta e cinco vírgula nove e em dois mil e cinco foi sessenta e cinco vírgula três ou vírgula quatro. Por conseguinte, a taxa de execução até é superior. -----

----- Na questão dos rácios, é a leitura e a interpretação que o Senhor Doutor Macieira Coelho faz. Os Serviços têm as suas interpretações também. Nessa matéria também não me pronuncio, pois decorre da Lei, da contabilidade, do Processo do POCAL e do caso da rendibilidade líquida das vendas, etc. São, digamos, proposições que decorrem da Lei e, portanto, nessa matéria não há nada a fazer. -----

----- As questões de participações, viagens, obviamente que no Relatório de Actividades é muito difícil, aliás, como sabem, ao longo dos anos vamos tentando isso, até pela Informação trimestral. Ao longo dos anos vamos tentando encontrar um equilíbrio, no fundo, entre aquilo, que são as informações, que os Membros desta Assembleia Municipal necessitam, aquelas que entendem ter acesso e ao mesmo tempo o volume, que tudo isso faz e, portanto, qual é a dimensão e a natureza da informação? -----

----- Naturalmente que, não é possível e não faz sentido, num relatório de actividades municipal estar a indicar quem viajou para onde. Então, isso seria mais fastidioso ainda e seria estar a dar uma dimensão que não faz sentido. -----

----- Mas é obvio que a Assembleia Municipal e os seus Membros têm todo o direito de pedir a informação, que entenderem e a Câmara Municipal não deixará de a prestar. -----

-----Relativamente a geminações e ao custo, não temos qualquer problema em facultar esses dados. Como sabem, houve até um decréscimo significativo no papel da Câmara de Oeiras ao nível das geminações, tanto mais que sempre houve a preocupação de envolver empresas, empresários e instituições do Concelho, escolas, etc., no apoio e no intercambio com os municípios geminados com Oeiras. Se quiserem elementos mais concretos, a Câmara Municipal irá facultá-los. Mas, como compreendem, era muito difícil estar a inseri-los no Relatório.-----

-----No que diz respeito à questão do pessoal em que foi referido a página cento e quinze, saídas de cento e treze e entradas de cento e quarenta, na realidade não houve entradas suplementares, porque trata-se aqui de cerca de quarenta ou quarenta e seis funcionários, que já estavam na Câmara, simplesmente estavam a ser pagos em regime de prestação de serviços, por razões, que teve a ver com o pagamento de horas extraordinárias, porque tinham sido colocados, na TRATOLIXO pelo anterior Executivo, em dois mil e cinco.-----

-----Em dois mil e seis, a Câmara Municipal fê-los retornar, pois tinha que os fazer retornar. Não se trata aqui duma verdadeira contratação, o que acontece, é que em dois mil e cinco passaram a ser pagos por outra rubrica. Trata-se de cantoneiros de limpeza, que saíram da Câmara Municipal para serem colocados na TRATOLIXO. A Câmara Municipal fez um contrato com a TRATOLIXO de quinhentos mil euros para que durante aquele período, julgo que eram seis meses, de Junho ou Julho de dois mil e cinco a Dezembro de dois mil seis e em Janeiro de dois mil e seis, retornaram à Câmara Municipal e, portanto, está aqui o acréscimo, que tem a ver com a reentrada desses quarenta e nove funcionários. Reentrada formal, porque, na realidade, eles nunca saíram da Câmara, nunca estiveram ao Serviço da TRATOLIXO, eram sim pagos através da TRATOLIXO. Por conseguinte, estiveram sempre a trabalhar na Câmara de Oeiras, sob o poder tutelar da Câmara de Oeiras, dos direitos da Câmara de Oeiras e, portanto, apenas do ponto de vista formal, estavam na outra Empresa, quando, realmente, não estavam e, por isso, houve a reintegração logo e não houve mais pessoal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em relação à locação de viaturas, é aquilo que, actualmente, parece ser o mais vantajoso e de acordo com as necessidades da Câmara. -----

----- Quanto à questão dos hotéis, julgo que nós, na Câmara, temos a Taxa de Utilização, e, numa revista dedicada ao turismo ou na Revista Trinta Dias e/ou num Boletim da Câmara, com certeza que faz sentido estar a publicar a Taxa de Utilização dos hotéis e as nacionalidades e temos essa informação, de maneira que, terei muito gosto de a fazer chegar à Assembleia Municipal. -----

----- Na questão das avenças não houve alteração, elas são, exactamente, as mesmas desde dois mil e dois, dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco. Na generalidade das avenças, que ali estão, são justamente, na sua maioria, arquitectos e engenheiros. Julgo que, a maior parte dos avençados, tem a ver com o Departamento de Projectos Especiais, Juristas haverá alguns. Aliás, estão aí, porque nos termos da Lei, é obrigatório a indicação do nome deles todos, e, portanto, deve haver aí uma referência aos nomes dos avençados. -----

----- Põem-se as contas em bancos por várias razões, por determinado tipo de projectos, por financiamentos, etc. -----

----- Os fundos comunitários determinam a abertura e uma conta específica e nesse sentido abre-se a conta num determinado banco. -----

----- Outra situação, que para mim é a mais importante, tem a ver com uma política de relacionamento com os bancos sedeados no Concelho, porque todos querem uma conta, quer da Câmara Municipal, quer dos SMAS nos seus bancos. -----

----- No entanto, o grosso do movimento da Câmara é feito com a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Espírito Santo. -----

----- O Senhor Daniel Branco referiu-se à questão do passivo ter passado de cinquenta milhões em dois mil e cinco para oitenta milhões para dois mil e seis. Isso tem a ver com o facto de se ter um determinado tipo de dívidas que não estavam contabilizadas, designadamente a

dívida do célebre Artigo Cento e Dois da Outurela. -----

-----Não vou dar a desculpa que o Senhor Daniel Branco referiu acerca da Receita de Capital. ---- -----

-----Neste caso não se realizou mais Receita de Capital, não porque não quiséssemos vender face ao mercado. -----

-----Dá-se a circunstância que felizmente Oeiras está numa conjuntura favorável, haja terrenos para vender e eles são imediatamente vendidos, o problema é que não há. -----

-----Se a Câmara Municipal tiver terrenos para pôr à venda em hasta pública a procura vai exceder de longe a oferta, acontece é que não pudemos pôr em venda esses terrenos porque o grosso desses terrenos são aqueles que se reportam ao Almarjão relativamente a um acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a Gerium.-----

-----Esse loteamento foi avançando e por proposta do anterior Executivo foi proposto um registo de co-propriedade relativamente à propriedade da Câmara que passou a ficar co-proprietário com a Gerium e eu entendo que não devemos permitir o exercício de direito de preferência por parte da Gerium e para isso temos que dividir a coisa comum. Isso significa que é necessário constituir o loteamento, constituir os lotes e logo que os lotes estejam constituídos a Câmara Municipal irá dividir a coisa comum, ficará com os lotes a que tem direito, a Gerium ficará com o lote a que tem direito e a partir daí a Autarquia poderá fazer a venda em hasta pública, que é o que pretendemos fazer. Situação que, juridicamente, não foi possível fazer até agora. -----

-----Este Senhor já nos foi habituando a apresentar-se aqui como procurador das Freguesias. -----

-----As Freguesias deste Concelho, até pela qualidade dos Presidentes de Junta não precisam de procuradores nesta Assembleia Municipal e muito menos pelo Senhor Daniel Branco, pois a CDU não administra qualquer Freguesia neste Concelho.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mas, ao contrário daquilo que diz, as Freguesias do Concelho, ao nível do Protocolo de Delegação de Competências tem utilizado tudo que tem a ver com a sua capacidade, de tal forma que, tal como eu disse aquando da aprovação do Orçamento de dois mil e seis, que tínhamos previsto um milhão de euros, também disse que, se as Freguesias conseguissem utilizar mais seria feito o justo reajustamento orçamental necessário.-----

----- As Freguesias que conseguiram utilizar um milhão e seiscentos mil euros, fez-se o reajustamento. -----

----- Para dois mil e sete já temos um milhão e meio e, exactamente na mesma disposição, as Juntas de Freguesia, ao nível da Delegação de Competências, não terão qualquer limite. -----

----- Estão aqui dez Presidentes de Junta e ao abrigo do Protocolo de Delegação de competência, venha o primeiro que diga que a Câmara não cumpre. -----

----- A Câmara Municipal, nesta matéria tem toda a disponibilidade para transferir para as Freguesias as verbas necessárias para o exercício da Delegação de Competências. -----

----- O Senhor Daniel Branco também fez outro exercício falacioso, que é o de vir com o investimento “per capita”, quando não tem nada a ver “alhos com bugalhos”, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. -----

----- Está a tentar comparar transferências que a Câmara Municipal faz para Bombeiros ou para as Juntas de Freguesia, quando se sabe que a Câmara só pode transferir verbas para as Juntas no âmbito da Delegação de competências.-----

----- As Associações Humanitárias dos Bombeiros a única receita que têm para a sua actividade são as transferências que a Câmara faz e, em relação a essas, a Câmara Municipal e Oeiras dá ”messas” a Vila Franca de Xira, onde o Senhor foi Presidente de Câmara, porque aí dizem os Bombeiros que esta Autarquia é a que os trata melhor.-----

----- No momento em que reduzem as receitas das Autarquias e o Senhor Daniel Branco é o primeiro a reconhecê-lo, a Câmara de Oeiras, aumentou vinte por cento das transferências para

os Bombeiros, em dois mil e seis e mais vinte por cento em dois mil e sete. -----

-----Por outro lado fala de uma maneira que parece que o investimento “per capita” é aquilo que diz, mas o grosso do investimento fá-lo a Câmara Municipal e o Senhor, falaciosamente não referiu isso. Não é uma atitude séria, porque para se falar em investimento “per capita” tem que se falar no investimento que o Município faz. -----

-----As Freguesias não são todas iguais. Na próxima reunião farei chegar o relatório de dois mil e seis e terão oportunidade de ver nesse documento, que há Freguesias que utilizaram muito mais dinheiro do que outras, depende das prioridades de cada Freguesia, porque há Executivos que utilizam até à exaustão o Protocolo de Delegação de Competências, há outros que não, há relações de um para cinco, precisamente porque cada Freguesia decide no contexto do Protocolo quais as suas prioridades, agora estar a dizer que a transferência “per capita” de sete euros ou de quatro euros, tem a ver com aquilo que diz respeito à Delegação de Competências, tenha paciência, não é assim que as contas se fazem. Tem que ver no contexto da actividade da Câmara Municipal qual é o investimento que faz em cada Freguesia e nessa altura é que pode falar. -----

-----Quando diz que não há rigor nem critério, não tem autoridade para falar nesses termos, tem que ser concreto. -----

-----O rigor e o critério têm que estar plasmados no protocolo aprovado nesta Assembleia e nos Relatórios que serão apresentados por cada Junta de Freguesia que permitirá ver qual o comportamento de cada Freguesia em dois mil e seis. -----

-----Relativamente à dívida, quarenta e seis milhões de euros inclui um acréscimo da dívida registada em dois mil e seis, referente a anos anteriores no valor de trinta e nove milhões seiscentos e noventa e um mil, conforme consta na proposta de deliberação trinta e seis, zero sete, ou seja, foi aprovada uma deliberação na Câmara que concretizou esta dívida, onde está o que referi à pouco da dívida da Outurela, que são cerca de vinte e três milhões de euros, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Universidade Atlântico, um milhão setecentos e cinquenta mil euros referente à compra do lote EQ Três, a Fundação Gulbenkian três milhões duzentos e noventa e dois mil referentes ao pagamento das últimas prestações que faltam pagar, INH Pátio dos Cavaleiros e Alto dos Barronhos doze milhões setecentos e dez mil e noventa e dois euros, Direcção-Geral do Tesouro do processo da Pró-agricultura vinte e um milhões novecentos e trinta e nove setecentos e nove mil euros. - -----

----- Em relação a vinte e um milhões oitocentos e trinta e um mil euros correspondem às seguintes dívidas: setecentos e cinquenta mil euros à EIA referente à compra do lote EQ Três, à Fundação Calouste Gulbenkian um milhão seiscentos e quarenta e seis mil euros, última prestação e à Direcção Geral do Tesouro sobre o Projecto Pró-agricultura dezanove milhões quatrocentos e trinta e nove. -----

----- A curto prazo à EIA um milhão de euros referente à compra do lote EQ Três, à Fundação Gulbenkian um milhão seiscentos e quarenta e seis mil referente ao Palácio do Marquês e à Direcção Geral do Tesouro do processo Pró-agricultura dois milhões e quinhentos mil euros. - -----

----- Relativamente ao valor da execução, tendo em conta a gerência do ano anterior, podemos considerar o saldo de seis milhões duzentos e cinquenta mil, num total de cento e vinte e sete milhões de euros. -----

----- Em dois mil e seis temos o total da execução da despesa, sessenta e cinco vírgula nove por cento. -----

----- Relativamente a alguns impostos, importa esclarecer, porque não basta dizer que as receitas diminuíram, porque realmente diminuíram, ao nível do IMI, que tinha nos anos anteriores uma tendência crescente, em dois mil e três, dezassete milhões de euros, cresceu quatro milhões em dois mil e quatro, cresceu mais dois milhões em dois mil e cinco e em dois mil e seis cresceu apenas cem mil euros. -----

-----Quanto à ao IMT, em dois mil e três, dezassete milhões de euros, em dois mil e quatro dezoito milhões, cresceu um milhão e seiscentos mil euros, em dois mil e cinco cresceu seis milhões de euros, passou de dezoito milhões, para vinte e cinco milhões e em dois mil e seis baixou para vinte e dois milhões de euros, só aqui o Município recebeu menos três milhões de euros. -----

----- Até a Derrama baixou, que vinha a crescer exponencial, baixou, passou em dois mil e três de vinte e três milhões de euros para vinte e oito milhões em dois mil e quatro, baixou para vinte milhões em dois mil e cinco, uma diminuição de oito milhões e em dois mil e seis baixou mais um milhão de euros.-----

-----O único imposto que subiu foi o Imposto Automóvel, apesar da crise, há quem compre mais automóveis. Em dois mil e cinco passamos de quatro milhões e cinquenta e três mil euros para quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil.”-----

5.1.1 VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita.-----

-----“DELIBERAÇÃO N.º 16/2007 -----

PROPOSTA N.º. 364/07 RELATIVA Á APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CMO REFERENTE AO ANO DE 2006 -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e sessenta e quatro barra zero sete, a que se refere a deliberação número setenta e um da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Abril de dois mil e sete e deliberou por maioria com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar os documentos de prestação de contas de dois mil e seis, da CMO, nas condições propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

5.1.1.1 O Senhor Marcos Sá (PS) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Confiamos inteiramente nos técnicos da Câmara Municipal, por isso aprovamos o documento.-----

----- Seja como for o documento será entregue ao Tribunal de Contas, que irá verificar se há alguma alteração, alguma incongruência relativamente às contas, que é quem compete fiscalizar as contas.” -----

5.2 Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º. 365/07 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Referente A 2006, que a seguir se transcreve: -----

“72 - PROPOSTA N.º. 365/07 – APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2006: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Nos termos dos pontos dois ponto sete ponto três ponto dois e dois ponto sete ponto três ponto cinco do POCAL, submete-se a aprovação do Executivo a aplicação dos resultados de dois mil e seis, no valor de trinta e dois milhões seiscentos e dezassete mil setecentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos, em reservas legais no valor de um milhão seiscentos e trinta mil oitocentos e oitenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos, aplicando o restante valor de trinta milhões novecentos e oitenta e seis mil oitocentos e oitenta euros e oitenta e sete cêntimos, em Património.-----

----- O saldo orçamental da gerência anterior foi de seis milhões duzentos e cinquenta e um mil duzentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos, transitando para a gerência seguinte o

valor de três milhões quatrocentos e setenta e seis mil trezentos e catorze euros e sessenta e três cêntimos. -- -----

-----A presente proposta deverá ser aprovada pelo Órgão Deliberativo nos termos do dois ponto sete ponto três ponto um do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, POCAL, com as alterações que lhe foram introduzidas.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.” -----

5.2.1 VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e nove votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções do Bloco de Esquerda. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 17/2007** -----

PROPOSTA N.º. 365/07 – APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2006 -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número trezentos e sessenta e cinco barra zero sete, a que se refere a deliberação número setenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em onze de Abril de dois mil e sete e deliberou por maioria com trinta e nove votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, onze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções do Bloco de Esquerda, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício referente a dois mil e seis, nas condições propostas pelo Órgão Executivo do Município traduzidos naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta”. -----

5.3 Apreciação da Proposta CMO N.º. 369/07 – Relatório e Conta de 2006 – SMAS, que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguir se transcreve: -----

“20 - PROPOSTA Nº. 369/07 – RELATÓRIO E CONTA DE 2006 – SMAS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito das actividades desenvolvidas pelos SMAS, durante o ano transacto, foi elaborado o respectivo Relatório e Conta.-----

----- O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de vinte e seis de Março de dois mil e sete, aprovou, por unanimidade, os respectivos documentos. -----

----- Nessa medida, para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação da Câmara Municipal o mencionado Relatório e restantes documentos finais de Conta do ano de dois mil e seis, devendo os mesmos ser remetidos posteriormente à Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

----- II – Acerca desta proposta o **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que, comparou este relatório com os anteriores, e chegou à conclusão que houve alguns elementos que se perderam relativamente ao histórico, designadamente, o que respeita a elementos de qualidade da água, de análises efectuadas, de resultados das mesmas, o controlo químico da água de consumo humano, onde referia a existência de quarenta mil trezentos e trinta e oito ensaios, ou seja, toda esta informação contida em sete páginas com os resultados.-----

----- No que respeita ao relatório de dois mil e seis, essa informação não existe, no entanto, o que lhe chamou a atenção foi que a rede intervencionada em dois mil e cinco, teve a dimensão de quarenta e dois mil trezentos e oitenta e oito metros, e em dois mil e seis foram dezanove mil novecentos e setenta e cinco metros, ou seja menos de cinquenta por cento do realizado em dois mil e cinco. O investimento realizado em dois mil e seis foi na ordem dos cinquenta e cinco por cento do que tinha sido orçamentado.-----

----- Acrescentou, ainda, que com algum desagrado verificou que as perdas subiram um

ponto percentual, ou seja, em dois mil e cinco elas corresponderam a vinte por cento e em dois mil e seis foram de vinte e um por cento, o que revela que é difícil ter uma acção sustentada do combate às perdas.-----

-----De seguida reportou-se à receita corrente, onde há um conjunto de números que estão errados, ou seja a soma dá cento e dois por cento e seria suposto que desse cem. Estes números revelam que o valor da água continua a representar apenas uma parte inferior aos cinquenta por cento do valor facturado, ou seja, o valor da venda da água corresponde a quarenta e três vírgula sete por cento. As tarifas, taxas, etc, representam cinquenta e seis vírgula três por cento, onde se incluem sete vírgula zero vinte e nove milhões de euros, dos alugueres de contadores.-----

-----Portanto, presume que o negócio fundamental é o da água, no entanto, aceita mal que o objecto principal da venda seja minoritário na facturação.-----

-----Quanto á aplicação dos lucros aqui representados, espera que se destinem para o próximo exercício, em investimento na melhoria da rede e recolha.-----

-----Deixou ainda uma palavra de apreço pela forma clara como estão apresentados os elementos, à parte do por menor da falta de informação, comparável com informações anteriores em aspectos que não são essenciais, mas de qualquer maneira, é o momento em que se faz esta apreciação global.-----

-----De seguida usou da palavra a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** referindo que, no que diz respeito às perdas o valor está consolidado, porque se se verificar em anos anteriores, houve alterações que não se percebia porque é que estavam a acontecer, mas á medida que foi tentando perceber através de outras pessoas, foi-lhe transmitido que ainda não estavam consolidados os resultados.-----

-----Com os cálculos que fez na altura, chegou á conclusão que o que fosse abaixo dos dezasseis por cento em termos de perdas, não era justificável, contudo a manterem-se os dados, não faz muito sentido ir-se para além dos dezasseis por cento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** salientou ter registado um decréscimo na compra da água em dois mil e seis, relativamente a dois mil e cinco o que é significativo visto serem oitocentos e trinta e sete mil metros cúbicos de água a menos, pelo que gostaria de saber o porquê desta situação.-----

----- Interveio de seguida o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referindo que, a qualidade e o rigor continuam a capear os trabalhos dos SMAS, independentemente das pessoas mudarem.-----

----- Congratulou-se também pelo facto de existir actualmente a tarifa social e a familiar, que irão certamente ajudar os que mais necessitam.-----

----- Por fim, disse desejar que o custo da água para o concelho de Oeiras, possa em sede própria ser conseguido a um preço mais barato, de modo a que os munícipes possam ser melhor servidos e com um bom preço.-----

----- De seguida usou da palavra o **Doutor Nuno Campilho**, Administrador dos SMAS, que, reportando-se à intervenção do Senhor Vereador Amílcar Campos, no que diz respeito à falta do documento referente aos diferentes ensaios efectuados à água, disse que, por lapso, concerteza não foi presente neste relatório, mas quanto antes o fará chegar à sua posse e dos restantes Senhores Vereadores.-----

----- Quanto à diminuição da rede intervencionada, é algo que aparentemente poderia não se congratular, mas congratula-se dado a necessidade de uma intervenção maior, já que no ano passado, teve de se fazer uma intervenção menor, daí a diminuição do número de quilómetros intervencionados.-----

----- Quanto à questão que o Senhor Vereador referiu dos cinquenta e cinco por cento do investimento sobre o orçamento, ele é praticamente idêntico ao facturado, e o seu peso em valor absoluto é idêntico ao do ano anterior, ou seja, de acordo com o quadro que tem em seu poder, não há nenhuma diferença, no entanto, poderá fazer-lhe chegar uma cópia do mesmo para que

fique mais esclarecido sobre esta matéria. -----

-----Em relação às perdas, observou que a intervenção da Senhora Vereadora Teresa Zambujo é muito oportuna, mas de acordo com o que o Conselho de Administração dos SMAS definiu para este mandato, mais importante do que diminuir a percentagem de perdas, seria consolidar, e é algo com que se regozija, embora preferisse que fosse dezanove e não vinte e um, Está-se, portanto, no caminho da consolidação, e por isso julga que este valor será para se cumprir e para se manter durante os próximos anos, sendo este o propósito do concelho de administração, bem como o investimento na área do controlo de perdas que também está a ser efectuado. - -----

-----Acrescentou, ainda, que o valor da água continua a corresponder a menos de cinquenta por cento das contas, por uma questão de política de tarifário que não é exclusiva dos SMAS de Oeiras e Amadora, mas sim a nível nacional. -----

-----O que é referenciado, bastas vezes, por teóricos na matéria e que também deve de ser aplicado nestes serviços e noutras entidades gestoras, é que o preço da água deve reflectir os custos de exploração. Infelizmente por questões sociais que levaram, e muito bem, este ano a aprovar a tarifa social para famílias numerosas, e porque não se pode fazer um aumento exponencial do preço da água, não torná-la mais barata como o Senhor Vereador Emanuel Martins há pouco referiu, mas tentar acompanhar de acordo com as condições sócio-económicas do concelho, promoveu-se um aumento ligeiramente superior àquele que a EPAL fez este ano, e que foi de dois vírgula um por cento para dois e meio por cento, para se conseguir suprir os três cêntimos por metro cúbico que os SMAS têm de prejuízo da água que vende, não sabendo se se irá inverter esta tendência, no entanto irá procurar fazê-lo, e talvez nas contas do próximo anos se consiga uma maior aproximação dos tais cinquenta por cento que o Senhor Vereador almejava nas contas que fez. -----

-----Referiu, ainda, que em relação à questão do decréscimo na compra de água, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

resultado deste é equivalente ao decréscimo do consumo generalizado, que a própria EPAL está a sentir, ou seja, esta empresa sendo a fornecedora de vinte e quatro municípios da Área da Grande Lisboa, ela própria teve uma diminuição de cerca de três por cento na venda da sua água, porque tem essa mesma redução no consumo.-----

----- Portanto, há uma baixa de consumo generalizada de toda a Área da Grande Lisboa, que se pode justificar por campanhas de consumo para poupar a água, talvez porque as pessoas não gastam tanto, embora não tenha nenhuns dados objectivos que lhe transmitam essa indicação, mas admite perfeitamente, que a diminuição da compra seja pela diminuição de consumo. - -----

----- Por fim, interveio o **Senhor Presidente** referindo que sobre a questão das perdas, gostaria de dizer que, em mil novecentos e oitenta e seis e oitenta e sete, quando foi introduzida a telegestão de redes de água nos SMAS esta era a panaceia das redes de água, que na altura andavam na ordem dos trinta e três por cento. Ao longo de todos estes anos foi feito um percurso muito interessante, comparativamente com outros serviços que existem ao longo do País, visto que ainda há sistemas de abastecimento de água que têm perdas superiores a cinquenta por cento.

----- Portanto, os SMAS ao situarem-se ao nível onde estão, fizeram um progresso muito grande, porque o existir oscilações de um ou dois por cento de um ano para o outro, é absolutamente irrelevante, sendo que o importante é saber o que é que vai acontecer nos próximos anos. Para além de que o importante, também, é saber se nos próximos três anos, não se ultrapassa em nenhum ano os vinte e um por cento, isto é, se esta percentagem não for ultrapassada, de modo a ficar nos vinte e um, vinte, dezanove, etc., significa que, de facto, houve uma consolidação relativamente às perdas de água, visto que para que esta percentagem aumente, basta que haja uma grande rotura incontrolável, mas mesmo com uma situação desta, ela é detectada. -----

----- Portanto, o grande problema das perdas de água é o controlar-se a qualidade da rede,

e este é um trabalho paulatino.-----

-----Em relação a furtos de água, referiu que neste momento esta é uma situação que pouco se verifica. -----

-----Acrescentou, ainda, que ficou muito satisfeito que o Senhor Vereador Amílcar Campos tenha levantado o problema do negócio da água, embora ele próprio tire conclusões diferentes das do Senhor Vereador, visto que refere que o negócio dos SMAS é a água, mas ela não é a mais representativa em termos de receita, considerando que esta situação tem que ser alterada e, gradualmente, tem que se adequar o preço da água, de modo a que esta tenha uma receita superior, em relação à receita global dos SMAS, o que não significa que as famílias possam vir a ser mais castigadas, embora julgue que com a criação de uma tarifa ambiental, o consumidor vai ver agravada a factura, isto é, vai ser desonerado, se bem que no caso de Oeiras esta situação não se vá sentir muito, ou seja, politicamente pensa que não vai ter grandes reflexos, porque mais que setenta por cento dos residente em Oeiras são proprietários das casas que habitam. -----

-----De todo o modo, considera que é importante ter a consciência que o preço da água tem que ser actualizado, pois, cada vez mais, ela é um bem escasso, e daí haver a necessidade de a poupar. -- -----

-----Quanto à questão da distribuição dos dividendos, no Orçamento da Câmara aprovado para dois mil e sete, está definida essa previsão de distribuição de lucros, neste caso concreto ainda não está prevista a aplicação de resultados, por que é uma questão que só na altura da revisão orçamental é que se vê quais as possibilidades de aplicação de resultados, razão pela qual não é, agora, o momento oportuno para falar disso. -----

-----III - A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Amílcar Campos, deliberou aprovar o proposto.”-----

-----O **Senhor Marcos Sá (PS)** referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Cerca de quatrocentos mil euros foram gastos pelo Gabinete de Comunicação, não tenho nada contra isso, mas gostaria de relembrar o Senhor Presidente da Câmara, que continuo a estranhar que não tenha sido feito, relativamente àquele tarifário familiar e social, aprovado por esta Assembleia Municipal, qualquer comunicação aos seus clientes, por via da factura. -----

----- Estranho tanto mais porque foram feitas divulgações de outras actividades da Câmara e, na minha opinião, o dinheiro da Comunicação é para ser gasto e é bem gasto quando é para informar sob o aspecto da causa dos SMAS e, neste caso concreto, dessa aprovação dos tarifários. - -----

----- Repito que nada tenho contra gastar dinheiro na Comunicação desde que seja para informar os munícipes, neste caso os clientes dos SMAS, relativamente a coisas que têm a ver com os benefícios que as pessoas podem ter de políticas definidas e aprovadas, quer no Conselho de Administração dos SMAS, quer na Câmara, quer pela Assembleia Municipal.” -----

----- A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de chamar a atenção para as políticas sociais que estão a ser aplicadas nesta intervenção dos SMAS: -----

----- A existência da Tarifa Social e Familiar que é um acto de justiça para com aqueles que mais necessitam; -----

----- A revisão do preço do custo da água do Concelho de Oeiras vir a ser mais baixo, essa previsão de modo a que todos os munícipes possam ter acesso a um bom serviço e a um melhor preço, o que por sua vez implica também aquilo que está a ser feito, o investimento no controlo de perdas de água e na qualidade da rede; -----

----- Uma vez que a água é considerada como todos sabemos um bem escasso e precioso, há necessidade de sensibilizar a população, através de campanhas de sensibilização, de consciencialização para o consumo e poupança de água -----

----- Salientar o facto de ter vindo a ser aplicado nos SMAS o SIADAP – Sistema de

Avaliação Integrada do Desempenho da Administração Pública, através da reestruturação dos serviços, que deu origem a alterações na gestão dos recursos humanos, com destaque para a formação dos trabalhadores, o investimento na sua qualificação profissional, a introdução de novos modelos de gestão do desempenho, por objectivos e ainda, a grande aposta nas tecnologias da informação e comunicação.-----

-----Isto, no seu todo, permitirá uma melhoria da qualidade e eficácia do serviço prestado aos munícipes” -----

-----O **Senhor Carlos Coutinho (CDU)** argumentou o seguinte: -----

-----“Em relação às perdas de água, tem havido uma recuperação neste domínio, mas ainda no passado sábado, assisti a uma monumental ruptura de água na Freguesia de Linda-a-Velha e, pelos números que aparecem disponíveis neste Relatório, penso que poderemos continuar uma política dinâmica de substituição de rede e atingir metas bem mais ambiciosas. ---

-----Partimos de valores de perdas muito significativos, hoje estamos na ordem dos vinte e um por cento, mas podemos ir muito mais longe, porque temos essa disponibilidade, temos o “Know how” de investir, a capacidade de intervir e pode-se fazer um esforço dirigido à manutenção e substituição da rede, nos pontos críticos, de modo a melhorar este parâmetro que é fundamental das perdas de água e atingir patamares de excelência, que estão ao alcance do Município, se houver uma política de investimento concertada neste domínio.-----

-----Este Relatório perde aquilo que de mais importante é para nós, em termos de fiscalização ao serviço da população, que são as análises da qualidade da água. -----

-----Os Relatórios anteriores tinham estes parâmetros e uma avaliação muito bem esmiuçados e é importantíssimo para os Membros da Assembleia Municipal atender bem a qualidade desse produto essencial à vida, que é a água. -----

-----Em reunião de Câmara já foi detectada essa anomalia, mas, gostaríamos que esta informação viesse tão oportunamente quanto possível, para nós e os nossos munícipes termos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

certeza que a água que o Concelho de Oeiras serve à população tem de facto qualidade própria de acordo com a lei e com os parâmetros aceitáveis. -----

----- O **Senhor Francisco Silva (BE)** opinou o seguinte: -----

----- “Tecnicamente não tenho conhecimento suficiente para tirar certas conclusões, que provavelmente outras pessoas mais qualificadas poderiam tirar, no entanto, da leitura que fiz do Relatório e Contas dos SMAS, fiquei com uma série de dúvidas que gostaria de colocar perante o Executivo Camarário. -----

----- Na página cento e dez, na parte dos lucros, aparece dezasseis milhões de euros, dos quais oitenta e sete por cento do lucro total aparece referenciado como não tendo destino. -----

----- Como até agora não está decidido, gostaria de saber o que vão fazer com oitenta e sete por cento dos lucros. -----

----- Se os munícipes de Oeiras pagam dez milhões de euros a mais do preço da água que os SMAS pagam à EPAL, qual é a moralidade de termos um lucro tão elevado, sem sequer ter aplicação prática para ele. -----

----- Se se diz que uma pessoa ter o dinheiro parado é a mesma coisa que não ter o dinheiro, se a empresa tem este dinheiro todo parado, não traria mais benefício ele estar ao serviço dos munícipes? -----

----- Vejo: -----

----- Só em Carnaxide perdem-se cerca de cem mil litros de água por dia, despejada na canalização da rede pública; -----

----- Os saneamentos das ribeiras para evitar as cheias, como é o caso de Algés, na zona do Dafundo, que ano após ano continua a acontecer; -----

----- Os saneamentos estão previstos, a Ribeira da Lage sem qualquer limpeza, assim como a de Porto Salvo sem qualquer tipo de tratamento; -----

----- A construção que está a ser feita ao longo da Tapada do Mocho; -----

-----A situação do Quartel dos Bombeiros junto à parede da Ribeira;-----

-----Não beneficia a transparência esta disparidade em termos de custos, sobrecarregando o consumidor.-----

-----Na parte da facturação das despesas temos o aluguer do contador, a tarifa de utilização, as parcelas dos resíduos sólidos e o IVA, constituem mais de cinquenta por cento da factura do contribuinte.-----

-----Será que com um lucro destes, sem aplicação, fará sentido manter um lucro assim? --

-----Fará sentido manter uma empresa, que supostamente tem tão bons resultados?-----

-----Não questiono que a empresa dê lucro, até me congratulo que isso aconteça, mas, se esse lucro não é aplicado, não consigo entender.-----

-----Será que isso poderá ser chamada uma boa gestão do serviço municipal?-----

-----Não seria boa gestão saber de antemão onde se vai aplicar isso?-----

-----Faz falta uma maior articulação entre os vários técnicos, não só para limitar a construção nos cursos de água, que infelizmente em Portugal tem sido uma matéria que tem acontecido frequentemente, devendo este Concelho ser pioneiro nesse sentido, tentando resolver os problemas que afecta tanta gente cada vez mais, devido às alterações climáticas.-----

-----Penso que é da responsabilidade da Câmara verificar o porquê, quando houve cheias no Dafundo, haver queixas de munícipes que não foram atendidos, quando os Serviços da Protecção Civil, dos SMAS e a Polícia Municipal devia estar ao dispor da população para resolver estes problemas.-----

-----Ouvi falar na aplicação de uma nova taxa da Protecção Civil, por isso gostaria de ser informado se irá ser aplicada no Concelho de Oeiras e para que serve essa taxa.-----

-----Será que essa nova taxa servirá para se ter pessoas para atender as necessidades e saber do que realmente precisam os cidadãos, socorrê-los e cumprir as suas funções?-----

-----O **Senhor Macieira Coelho (PSD)** disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “ Não vou falar nem da água, nem das rupturas, nem do preço da água, nem das perdas, etc., porque não quero ser, nem cansativo, nem repetitivo.-----

----- Na página setenta e dois, o quadro sobre a distribuição do absentismo, onde encontro as mais altas percentagens na doença e no pessoal administrativo oitocentos e setenta e sete, no pessoal operário mil trezentos e vinte e cinco e aí pode ser um pouco compreensível pela própria natureza da actividade, no total setenta e três vírgula oito. -----

----- Em acidentes de trabalho vinte e três vírgula um, mil cento e vinte e dois casos no operariado. -----

----- Por razões de greve, consta o absentismo e isso é que eu acho estranho. -----

----- Houve uma greve. Quais foram os motivos dessa greve?” -----

----- O **Senhor João Serra (J.F. Paço de Arcos)** opinou o seguinte:-----

----- “A água que corre na Tapada do Mocho, em Paço de Arcos é de uma nascente. -----

----- A água não dá lucro, só dá prejuízo.”-----

----- O **Senhor Francisco Silva (BE)** retorquiu o seguinte: -----

----- “Em relação à Tapada do Mocho o problema que se vê, é uma questão estrutural, visto que a construção não mantém níveis de segurança suficientes quando são construídos em leitos de água. Todos sabemos que a natureza faz o seu caminho, esteja lá uma parede de cimento, esteja um monte de terra, ou esteja lá o que estiver.-----

----- Em questão de segurança dos munícipes, o Executivo Camarário sempre tem mostrado alguma preocupação. -----

----- Se a água não é um negócio, explique-me este negócio da água. Se o Senhor acha que oitenta e sete por cento do lucro que não se sabe onde irá parar, explique-me a necessidade do pagamento de dez milhões a mais de quem paga a água. -----

----- Será pelo transporte que a Câmara faz? Que transporte será esse?-----

----- Será que as percas de água estarão relacionadas com o enchimento de piscinas por

peças que desviam a água da rede pública, dos hidrantes e das bocas-de-incêndio, visto aparecerem muitas perdas de Maio a Junho, como demonstra o gráfico. -----

-----Deixo a sugestão à Câmara no sentido de introduzir tarifas para quem consome água, no sentido de executar serviços, tal como empresas de lavagens de carros, ginásios, hotéis, etc., assim como fiscalizar com maior atenção as bocas de incêndio que podem estar a ser utilizadas para desviar água da rede pública.-----

-----Não estou a insinuar que seja com a conivência de alguém, estou só a dizer que me preocupa que essa água seja desviada, tal como deve preocupar todos.”-----

-----O **Senhor Presidente da CMO** respondeu o seguinte:-----

-----“Tinha ideia que a informação sobre a tarifa social já tinha sido feita, o que significa que não somos tão bons na propaganda, como às vezes dizem. -----

-----Como calculam são alguns milhares de famílias que irão ser beneficiadas por esta política e é importante que saibam que esta Câmara, relativamente às famílias necessitadas e numerosas, vão passar a ter reduções significativas no preço da água. -----

-----Farei chegar à Assembleia Municipal a análise das águas. Penso que foi lapso não constar no Relatório de Actividades, visto ser uma tradição. -----

-----Quanto à questão das perdas, isso não acontece com o enchimento das piscinas, a não ser que arranjassem uma mangueira e fossem buscar água a uma boca-de-incêndio. -----

-----O Município de Oeiras vem a fazer há muitos anos uma tentativa de redução de perdas de água. -----

-----Nos anos oitenta essa perda era na ordem dos trinta e quatro por cento e, neste momento, situa-se na ordem dos vinte por cento, o que no contexto nacional, já é bom, porque ainda há regiões no País que têm perdas de água superiores a quarenta e cinco por cento. Se conseguirmos chegar aos dezasseis por cento, dizem os especialistas que abaixo dos dezasseis por cento é muito difícil, porque o esforço, em termos financeiros necessários, não compensa os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

benefícios que se obtêm. -----

----- Só através dos resultados de quatro ou cinco anos seguidos, se pode saber se a situação está estabilizada ou não, até porque pode haver situações anormais, como o rebentamento de uma grande conduta, com dificuldades da sua reparação.-----

----- Ao contrário do que muita gente pensa, a água dá ao Município de Oeiras um prejuízo na ordem dos dois milhões de euros, para dar lucro teria que ser vendida muito mais cara. -----

----- Os proveitos dos SMAS são mais elevados naquilo que decorre da tarifa da conservação de esgotos e, neste momento, está em estudo a tarifa ambiental, a qual não será fácil aplicar, tem algum melindre, embora no caso do Município de Oeiras seja mais fácil aplicar em relação a outros Municípios.-----

----- Como sabem a tarifa de conservação de esgotos é suportada pelos proprietários, enquanto que uma tarifa ambiental será suportada pelo consumidor e pelo poluidor. -----

----- Acabando com a tarifa de conservação de esgotos os senhorios não vão baixar a renda aos inquilinos pelo facto de passarem a pagar menos. -----

----- Não podemos acabar de repente com essa tarifa. Temos que encontrar um equilíbrio, de maneira a integrarmos uma parte da receita da tarifa da conservação de esgotos, nessa tarifa ambiental e a pouco e pouco, criarmos condições para que seja o consumidor/poluidor a pagar. --

----- Ainda na perspectiva do lucro ser significativo, quando falamos em esforço financeiro, falamos em termos ambientais, porque quando se fala da água é o tratamento do esgoto, é a criação de condições para que as linhas de água estejam despolidas também, para que os níveis freáticos não sejam poluídos. Cada vez mais se tem que falar num investimento integrado, o que significa que os proveitos que possam ser obtidos nos SMAS devem ser canalizados para a realização de toda uma série de investimentos.-----

----- É por isso que é estranho que já tenha sido censurada na Assembleia Municipal a

distribuição de dividendos, pelas Câmaras Municipais de Oeiras e Amadora, como se esses dividendos fossem para utilizar esse dinheiro em despesa corrente e não em investimento de capital, os quais são na área ambiental ligada com a água. -----

-----Sobre a taxa da Protecção Civil, embora não esteja integrada neste assunto, já ouvi falar da criação de equipas de combate a incêndios, Oeiras não está aí contemplada, no entanto, na minha opinião, não faz muito sentido a criação dessa tarifa da Protecção Civil se os Municípios assumirem responsabilidades que são da Administração Central, só se houver a transferência do valor correspondente. -----

-----Os Municípios podem suportar alguma despesa, até porque já a suportam hoje, como é o caso da construção do quartel dos bombeiros. -----

-----Está praticamente pronto o Quartel dos Bombeiros de Paço de Arcos e setenta por cento do investimento é da Câmara e trinta por cento é do Estado. -----

-----Por isso, por aqui já têm uma ideia, porque é investimento em equipamento, transferência de verbas destinadas à manutenção das actividades dos Bombeiros, etc. Será uma questão de integrarem estes apoios que a Câmara Municipal já dá, num contexto de organização de uma equipa, se por ventura, for necessário fazê-la em Oeiras.”-----

-----A **Senhora Rosa Matos (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Como todos vamos repetindo que a água é um bem escasso, qualquer dia habituamo-nos só a dizer isso, mas não se faz nada para se poupar, substancialmente a água. -----

-----Sabemos das visitas que as escolas têm feito às infra-estruturas dos SMAS, de modo que sugeria que se fizesse uma visita acompanhada com os Membros da Assembleia Municipal, tal como as escolas vão, para ficarem todos mais sensibilizados para a maneira como se trata a água, como é a Telegestão, como funcionam os Laboratórios e como é o Saneamento da ETAR da Guia, etc.”-----

-----O **Senhor Presidente da CMO** retorquiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Ainda bem que colocou esta questão, porque acho muito bem a organização de uma visita a instalações do Concelho. -----

----- Com o pretexto que agora aqui foi dado, a Câmara terá muito gosto em organizar uma visita nesses termos, mas iria sugerir que se programasse uma visita à Quinta da Nossa Senhora da Conceição, em Barcarena, porque muitas vezes votam à confiança sem ir ver, embora eu lá tenha ido três vezes, mas é um investimento muito interessante que a Câmara fez, não só em termos de dimensão financeira, mas, sobretudo, em termos ambientais, porque trata-se de dezoito hectares com um palacete muito bonito, que está muito bem conservado e valia a pena ser visitado pelos Membros da Assembleia Municipal.”-----

5.4. Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro --- -----

----- O Senhor **Macieira Coelho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na página três, no último parágrafo, fala na Sociedade de Reabilitação Urbana e faz-se um certo comentário relativamente aquilo que esta Sociedade vai contratar com a realização de estudos técnicos com a Universidade Técnica e com Câmaras estrangeiras. -----

----- Está aqui utilizado o termo “Benchmarking”, que é um erro, porque é “Benchmarking”.-----

----- Gostaria de saber o que se pretende e que tipo de relações se vão criar através destas Sociedades, até porque na frase final diz que este instrumento permitirá que esta seja a primeira SRU a ser financiada, supondo que as outras são estrangeiras. -----

----- Vi na imprensa referida uma viagem aos Estados Unidos pelo Senhor Presidente e esta Informação não faz qualquer referência a isso, de modo que seria interessante a Assembleia Municipal saber a que foram, qual a comitiva que o acompanhou e os resultados dessa viagem.”- -----

-----O **Senhor Pedro Barroco (J. F. Linda-a-Velha)** disse o seguinte:-----

-----“Na página setenta, no quadro sobre a epígrafe anteriormente apresentada em Departamento de Projectos Especiais, mapa resumo dos objectivos GOP’S de Janeiro a Março de dois mil e sete, que aparece na página sessenta e seis, na sexta rubrica aparece uma taxa de execução de concepção/construção e conservação de arruamentos, viadutos, pontes e túneis, no quarteirão da Avenida Vinte e cinco de Abril, em Linda-a-Velha, com uma taxa de execução a cem por cento, sendo que terá data de conclusão em Abril e eu pediria uma informação sobre o que é, porquanto não tive conhecimento de nenhuma obra desse teor lá. -----

-----Passando para a página setenta e seis, no que respeita ao Departamento de Infra-estruturas Municipais – Divisão de Obras Municipais, em face de não vir aqui nenhuma chamada de atenção à recuperação do actual Mercado de Linda-a-Velha, perguntaria para quando está prevista. --- -----

-----Na página oitenta são referidas diversas intervenções, nomeadamente a montagem de um pára-raios na Escola E B Um Armando Guerreiro, em Linda-a-Velha e a remodelação da rede eléctrica de diversas escolas, aparecem aí a Quinta, a Sexta, de modo que gostaria de saber o que foi feito, porquanto é frequente a Junta de Freguesia ser chamada quase todas as semanas para resolver problemas na instalação eléctrica das escolas e, se a instalação eléctrica é recente, não devia estar a acontecer este tipo de problemas. -----

-----Na página noventa e oito, no que respeita à Divisão de Espaços Verdes, no mapa resumo dos objectivos GOP’S de Janeiro a Março de dois mil e sete, o último elemento que aí aparece é nos objectivos – Plano de Arborização do Concelho, onde na acção está especificado aquilo que é o elemento que tem sido divulgado, da aquisição, plantação e manutenção das vinte e cinco mil novas árvores em Oeiras. -----

-----Aparece aqui uma taxa de execução até ao momento de trinta e cinco por cento, pergunto eu se isto corresponde a oito mil setecentas e cinquenta novas árvores no Concelho, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sim, gostava de saber onde é que elas estão. -----

----- Na página cento e dezassete, na matéria respeitante à Divisão do Desporto, é apresentado sobre o epígrafe de objectivos Organização e Apoio e Patrocínio de Eventos, nomeadamente, o torneio de Raquero do Clube do Mar da Costa do Sol, que decorreu até Março, ou se já, aquilo que aparece aqui, com uma taxa de execução de vinte e cinco por cento, deverá ser um lapso, porque se são todos até Março, então estão todos executados. -----

----- Na página cento e vinte e dois, no que respeita ao Centro de Documentação e Informação, a penúltima rubrica que aparece é respeitante à abertura das instalações provisórias para a Biblioteca Municipal de Linda-a-Velha, de modo que gostaria de saber mais sobre isso.”--

----- O **Senhor Daniel Branco (CDU)** fez a seguinte intervenção:----- q

----- “ Na página cinco, na parte da introdução, o Senhor Presidente diz que esteve numa Conferência onde apresentou os cinco vectores principais do Plano Estratégico Habitar Oeiras. --

----- Este Plano é o tal que nós não conhecemos. Fiquei agora a saber que tem cinco vectores, alguns deles novos, de modo que gostaria de saber quando é que este assunto é trazido à Assembleia Municipal.” -----

----- O **Senhor Presidente da CMO** esclareceu o seguinte:-----

----- “ Quanto à Sociedade de Reabilitação Urbana, decidi seguir um caminho diferente do seguido pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A área geográfica de intervenção da primeira SRU incide sobre a totalidade da Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, parte da Freguesia de Linda-a-Velha e parte da Freguesia de Carnaxide. -----

----- Essa definição já está feita. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa criou várias SRU e arranjou logo os administradores, esses administradores estão a receber os seus ordenados, mas não estão a fazer nenhum, porque não há nada para fazer, ou seja, há um trabalho de levantamento de caracterização de toda a área

de intervenção e esse levantamento que é preciso fazer, não é necessário haver uma administração de uma empresa constituída, entendemos dar esse trabalho à faculdade de Arquitectura e fizemos três protocolos que totalizam quinhentos mil euros. -----

-----Um deles tem a ver com estudos de marketing relativamente a outros municípios, desde Barcelona, Londres, municípios com experiência em matéria de habitação municipal, com uma tradição de trinta ou quarenta anos e é importante fazer-se estudos comparativos relativamente aquilo que é a nossa situação e a situação desses municípios, porque pode haver uma aprendizagem importante. -----

-----A Faculdade de Arquitectura vai fazer todos esses trabalhos e no final do ano estaremos em condições de criar a Sociedade de Reabilitação Urbana, constituir nessa altura a administração e imediatamente iniciar trabalhos de recuperação, de negociação, aquisição de prédios. -----

-----É certo que, neste momento, a própria Câmara já está a identificar alguns prédios, como é o caso da Cruz Quebrada/Dafundo, prédios que estão abandonados e em mau estado de conservação, que a Autarquia vai comprar e que irão ser integrados no património da SRU. -----

-----Julgo que seguimos o caminho mais correcto, que é fazer tudo que tem a ver com estudos, caracterização, etc., sem estar a suportar despesa de natureza administrativa e quando estiver esse trabalho pronto, então a empresa começa logo a trabalhar no terreno. -----

-----Fizemos um estudo de constituição de SRU que obedece, justamente porque fomos beber já alguma coisa ao estrangeiro, a critérios que curiosamente são aqueles que estão a ser utilizados pelo Governo, na reforma que vai fazer nessa matéria, porque o Governo vai fazer uma reforma legislativa relativamente à SRU, tivemos uma reunião com o Secretário de Estado do Território, que nos felicitou porque achou que era este o caminho correcto que deveria ser seguido.-----

-----A nossa tem a possibilidade de poder vir a ser a primeira SRU que poderia vir a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

beneficiar de fundos do Banco Europeu de Investimento. -----

----- A viagem a Boston foi muito interessante, mas já foi em Outubro do ano passado.----

----- Fomos ver, essencialmente equipamentos de saúde. Tivemos outros contactos a nível das universidades. -----

----- Quanto ao mercado de Linda-a-Velha, a Câmara ainda não tem uma posição, mas, certamente, será para desaparecer.-----

----- O mercado de Caxias vai ser diminuído, já houve negociações com os vendedores, pois como sabem os mercados estão em crise de uma forma geral. -----

----- O de Algés é um bom mercado, apesar de precisar de obras de remodelação, o que também é um problema, porque para as fazer é preciso fechar o mercado, o que é complicado. ---

----- O de Paço de Arcos é um mercado assim, assim, mas os outros mercados estão em crise.-----

----- Já houve negociações com os comerciantes de Caxias, vão receber uma compensação indemnizatória, no sentido de não ficarem no mercado, estava previsto construir a Junta de Freguesia num terreno ao lado, verificou-se que havia condições de instalar a Junta onde é o mercado, resolve-se o problema da Freguesia e do mercado. -----

----- Quanto a Linda-a-Velha ainda não temos um estudo sobre essa área, mas, tudo indica que aquele mercado não tem hipótese de sobrevivência. Não tem condições há vários anos e teremos que encontrar uma solução para ele que possa passar por transformações significativas, eventualmente acolhendo um ou outro comerciante, mas nos moldes em que está, tem que ser desactivado. -----

----- Quanto à remodelação da rede eléctrica das escolas, o relatório não diz que já foi feito, diz que foi consignado, o que significa que as obras ainda não foram feitas.-----

----- Quanto à arborização há um compromisso das vinte e cinco mil árvores para o mandato que vai até dois mil e nove e esses trinta e cinco por cento, corresponde à taxa de

execução deste ano. -----

-----No dia da árvore, juntamente com um grupo de crianças de Paço de Arcos, plantei a árvore número quatro mil deste ano. -----

-----Foram plantadas por todo o Concelho, não sei quantas foram plantadas em Linda-a-Velha, mas o importante é quantas árvores plantamos a nível de todo o Concelho, quem as quiser ver dá uma volta pela rotunda das oliveiras de Porto Salvo, vai até ao Tagusparque e de um lado e do outro plantamos árvores. -----

-----Estamos a fazer o que o Estado não faz, porque tivemos que pedir autorização ao Instituto das Estradas de Portugal para plantar árvores.-----

-----Pedi a colaboração às Juntas de Freguesia para que me fizessem chegar uma lista de sítios onde se poderiam plantar árvores, porque às vezes há uma empena de um prédio onde fica bem um pinheiro manso ou uma palmeira, os serviços não se apercebem disso porque às vezes é preciso ter uma certa sensibilidade para a escolha dos locais. -----

-----Quanto à realização da actividade do Desporto, esses vinte e cinco por cento é a execução financeira e não a execução física. -----

-----Há determinadas actividades que podem estar realizadas a cem por cento e no entanto o que vem aqui pode ser vinte e cinco, depende daquilo que foi pago. A execução física anda sempre muito à frente da execução financeira.-----

-----Faz parte do nosso programa eleitoral, uma biblioteca em Linda-a-Velha. A ideia era fazê-la na zona do Palácio dos Aciprestes. Está a zero porque efectivamente não se fez. -----

-----Quanto ao Plano Estratégico Habitar Oeiras ele há-de vir à Assembleia Municipal, mas ainda nem na Câmara ele foi aprovado, porque temos vindo a completá-lo, na medida em que o Programa Habitar não é um Programa de Habitação. -----

-----Ontem foi aprovada a Carta Educativa e há alguns aspectos da Carta Educativa que vão integrar o Programa Habitar, portanto são alguns programas sectoriais que vão integrar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Programa Habitar Oeiras. -----
----- No novo conceito de escola que vamos construir, uma das possibilidades é justamente essas escolas estarem adoptadas de bibliotecas que sirvam a escola e a comunidade escolar. Numa circunstância dessas não vale a pena estar-se a fazer duas bibliotecas na mesma localidade, tanto mais que Linda-a-Velha é uma das localidades escolhidas para se fazer essa escola.” --- -----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

6.1. O Senhor João Manuel Melo morador em Vila Fria lembrou como foi a forma que nasceu o infantário Pingolé, cujo terreno foi dado pelo Senhor Canas, não para a Câmara, nem para a Junta, mas para a população de Vila Fria. -----

----- Foi construído um pré-fabricado, que não era para durar muito tempo, mas que durou até hoje. --- -----

----- Consta que o Senhor Presidente vai fechar o Pingolé.” -----

6.2. A Senhora Armanda Gonçalves, moradora na Avenida Vinte e Cinco de Abril, número cinquenta e oito, Vila Fria, disse o seguinte:-----

----- “ O terreno foi oferecido pelo Senhor Canas à população de Vila Fria. -----

----- Foi tudo obtido com muito sacrifício e com a ajuda de todos. Vendeu-se auto-colantes e bolos para se arranjar dinheiro. A Gulbenkian deu uma panela de pressão e uma trituradora. -----

----- Não havia professora, fomos falar com a Doutora Manuela Eanes que colocou lá de imediato uma.-----

----- Foi tudo conseguido com muito sacrifício e o Senhor Presidente quer fechar o Pingolé? -- -----

----- Os meus filhos estiveram naquela escola, os meus netos também e quando ouvimos dizer que o Pingolé vai fechar, não podemos deixar passar isso em vão.-----

-----Vila Fria não existe se não para pagar os impostos, porque não temos uma passadeira, não temos passeio, não temos resguardo na paragem do autocarro, não temos uma lomba, fizeram duas lombas em cima da ponte que passa pela auto-estrada, não sei para proteger quem e ali, com uma população envelhecida ninguém se preocupa. A GNR não controla ninguém e eu vejo à velocidade com que passam. -----

-----A única mais valia de Vila Fria é o Pingolé. -----

-----A Senhora Vereadora Elisabete Oliveira disse que foi lá uma delegada de saúde que disse que não estava em condições. É natural porque é provisório há trinta e dois anos, mas não deve ser deitado abaixo, porque os moradores puseram aquilo conforme está em dois meses, agora com as facilidades que há, não sei porque não se faz um pré-fabricado novo. -----

-----Já merecemos. Levámos com a Lixeira durante vinte anos, com a promessa que íamos ter um jardim. Temos um campo da bola também pela carolice de algumas pessoas. -----

-----Temos um Centro Cultural que serve apenas meia dúzia de pessoas, que até para o Pingolé fazer uma festa tem que pagar cinquenta euros de aluguer, quando o Centro Cultural é de toda a gente, não é um feudo. É natural que se tivesse que pagar alguma coisa para o gasto a luz, devendo ficar tudo arrumado e limpo. -----

-----Apelo ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Junta que olhem para Vila Fria com outro olhar, não com essa indiferença. E que não fechem o Pingolé.” -----

6.3. A Senhora Helena Simões moradora em Paço de Arcos, disse o seguinte: -----

-----“A questão que me trouxe aqui tem a ver com o Parque dos Poetas porque da minha janela verifiquei que houve uma certa actividade que entretanto parou, por isso gostaria de saber se o Parque dos Poetas termina ali, ou se está previsto ir até à estrada.” -----

6.4. O Senhor José Silva Pereira, morador no Alto da Barra, em Oeiras referiu o seguinte: -----

-----“Por norma tem-se o hábito de disser que os outros não fazem nada, mas o certo é que nós é que não fazemos nada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Vou ler o decálogo dos moradores das administrações do Alto da Barra: -----

----- Primeiro – Segurança efectiva das pessoas e bens individuais e património colectivo, que a todos pertence. -----

----- Segundo – Bom funcionamento e controle das portas dos elevadores, das campainhas, telefones, etc. -----

----- Terceiro – Segurança e controlo do depósito de gás das respectivas condutas e dos contadores. -----

----- Quarto – Controlo efectivo da qualidade e quantidade da água fornecida para os blocos, lotes e regas. -----

----- Quinto – Ter sempre controlados a electricidade, os pára-raios, as bocas-de-incêndio, os telhados, as garagens e as estruturas. -----

----- Sexto – A manutenção, conservação e controle das ruas, dos parques de estacionamento e da sinalização rodoviária, controle da velocidade das ruas e dos estacionamentos. -----

----- Sétimo – Conservação e tratamento dos jardins e dos outros terrenos da urbanização.

----- Oitavo – Bom funcionamento dos esgotos e da recolha do lixo. -----

----- Nono – Ter pessoal capaz, trabalhador e actuante, nas portarias, nos serviços de segurança e nos serviços de limpeza. -----

----- Décimo – Controlar os serviços, os blocos e o ambiente. -----

----- A nossa Constituição da República diz os direitos, obrigações que nós temos, eu só pergunto quem é que conhece a Constituição. Pouca gente e isso é necessário.-----

----- E dentro da Constituição da República sugeria que fosse criada em Oeiras as organizações moradores residentes, que trabalham em ligação directa com as Juntas de Freguesia.” -----

6.5. O Senhor André Quarenta morador em Vila Fria, referiu o seguinte:-----

-----“Entrei nesta sala, ouvi o que se passou aqui e perguntei a mim mesmo se Vila Fria existe neste Concelho.-----

-----Ouvi dizer que foram plantadas não sei quantas mil árvores, mas em Vila Fria não vi nenhuma. -- -----

-----Tivemos o sacrifício de ter a lixeira durante tantos anos. -----

-----Não tem um único jardim. É um bairro envelhecido. Não tem um lar de terceira idade. Não tem uma Casa de Repouso para os Idosos.-----

-----Esta Assembleia tem que se lembrar que este Concelho não é só as grandes áreas populacionais com muitos divertimentos, Vila Fria também necessita disso. -----

-----O Senhor Silva Ramos dizia: “Fazer um campo de futebol para quem? Para o deixar morrer, não há dúvidas é que nós não o deixámos morrer, foi feito por nós e ainda está activo, temos escolinhas que lá vão todos os dias.-----

-----Não temos muitos subsídios, mas temos alguns, para continuarmos a viver, porque para nós é “carolice” continuar a fazê-lo. No entanto fez-se um parque lá em cima, onde estão os pinheiros com alguns bancos, é verdade, só que aquele parque, infelizmente, só serve para os cães passearem e encostarem-se aos pinheiros, em vez de ser um parque onde se possa estar confortavelmente para nos distrairmos um pouco, estamos numa infecção de chichi e cocó de cão, o que é uma verdadeira vergonha. -----

-----Que foi feito com boa intenção, para ser bem utilizado, não digo que não, mas não há dúvidas que não existe incentivo para se lá fazer nada, aliás os bancos até já estão partidos, ninguém para lá vai, o que é que estão lá a fazer? -----

-----Na Avenida Vinte e Cinco de Abril junto ao campo de futebol há ali uma área de terreno, constou-nos que essa área já foi vendida ou iria ser vendida para ser urbanizada, gostaria de saber se realmente isso vai acontecer e se vai ali nascer mais um bloco de cimento, sem ruas, sem jardim, sem parques, sem nada. Tal como no Bugifarol, fez-se aquela urbanização que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

blocos de cimento para armazenar pessoas durante a noite, porque de urbanização aquilo não tem absolutamente nada.” -----

6.6. O Senhor António Mendes Rosado Galvoeira disse o seguinte: -----

----- “Na qualidade de administrador do prédio sito na Rua Eduardo Augusto Pedroso, número onze, venho lembrar a esta digníssima Assembleia, a quem aproveito para endereçar os melhores cumprimentos, que desde treze de Março de dois mil e um, data que foi assinado e foi votado em acta por esta Assembleia um determinado acordo, que desde esse momento até hoje nunca conseguimos ser recebidos, não tivemos nenhuma hipótese, a última que tivemos foi no Gabinete Jurídico, o anterior Executivo não se designou receber-nos, apesar de termos enviado uma carta na qual juntámos a acta solicitando uma simples reunião em trinta de Maio de dois mil e seis.-----

----- Agradecia que tivessem alguma consideração, tendo em conta o relevo com que temos administrado o património comum, sendo a Câmara Municipal de Oeiras o principal condómino com trinta e três por cento, no mínimo merecíamos ser recebidos.” -----

6.7. O Senhor Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Começaria pela última intervenção do Senhor de Vila Fria. Não foi na minha Presidência que se fizeram lá casas clandestinas, desde que assumi as funções de Presidente da Câmara desafio o primeiro a dizer que alguma urbanização tenha nascido sem ruas, mesmo o Bugio quando cheguei à Câmara já estava aprovado o Mirante do Bugio, aqueles edifícios que o Senhor acabou de falar agora em Vila Fria, estava tudo aprovado quando assumi as funções de Presidente da Câmara a primeira vez.-----

----- Por outro lado, devo-vos dizer que temos que respeitar o trabalho e o suor das pessoas, é a razão pela qual a Câmara Municipal está a fazer investimentos de milhões de euros em bairros clandestinos deste Concelho, já fez e continua a fazer para os recuperar, acontece que os bairros clandestinos nasceram, cada um instalou o seu lote e não se preocupou com mais nada,

não há terrenos para construção de equipamentos. -----

-----A Câmara tem estado agora a construir esses equipamentos, nalguns casos, por exemplo no Bairro Auto Construção, em Porto Salvo, mesmo sendo a Câmara Municipal não adianta reivindicar nenhum jardim, não há um metro quadrado para fazer um jardim, porque foi tudo ocupado com as construções, havia falta de casas, falta de autoridade, havia falta de tudo, cada um tratou da sua vida, claro que agora vêm reclamar: “Queremos terreno para um jardim, para um infantário, para uma escola, etc.” -----

-----No caso de Vila Fria devo-vos dizer que por acaso já aqui estou há uns anos e quem mandou alcatroar a rua, porque quando em mil novecentos e oitenta e seis assumi a Presidência da Câmara a rua principal de Vila Fria não tinha alcatrão sequer.-----

-----Temos que ver que Vila Fria é uma localidade pequena, o Centro Cultural quer queiram, quer não, é um investimento que foi ali feito devido à “carolice” do grupo que andava ali no Centro Cultural, tiveram que trabalhar muito, tiveram que se esforçar para que a Câmara Municipal fizesse aquele investimento, não vi ninguém na altura vir à Câmara ou à Assembleia Municipal dizer que se estava a fazer um mau investimento, só via aparecer pessoas de Vila Fria na Câmara a dizerem que era fundamental que se fizesse o Centro Cultural. Aquele terreno era para uma capela, a qual nunca foi feita julgo eu, fez-se o Centro Cultural, mas se não funciona, quem são os responsáveis? Os Senhores moradores de Vila Fria é que são os responsáveis, porque o equipamento é de Vila Fria, se não funciona é porque os Senhores não querem que funcione, porque só o querem utilizar para baptizados e casamentos, tenham paciência, não se pode querer “sol na eira e chuva no nabal”.-----

-----Não basta vir aqui dizer que para fazer lá uma festa tem que se pagar sessenta euros, mas pagam sessenta euros porquê? Não estou a dizer que é verdade ou mentira, o que estou a dizer é que se calhar podiam não pagar os sessenta euros, só pagarem vinte/trinta ou quarenta, eventualmente a despesa de electricidade, água, etc., se todos colaborassem com o Centro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Cultural, não é falarem do Centro Cultural só porque queriam lá fazer uma festa e não deixam ou pago sessenta euros. -----

----- Se a Direcção do Centro Cultural não funciona, os moradores devem tomar conta dele, porque o Centro Cultural, curiosamente, ao contrário do que dizem do terreno do Pingolé, é municipal, é propriedade da Câmara Municipal. Mas o Centro Cultural é propriedade da população, porque o terreno foi cedido em direito de superfície por noventa anos à Associação do Centro Cultural e, a sua construção foi feita com financiamento da Câmara Municipal, portanto, o Centro Cultural é da população de Vila Fria, se funciona mal tem que ser a população de Vila Fria a tomar conta dele, é assim que as coisas devem ser, não é virem aqui à Câmara reclamar do Centro Cultural. -----

----- Tomara muitas localidades com a dimensão de Vila Fria terem um Centro Cultural com um espaço como aquele de convívio, etc. -----

----- Por outro lado, sei que muitas vezes pensa-se que é mais fácil dizer que sim a tudo, dando razão às pessoas, eu só dou quando acho que tenho que dar, quando não tenho que dar não dou. -----

----- Se me vêm dizer que Vila Fria está abandonada e precisa de um lar, não precisa de ar nenhum, vamos lá ver se nos entendemos, há localidades que têm mais população cinco vezes que Vila Fria e não têm Lar nenhum. Há equipamentos que não se podem fazer, não podem haver lares em todas as localidades, quem é que vai fazer o investimento? Onde é que está o dinheiro para isso? Por acaso na freguesia de Porto Salvo vão ser construídos brevemente dois lares, devem arrancar provavelmente este ano ou no próximo ano, um da Misericórdia e outro da Associação de Oeiras e São Julião, o que é fundamental é que ao nível do Concelho, haja lares onde os nossos idosos, sobretudo os mais necessitados, possam realmente ser acolhidos. No programa eleitoral prometi dez lares no Concelho e vamos fazer, agora tenham paciência não basta chegar aqui à Câmara ou à Assembleia Municipal e dizer: “Vila Fria está abandonada, não

tem isto, nem aquilo”, não tem, nem terá, é óbvio que não pode ter. -----

-----Os Senhores têm que exigir qualidade de vida, ou seja, estou de acordo convosco se disserem que têm que ter boas ruas, que se calhar não estão como devem ser, têm que ter passeadeiras, querem lombas, a questão das lombas já se tem que estudar por uma razão muito simples, porque a dada altura já nos aconteceu muitas vezes pôr-mos as lombas e a seguirem pedem-nos para as tirarmos, é tanto carro para trás e para adiante que as pessoas não conseguem dormir por causa do barulho, isso tem que ser equilibrado. -----

-----Devo-vos dizer que não sou contra as lombas, acho que há determinadas situações em que é necessário até por razões de segurança.-----

-----No fundo para lhes dizer que até compreendo que Vila Fria foi das localidades do Concelho que mais sofreu, do ponto de vista do ambiente, é verdade, porque aquele aterro, chamava-se aterro controlado, mas de facto era uma lixeira e, esteve a funcionar ali em condições deficientes e tempo demais, porque a Câmara, na altura teve dificuldade em fazer outro aterro, quando veio a estar construído nunca foi utilizado como aterro, foi utilizado mas como aterro de matéria não orgânica, que foi o que se fez em Caxias, mas demorou tempo, apesar da Câmara Municipal dizer que iria fazer com as melhores condições, utilizando a melhor tela, com a durabilidade, nas condições e, com o controle de qualidade necessário. -----

-----A verdade é que os problemas foram tantos, até diziam que aquilo era uma pedreira, numa pedreira não se fazem aterros. -----

-----Por ser pedreira, por ter fissuras é que tinha uma impermeabilização adequada e uma tela impermeável, tinha condições técnicas para o efeito, a verdade é que foram anos para conseguir aprovar o aterro ali, de tal forma que quando o aterro foi construído já não fazia falta para a matéria orgânica, porque, entretanto, foi constituída a Associação Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e passou a encontrar-se uma solução diferente para o tratamento dos resíduos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Fala-se em jardim, por acaso não têm jardim, a sorte foi aquilo que sofreram por causa da lixeira, porque na lixeira a única solução é fazer um jardim. Era aquilo que eu tinha programado na altura em dois mil e dois quando deixei a Câmara, o que está programado é fazer ali um espaço com equipamento desportivo informal, não formal, com tratamento de espaço urbanístico, paisagístico, etc. -----

----- Acontece que, entretanto, o Executivo anterior, na sequência de tentativas para encontrar uma solução para o campo de futebol do Atlético e do próprio de Vila Fria, mandou promover um estudo para ver se fazia ali os campos de futebol. Só tive conhecimento julgo que em Setembro/Outubro do ano passado, que não era possível fazer lá esse campo de futebol, porque aquilo como foi uma antiga lixeira, tem para ali vinte metros de lixo, era preciso fazer umas infra-estruturas brutais e o campo de futebol ia custar dez milhões de euros. -----

----- Este Executivo já deliberou que não iria fazer esse equipamento, irá fazer naturalmente a recuperação e a reconversão daquela lixeira, irá ser um espaço verde que ali vai nascer, digamos, com espaço para desporto informal, poderá ter ali um relvado onde os miúdos poderão jogar à bola, mas não um campo de futebol lá em cima. -----

----- Há reivindicações que estão correctas, agora há outras que não, porque o problema é este, Vila Fria existe à dimensão que tem. -----

----- Ainda ontem tivemos uma reunião, só não peço aqui ao Senhor Vereador Amílcar Campos que fale da tese dele, porque possivelmente não iria ser compreendido, aliás, a mim também me acontece isso muitas vezes. Muitas vezes nós tentamos que as pessoas compreendam determinadas coisas, mas as pessoas reagem ou pelos afectos, por questões que têm a ver com a sua ligação muito próxima a determinada situação. -----

----- Ontem uma das coisas que discutíamos na Câmara era o problema da confecção das refeições. - -----

----- A Senhora fez aqui uma série de referências à cozinheira ou cozinha. Até estou à

vontade, porque eu provavelmente ontem na tal discussão que tivemos ia fazer um discurso parecido com o seu, como vê, não pelo facto como a Senhora ter, eventualmente, um neto ou uma filha que podem ir para lá, mas enquanto Presidente da Câmara não tenha aspirações a saber tudo, portanto, também vou aprendendo. Estávamos a discutir a Carta Educativa, como muito positivo e uma coisa extraordinária, ia defender a existência de cozinhas em cada escola. O Senhor Vereador, por exemplo, acha muito mal. Eu também achava que as escolas deviam ter todas uma cozinha boa, mas hoje, quem está mais ligado a essas coisas considera, ao que parece bem, segundo dizem, que há mais garantias de qualidade, higiene, etc., da comida confeccionada centralmente e depois distribuída. -----

-----Só lhe estou a dizer é que, como vê, há muitas divergências, não sei se é verdade, se é mentira, não vou discutir isso, cada um diz uma coisa, há um momento em que nós teremos que tomar uma posição. -----

-----Quanto ao Pingolé, a informação que tenho: “A Autoridade de Saúde de Oeiras fez uma vistoria ao refeitório do Pingolé, na parte do Jardim de Infância da gestão da Santa Casa da Misericórdia. -----

-----Enviou um relatório à Câmara de Oeiras onde refere que as condições do refeitório não respeitam todas as exigências legais, dimensão das áreas de armazenamento, arejamento das instalações. -----

-----A Divisão de Acção Social oficiou à Santa Casa da Misericórdia, referindo a disponibilidade da Câmara para colaborar no melhoramento das condições de funcionamento do refeitório do Pingolé. -----

-----A Câmara disponibilizou-se, porque aquele estabelecimento já foi gerido pela Junta de Freguesia de Oeiras, não chegou a ser pela Junta de Freguesia de Porto Salvo, porque antes disso foi transferido para a Misericórdia. -----

-----Como eram geridos pelas freguesias, a Câmara Municipal nestas condições,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disponibilizou-se para fazer as melhorias que fossem necessárias, de maneira a que o estabelecimento pudesse funcionar. Oficiou a Autoridade de Saúde de Oeiras afirmando a disponibilidade da Câmara para colaborar, fizemo-lo não só para a Misericórdia, mas também para a Autoridade de Saúde.-----

----- “Não foi assinalada nenhuma situação de incumprimento que justifique qualquer acção de emergência”, é a informação que temos aqui, “está prevista a construção de uma nova escola”, disso já vou falar, ou seja, neste momento, ao que parece, é para se manterem as condições de funcionamento do Pingolé.-----

----- A Câmara no âmbito do Programa da Política Educativa, da nova Carta Educativa, prevê a construção de novos equipamentos escolares, designadamente, para o primeiro ciclo e jardim de infância. Vai ser construída, uma das escolas, não são escolas piloto, falei no novo conceito, quando a Senhora, dirijo-me à Senhora porque foi mais acutilante, vir esse novo conceito, o programa, o projecto, sobretudo, quando vir a escola construída, estou convencido que vai mudar de opinião por muito afecto que tenha com as actuais instalações do Pingolé. O espaço que há ali, por muito que a Câmara queira fazer, pode substituir um pré-fabricado por outro, pode substituir o pré-fabricado por uma construção sólida, mas nunca terá ali espaço para dar as condições adequadas às crianças. Nós queremos escolas que para além de terem refeitórios amplos, terem espaços para brincarem, terem salas destinadas à informática, com as tecnologias de informação, de comunicação, salas para as Associações de Pais, para os professores, todo um conjunto de apoios, de condições, que pequenos equipamentos escolares não podem ter, é natural que quando fizermos esse novo estabelecimento as crianças de Vila Fria, tenham que ir para esse novo estabelecimento.-----

----- Há pouco tempo, tivemos aqui uma grande polémica acerca da mudança de crianças da Escola Moreira Rato para a Joaquim de Barros, nem imaginam as reclamações que houve, até apanhei uma pneumonia por causa disso, porque um dia estive às oito da noite a ouvir as

peessoas, já tremia todo, devia era ter ido deitar-me e não fui, nem imaginam o que foi aquilo. A verdade é que eu disse que ia fazer as obras na nova escola, depois vocês vão lá ver, só mudam depois de vocês verem as obras. Depois da obra estar feita foram lá todos ver, nenhum foi capaz de dizer que os meninos iam para condições piores, pelo contrário, iam para condições melhores. Depois argumentaram que havia lá meninos maiores, depois os mesmos podiam fazer mal aos mais pequenos, era um problema de segurança. Disse que punha lá a Polícia Municipal todos os dias, acreditem que não me chegou uma única reclamação, porque as crianças estão de facto muito melhor, têm melhores condições para brincarem, de atendimento por parte dos professores, ao nível das refeições, da escola, etc.-----

-----Em relação ao Pingolé resumindo e concluindo, o que lhe posso dizer é que neste momento não está previsto que o Pingolé feche. Há aí um problema com a história dos tempos livres, como passou a haver as actividades, o que acontece é que pode haver aí alguns problemas com a Misericórdia, mas por parte da Câmara estamos disponíveis para tentar encontrar a melhor solução. Não está previsto, é o que lhe posso dizer, neste momento, o encerramento do Pingolé, mas eventualmente daqui a dois e meio/três anos iremos ter que falar. -----

-----Por acaso ajudei a plantar quinze pinheiros, não foi agora, foi há uns anos, estão lá quinze pinheiros bem bonitos ao cimo da rua, em frente ao Centro Cultural, o tal para onde os canídeos vão defecar, mas isso aí quem os leva lá são os moradores. -----

-----O Senhor Tenente Silva Pereira trouxe-nos aqui uma série de preocupações, algumas delas da Câmara Municipal, não deixarei de mandar averiguar, mas outras são do condomínio. --

-----A Câmara não tem nada a ver com o interior do edificio, com a água, com o gás, isso é um problema que os condóminos têm que zelar, o problema dos arranjos exteriores, da segurança, de controlar fugas de água cá fora, isso é que é da Câmara de Oeiras.-----

-----Há uma actividade no interior dos prédios que deve ser da responsabilidade naturalmente dos condóminos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A questão das organizações populares de base é uma questão que sei que é cara, mas comece por organizar uma lá no Alto da Barra, não deixava de ser interessante num Bairro chique como o Alto da Barra, dar o exemplo aos Bairros, mais modestos, de resto em Nova Oeiras foi criada uma Associação de Moradores, não está lá a funcionar muito bem, mas nasceu para resolver uma questão. Foi criada uma no Bairro Augusto de Castro, que teve altos e baixos, mas agora funciona bem, a Câmara apoiará essa iniciativa. -----

----- Quanto à Assembleia Municipal e Câmara Municipal, disse que alguma coisa não funcionava, há altos e baixos, mas os munícipes que hoje assistiram a esta Assembleia não podem dizer que não funcionou bem, hoje foi um dos casos em que se trabalhou, porque se aprovaram muitas coisas, muitas Moções, Deliberações, Propostas, enfim. -----

----- Em relação ao Parque dos Poetas a Senhora só tem razões para ser feliz, não sei se mora nos prédios vermelhos, ou se mora do outro lado. Dentro de três meses vai ter o insólito à sua porta, vai ser um lindo campo de girassóis, as pessoas estão habituadas a ver o girassol no Alentejo, espero que as rolas e os pombos não comam as sementes, e que nasça algum girassol, é isso que está aqui elaborado. -----

----- Quanto ao Parque dos Poetas ele chegará justamente à estrada. A primeira fase ficou lá em cima realmente, foi necessário adjudicar a segunda fase em termos de projecto, a Câmara Municipal já deliberou há uns meses a sua adjudicação, mas tem havido problemas com o Tribunal de Contas, tem andado para a frente e para trás, a última versão seguiu há oito dias, espero que finalmente a situação fique composta, se porventura o Tribunal de Contas der o visto, significa que dentro de quatro meses teremos o projecto pronto, se ficar pronto estamos em condições de abrir o concurso para a empreitada, depois ponha-lhe um ano para a adjudicação, o que significa que lá para dois mil e nove estará em obra, não vamos conseguir inaugurá-lo antes das eleições. -----

----- Há três fases, a primeira está feita, a segunda vem até à estrada de cima junto ao

“Faustino”, a terceira fase virá até cá abaixo, curiosamente a terceira fase é das mais bonitas, porque é lá que vai ficar a “Ilha dos Amores” com o Camões melhor dizendo.-----

-----Se não veio até à estrada, não há nenhuma razão, por qualquer motivo só lavraram até aqui e deixaram este bocado verde. -----

-----Vergonha! Sabem que é estranho, esta Senhora não me pareceu que fosse uma reclamação, pareceu-me que vinha pedir um esclarecimento, mas a outra Senhora já está com tom de reclamação, ora o que é estranho, porque até agora ninguém reclamou na Câmara do estado miserável em que este terreno todo estava, cheio de ervas, com certeza ratos, se calhar cobras, lá naquele matagal deve haver de tudo, no momento em que a Câmara lavra aquilo para plantar girassóis, vêm reclamar. Como a obra do parque vai demorar ainda um bocadinho com a história do projecto, depois a empreitada, pareceu-nos que era engraçado, pôr ali um bocado de girassol, ao menos enquanto não há obra vamos pôr ali uma coisa bonita, chegou-se à conclusão que o girassol era agradável, é isso que se vai fazer. Quando o projecto estiver pronto e lançar a empreitada, não há mais girassol, de maneira que terá que se usufruir este ano, quando muito no próximo ano e depois o girassol acabou. -----

-----Sei o que é isto, é o problema do prédio junto ao Centro Dia da Terceira Idade, não é assunto para tratar aqui, se não os recebi ainda é porque os iria receber, mas ao nível da reunião de planeamento onde estas coisas se discutem, e do Gabinete Jurídico, disseram-me que possivelmente estariam a recolher alguns elementos. Mas, admito que a Câmara não tenha tido o zelo adequado, mas, por parte dos moradores também nem sempre houve o comportamento adequado, porque já agora para os Senhores Membros ficarem a saber, digo-lhes que se trata de um litígio entre a Câmara e os condóminos daquele prédio que dá para o Palácio Anjos. No rés-do-chão funciona um Centro de Dia da Terceira Idade das Irmãs de Linda-a-Pastora. A dado momento por uma má indefinição, os moradores puseram a Câmara em Tribunal, na altura em que se fez a obra não houve problema nenhum, depois houve ali uma indefinição de quem era a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

varanda de um terraço. Puseram a Câmara em Tribunal, o Tribunal condenou a Câmara, depois de esta ter sido condenada pelo Tribunal, veio-se a descobrir que a Câmara sempre foi proprietária a do espaço, reparem bem, a Câmara foi condenada e depois é que se descobre que sempre foi a dona do espaço. -----

----- Num pressuposto que a Câmara não era a proprietária, houve tentativas de acordo com os moradores. A alternativa era demolir aquilo tudo e então o Centro de Dia tinha que sair dali. A Câmara fez um esforço de negociação com os condóminos, mas estes aproveitando-se da situação pensaram tê-la na mão, entalá-la porque ela ia ter fazer aquilo que queriam, é verdade, isto foi assim, foi comigo que se passou, obviamente que a Câmara só tem uma palavra, mas espero que da parte dos condóminos haja também essa compreensão de que afinal a Câmara era mesmo a proprietária daquilo, de maneira que vamos tentar encontrar uma solução. Para isso, irei marcar uma reunião rapidamente convosco. O Gabinete Jurídico irá contactá-los e irão ter comigo uma reunião na Câmara, iremos encontrar uma solução rápida para isso.”-----

6.8. O Senhor Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

----- “Agradeço os contributos e as intervenções dos Senhores munícipes. -----

----- O Partido Socialista regista e anota cada uma das intervenções, as preocupações e anseios que aqui foram trazidos, acompanharemos com vigilância atenta a acção da Câmara na resolução destes assuntos.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e trinta minutos, à qual estiveram presentes quarenta e três Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, José Eduardo Lopes Neno, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Maria Celeste Gouveia

Saraiva Ferreira Dâmaso, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel de Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Maria da Conceição Teixeira Duarte Soares Matos Capinha, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo Jorge Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, Marcos Sá Rodrigues, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva) desta Assembleia Municipal. -----

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

----- **O Presidente** -----

----- **O Primeiro Secretário** -----

----- **O Segundo Secretário** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS